

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

Padre Joaquim José da Rocha Espanca



Cadernos Culturais
da
Câmara Municipal
de
VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

NA CAPA:

Portada da Quinta dos Infantes de Lacerda em Pardais

NA CONTRACAPA:

Vista parcial da Mata Municipal

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia in
tegral do texto do manuscrito de
AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, ten-
do-se unicamente procedido às ac
tualizações ortográficas que as
circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS
DE
VILA VIÇOSA

CAPITULO LXXXIX

Crónica dos anos de 1782 a 1800. Novo cotejo de meio alqueire de secos. Instituição dos berços ou rodas de expostos. Questão sobre a fonte do Alandroal. Arrematação de pastos na coutada. Troca das Princesas em 1784. Novas obras no Palácio Real. Melhoramento da viação municipal. Questão por causa da nomeação de um novo Síndico da Câmara. Terceira visita da Rainha em 1785. Festejos pelo casamento do Príncipe D. João, etc. Luto e exéquias pela morte do Rei-esposo D. Pedro. Primeiro partido a um Médico à custa do Concelho. Escassez de trigo em 1786 e estatística da sua colheita. Suspensão da postura que vedava a importação de vinho e aguardente. 1º Médico partidista da Câmara. Excessos de alguns misteres. Aumento de honorário aos Capuchos pela prédica dos sermões a cargo do Município. Cirurgião dos expostos em 1791. Extinção das Ouvidorias. Projecto de nova circunscrição de comarcas. Doença da Rainha em 1792; trasladação da imagem da Padroeira do Reino para a Capela Real e princípio do governo do Príncipe D. João. Trasladação do Beatério para o Colégio dos Padres da Companhia. Tentativa de Manuel Gil para alargar a sua quinta aos telheiros. Concessão de um giro de duas horas de água à horta da Capela. Seca em 1793. Festas populares pelo nascimento da Princesa da Beira. 1º Corregedor em 1794. 4º Bispo Deão. Reforma da taxa dos jornaleiros feita em 1756. Quarta visita da Rainha. Preços da carne em 1797 e 1800. Restabelecimento do imposto do papel selado. Queixa contra o dono da quinta dos Infantes por tirar um caminho concelheiro. Briga de dois almotacéis. Precauções contra a peste em 1800. Jardim do Viegas. Décima e Maneio neste último ano. Vinda do Regimento de Moura.

I

Ano de 1782. - Além do que já fica dito sobre a afixação da cabeça de João Paulo na Portela, tenho a registar neste ano somente as seguintes miudezas do governo municipal.

2 de Março. - Posse da nova Câmara em que foram Vereadores Jerónimo da Costa de Carvalho, Tomé Antunes Moreira e Joaquim Falcão da Gama; Procu-

rador do Concelho, José Francisco Soares; e Tesoureiro, Luís José Michote.

Fez-se neste ano uma estatística de gados que reservo para as memórias especiais da nossa agricultura.

15 de Maio. - Manuel dos Santos Rosa é nomeado tesoureiro dos bens de raiz (Sisa predial) e cobrador do cabeção.

As vereações rareavam já muito, vindo este abuso desde o tempo de El-Rei D. José.

II

Ano de 1783. - 1. - Em vereação de 2 de Abril procedeu-se a um novo cotejo do meio alqueire de secos ou rasoira adoptada em 1669 por terem os Castelhanos levado em 1665 o respectivo padrão de bronze. Formado outro meio alqueire com a quarta de bronze, verificou-se avultar aquele em moio seis alqueires mais do que este. Não sei o que daqui resultasse e apenas afirmo que nos nossos dias se renovou a questão, propondo-a Caetano Alves contra o aferidor Inácio José da Mata como tendo este cerceado a medida, o que assim não era. E foi acrescentada.

Tudo isto procedeu de não mandar a Câmara fundir outro padrão de bronze.

2. - Por ordem da Intendência geral da Polficia, datada de 27 de Maio, foram criados os berços ou rodas, mais conhecidas entre nós pelo nome de rôdos, em que se fizessem as exposições de crianças. Até então faziam-se essas exposições como se fazem agora depois da extinção das mesmas rodas, isto é, pelas ruas e largos, à porta de Igrejas, etc., salva a diferença de se não tirar devassa, como hoje, contra os autores das exposições ou abandonos das crianças.

Aquela resolução da Intendência geral da Polficia foi motivada por duas razões: 1ª - prover ao aumento da população do Reino; 2ª - obviar a grande número de infanticídios resultantes do abandono puro e simples. Postas as crianças no rôdo estavam já livres do perigo de morrerem de frio, de fome ou de serem devoradas por animais carnívoros.

Durou esta providência noventa anos, acabando em 1874 por decisão da Junta Geral do Distrito de Évora.

3. - Que é certo haver-se alterado a forma e posição da fonte do Alandroal na sua reconstrução em 1760, como adverti no respectivo anal, prova-se com o termo seguinte da vereação de 2 de Julho. Veja-se.

"E logo nesta mesma vereação appareceu uma petição de José de Sousa e Menezes, na qual pedia a esta Câmara licença para, à sua custa, mudar a fonte do Alandroal para o seu lugar antigo por se achar a dita fonte no estado presente incapaz, sem água que saia pelas bicas, com o incómodo de se tirar a água com corda e suprimindo as águas que serviam para regar as hortas de que trata a petição. E por serem conhecidos os ditos defeitos e faltas que se experimentam nas águas da dita fonte, se concede licença ao dito José de Sousa e Menezes para mudar a dita fonte para o seu lugar antigo, de sorte que fique com a comodidade possível para se tirar dela água com facilidade, deixando livre para a nora das Freiras da Esperança aquella porção de água que de tempo antigo se lhe costuma dar, de sorte que não fiquem deterioradas, nem se lhe falte com o costume à posse em que estão. E para constar se mandou fazer este termo que o dito José de Sousa e Menezes assinou por seu procurador António Garcia, solteiro, e eu, Martinho José Leal, Escrivão da Câmara, o escrevi."

O Fidalgo José de Sousa figurou nesta questão por ser o dono da horta das Figueiras e, portanto, interessado na correnteza da fonte. Creio porém que lhe não mexeu. Quanto à posição da fonte, é certo isso, aliás não teria no cimo a era ou ano de 1760.

Depois até aos nossos dias tem ali havido alterações maiores ou menores, antes por conveniência dos donos das hortas do ribeiro do Rossio que por interesse dos bebedores do povo que deviam estar em primeiro lugar. A seu tempo o veremos.

4. - Neste ano venderam-se os pastos da coutada do Pinhal por 35:500rs. e assim se ia introduzindo este costume acabando-se com o logradouro comum dos ditos pastos (vereação de 24 de Setembro).

5. - Miudezas do governo municipal.

4 de Janeiro. - José Fradesso Belo apresenta a sua carta de cirurgião e sangrador.

22 de Fevereiro. - Toma posse a nova Municipalidade assim composta: Vereadores, António José da Silva, José Francisco Salazar e Luís Jorge da Costa Amado; Procurador do Concelho, André da Costa Pires; e Tesoureiro, Tiago Mendes, sapateiro. O segundo Vereador pediu escusa alegando que tinha negócios a tratar na Corte e assim foi nomeado em seu lugar José An

tónio da Silveira e Couto.

26 do mesmo. - João Alves de Araújo, morador na Corredoura, é nomeado depositário de penhores e casos de demanda.

20 de Março. - Pão a 10 réis o arrátel.

21 de Maio. - Leite a vintém por canada ou a 5 réis o quartilho.

18 de Junho. - José Martins Toscano obriga-se a trazer o relógio consertado, dando-lhe a Câmara uma courela na coutada e o officio de aferidor e pede-se uma Provisão a Sua Majestade confirmando este contrato. Era ele relojoeiro da Capela Real e apresentou, com efeito, a Provisão de Sua Majestade em vereação de 6 de Setembro, mas de uma nota marginal da mesma consta ser o dito contrato rescindido em 1805 por outra Provisão do Príncipe Regente visto José Martins não cumprir o estipulado.

27 de Agosto. - É eleito um Capitão de Ordenanças em lugar de Paulo Rebelo de Figueiredo que tinha falecido, mas não se diz quem foi o escolhido. Agora já as actas, além de raras, vão sendo lacónicas de mais.

17 de Setembro. - Manuel Gonçalves, o ferrador, já então lavrador abastado, comprando a casa nobre do largo da Fonte Grande pede licença à Câmara para levantar umas casas por cima da levada pública, ficando livre o curso das águas e a Câmara não vendo nisso prejuizo do público defere-lhe o seu requerimento.

Continuavam os peditórios para o Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo de Lisboa.

III

Ano de 1784. - 1. - Este ficou sendo notável por se efectuar nele a *Troca das Princesas* no Caia como em 1729. A nossa Infanta, D. Mariana Vitória, filha da Rainha D. Maria I, foi entregue aos Espanhóis para casar com o Infante de Espanha D. Gabriel. E recebeu-se a Infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon para casar com o nosso Infante D. João, que depois veio a ser Rei em consequência da morte prematura (com bexigas) do primogénito D. José, Príncipe do Brasil.

Para esclarecimento dos contemporâneos direi aqui já que do dito D. Gabriel procedeu D. Pedro Carlos, cuja mãe faleceu de parto e, sendo chamado para Portugal pela Rainha sua avó, cá se criou. Embarcou depois para

o Brasil com a Família Real e ali morreu sendo já casado com sua prima-irmã, D. Maria Teresa, Princesa da Beira e filha de D. João VI. Deste matrimónio procedeu o Infante D. Sebastião, falecido em Madrid no ano de 1875. A mesma D. Maria Teresa passou a segundas núpcias com o Infante de Espanha Carlos Maria Isidro, sobrinho do seu primeiro marido D. Gabriel e também seu cunhado como viúvo de uma irmã sua.

A troca das Princesas foi feita na ponte do Caia onde se reuniram as duas Famílias Reais Espanhola e Portuguesa em sumptuosos barracões e celebraram lautos banquetes. Nada porém tenho lido a este respeito e somente recordarei o que sei por tradição dos velhos. O palácio da nossa vila foi arranjado o melhor possível para se deter aqui a Família Real Portuguesa antes e depois da troca, divertindo-se em caçar na Tapada. No regresso do Caia veio muita gente Espanhola para a nossa vila, havendo até quem afirmasse que o Rei Carlos IV acompanhara a Família Portuguesa vindo cá também caçar como incógnito, o que não afirmo nem nego. Só recordarei que esses Espanhóis, nossos hóspedes, aplaudiam muito a troca das Princesas dizendo com graça *que haviam trocado uma sardinha por uma pescada* e isto porque a nossa Infanta era nutrida e formosa ao passo que a filha de Carlos IV era magra e pouco gentil. De mais esta Princesa era ainda muito nova, de sorte que o seu casamento só veio a ter lugar em Lisboa a 8 de Maio do seguinte ano de 1785.

2. - Por ocasião desta hospedagem da Família Real na nossa vila fizeram-se muitas obras no palácio como já adverti noutro lugar. Segundo o manuscrito que aí mesmo citei, ⁽¹⁾ essas obras foram: 1º - o quarto novo extremo dos *Quartos novos*; 2º - a Casa de jantar entre o jardim das Damas e o da claustro da Capela; 3º - metade do segundo andar alto do frontispício até tornejar com os *Quartos novos*; 4º - diversas renovações parciais em todo o paço.

Quanto ao número 3º, já expus atrás algumas dúvidas minhas quanto à parte exterior com revestimento de mármore, atribuindo antes essa obra a El-Rei D. João V. Escapou-me então um considerando que vou agora expender e é que não julgo razoável que D. José I reedificasse os *Quartos novos* com dois andares entroncando com o frontispício principal tendo este um só, o que de certo produzia mau efeito. Além disto continuo a reparar em que no meio andar segundo não me mostram os mármorees labores de tão fresca data

(1) *Memória de algumas obras e palácios, etc. e particularmente do Paço de Vila Viçosa.*

que se possam julgar cinzelados em 1782 ou 1783.

Quanto à traseira deste andar e quanto à casa de três janelas que está em terceiro pavimento alto sobre a porta principal sem revestimento exterior de cantaria, sim concordo em que sejam obras desta época, assim como todas essas escadas de madeira que por lá estão e as trapeiras envidraçadas que até 1845 realçavam tanto a perspectiva do Paço.

Bem certo é que este edificio, longe de se arruinar, conservava-se e em lhorava-se muito.

3. - Cuidou-se este ano do melhoramento da viação municipal como consta da vereação de 6 de Novembro. Nela se leu uma carta da Rainha em que esta autorizava a nossa Câmara a levantar um empréstimo de 700:000 réis para conserto de caminhos ou estradas. Aquela quantia foi mandada entregar ao Visconde da Lourinhã, a quem a Rainha incumbira tais consertos.

Por falta de clarezas no cartório municipal, não sei dizer o que daqui surgiu. Conjecturo apenas que se gastasse aquele dinheiro na estrada de Bencatel por onde a Família Real também costumava transitar entre Vila Viçosa e Évora. Quanto à estrada de Borba, sabemos que já estava pronta de todo.

4. - Houve também neste ano uma pendência entre a Câmara e o Advogado Francisco Anacleto Machado. Como se viu atrás, este oferecera-se à Câmara para substituir o Síndico Diogo Pais Lobo, já muito velho e doente, sem remuneração alguma enquanto ele vivesse e agora, por morte do dito Síndico, esquecendo-se os Camaristas daquele acordo nomeiam em seu lugar o Dr. Estêvão Duarte Cordeiro e Silva que morava na casa nobre da rua de Três, perto do Rossio. Mas Francisco Anacleto agravou para o juízo da Ouvidoria e, sendo-lhe ali provido o agravo, tiveram os Camaristas de revogar a nomeação do Dr. Estêvão, feita em 27 de Outubro, e de dar posse ao seu antagonista em 4 de Dezembro. Assim era de justiça.

5. - Miudezas do governo municipal.

14 de Janeiro. - Posse e juramento ao Capitão de Ordenanças José Joaquim de Oliveira, eleito em 27 de Agosto último em lugar de Paulo Rebelo de Figueiredo.

31 do mesmo. - Posse aos novos Camaristas. São Vereadores, Estêvão da Silveira Menezes, José António da Silveira e Couto e João Falcão da Gama; Procurador do Concelho, Pedro António Pazes; e Tesoureiro, Inácio Caetano Pereira.

31 de Março. - Vaca arrematada a 45 réis o arrátel durante seis meses;

carneiro e chibato a 40 e cabra a 30.

18 de Agosto. - Eleição de um Capitão de Ordenanças em lugar de Manuel Soeiro de Carvalho que tinha morrido. Parece que foi eleito José Vicente de Oliveira, o qual deferiu juramento e tomou posse em 23 de Outubro.

16 de Outubro. - Posse ao Juiz de Fora Luís Tomás Veloso de Miranda.

17 de Dezembro. - Eleição de dois Alferes para a Ordenança. Um dos eleitos foi José Manuel da Silva que tomou posse em 15 de Janeiro seguinte.

IV

Ano de 1785. - 1. - Lendo a *Tebaída Portuguesa*,⁽¹⁾ encontrei ali incidentalmente consignada outra vinda a esta vila da Real Família no presente ano, o que mostra uma estimação grande que ela fazia do solar dos seus avós. Havia um ano que cá estivera e já de novo cá tornava. Era a terceira vez (pelo menos) que D. Maria I nos visitava, sendo já Rainha e daí veio a grande paixão que seu filho D. João VI alimentava pela gloriosa Calípole.

Sem declarar o tempo da visita nem a sua duração, diz o autor da obra citada que estiveram aqui de novo Suas Majestades e Altezas, sendo visitados pelo Bispo de Beja D. Frei Manuel do Cenáculo que depois foi promovido a Arcebispo de Évora.

2. - Na vereação de 8 de Junho leu-se uma carta da Rainha participando o casamento do Infante D. João com D. Carlota Joaquina e o da Infanta D. Mariana Vitória com o Infante de Espanha D. Gabriel e ordenando as demonstrações de alegria que eram de costume. A Câmara assim o executou.

Era então que as Infantas se haviam tornado aptas para o matrimónio efectivo.

3. - Miudezas do governo municipal.

12 de Março. - Posse à nova Câmara, sendo Vereadores Simão Pereira de Carvalho, Bento Martins Sameiro e José Joaquim Miguéns; Procurador do Concelho, José Lopes de Almeida; e Tesoureiro, Caetano José Martins.

22 do mesmo. - Pão a 25 réis o arrátel; trigo a 500 réis o alqueire.

(1) Tomo 2, pág. 24.

9 de Abril. - António Ferreira da Cunha é nomeado quartel-mestre desta vila.

20 do mesmo. - É reconduzido por mais três anos o Ouvidor Peixoto com predicamento de Desembargador da Relação do Porto.

9 de Novembro. - Posse e juramento ao Alferes José António de Almeida Reixa, eleito quase dois anos antes.

V

Ano de 1786. - 1. - Em 25 de Maio deste ano faleceu o Rei esposo D. Pedro e em 3 de Junho chegou a participação oficial da sua morte, ordenando nela a Rainha lutos e exéquias solenes, excepto o quebramento de escudos. Porém a Câmara, achando o seu cofre em apuros, tomou o acordo prudente de requerer à Rainha que a dispensasse deste encargo alegando que até se achavam levantadas as propinas dos Vereadores. Reduziu-se portanto a demonstração pública somente aos lutos.

2. - Em 13 de Agosto fez-se uma convocação da Nobreza e Povo a fim de se criar partido a um médico por conta da Câmara. Havia nesse tempo só dois médicos e ambos velhos, sendo pagos por uma consignação da Casa de Bragança e honorários que lhes dava a Santa Casa da Misericórdia. Agora propõe a Câmara à Nobreza e Povo que se peça à Rainha a graça de ordenar ao Provedor da Comarca o lançamento de mais 50:000 réis no imposto do cabeção para as despesas do dito partido que foi fixado em 70:000 rs. anuais. Os 20:000 réis que faltavam eram os que a Câmara estava já dando a título de subsídio aos médicos da Casa de Bragança e do Hospital.

A assembleia municipal apoiou a proposta da Câmara dando como razão disso o achar-se o nosso Concelho mais aliviado na despesa da criação dos enjeitados por efeito da instituição das rodas, o que confirma virem para a nossa terra muitos expostos dos concelhos vizinhos antes dessa instituição. Assentaram, porém, neste acordo que se estabelecesse uma condição: de nunca o médico partidista da Câmara acumular os partidos da Casa de Bragança e os da Misericórdia, devendo optar por estes ou por aquele a fim de não chegar a povoação a ter um só médico. Foram dezoito os votantes.

Adiante se verá que este projecto chegou a ser uma realidade.

3. - Foi muito escassa a colheita de cereais neste ano, o que consta

da vereação de 23 de Agosto. Nele se leu uma ordem do Visconde da Lourinhã para a Câmara fazer relações do trigo colhido. Fê-las e elas acusaram apenas uma colheita de quatrocentos moios de trigo. Calculando que estes eram todos precisos para a futura sementeira, orçaram em mil moios o *deficit* para sustento de todos os moradores do Concelho.

Estas estatísticas nada valem por serem baseadas em meros cálculos. Em 1º lugar, a colheita devia ser superior a 400 moios; em 2º lugar, não se meavam então nem 300; e em 3º, se fôra preciso ao nosso concelho importar mil moios de trigo, mal dele... Só a 500 réis custar-lhe-iam 30 contos, o que era uma sangria mortal para a nossa terra. Não creio que precisasse de tanto pão.

4. - Miudezas do governo municipal.

11 de Fevereiro. - Toma posse a nova Câmara, sendo Vereadores Tomé Antunes Moreira, Jerónimo da Costa de Carvalho e Joaquim Falcão da Gama e Sousa; Procurador do Concelho, José Francisco Soares; e Tesoureiro, Luís José Michote.

18 de Outubro. - Francisco Xavier Machado de Moraes, morador nesta vila, arrenda as terras do Infantado em Ferreira e Bobadela, dando por seu fiador Manuel Gonçalves, lavrador e morador no largo da Fonte Grande. A Câmara julga a fiança idónea.

VI

Ano de 1787. - 1. - Também o ano pretérito foi escasso em uvas, de sorte que na vereação de 11 de Julho deste presente suspendeu a Câmara a postura de 1780, na forma prevista na mesma, permitindo a livre importação de vinho e aguardente de fora do termo.

2. - Na vereação de 10 de Agosto leu-se o alvará em que a Rainha autorizava o partido de Medicina da Câmara com 70:000 réis anuais que seriam pagos pelo cofre dos bens de raiz no presente e no futuro, mas isto, segundo entendo, porque lá ficava igual quantia no cofre do cabeção adicionada ao nosso encabeçamento.

Confiando já a Câmara nesta autorização Régia, tinha chamado para cá o Bacharel João Bernardo de Sequeira e já este servia o partido a contar do primeiro dia de Janeiro. Por esta causa elegeram-no quando chegou o al-

vará mencionado, mas declarando logo que vencia o seu honorário desde o princípio do ano.

Deferiu juramento no dito dia 10 de Agosto e serviu o seu cargo até à morte com satisfação comum e sem nunca pedir aumento de ordenado.

3. - Miudezas no governo municipal.

13 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara, sendo Vereadores Luís Jorge da Costa Amado e José António da Silveira; Procurador do Concelho, Pedro António Pazes; e Tesoureiro, Francisco José Piteira que não queria aceitar este cargo alegando o seu privilégio de tesoureiro da Bula da Cruzada, mas foi obrigado a isso. Em lugar de António José da Silva, que vinha na pauta por Vereador e já era falecido, foi nomeado Tomé Antunes Moreira.

29 de Setembro. - São arrematados os pastos da coutada da Porta de ferro por 25:000 réis.

VII

Ano de 1788. - 1. - O que acho mais notável neste ano são alguns excessos do Procurador dos Misteres José Gomes Leão, do seu escrivão José da Fonseca e do Mister José Pires. Não sei que excessos foram esses praticados no exercício das suas funções políticas. O que sei apenas pela verificação de 13 de Fevereiro é receber a Câmara neste dia uma precatória do Juiz de Fora para os suspender visto acharem-se criminosos por culpas cometidas no seu officio.

2. - O mais que consta a respeito da nossa politica municipal é o seguinte:

6 de Fevereiro. - Toma posse a nova gerência do município, sendo Vereadores Luís Jorge da Costa Amado, Estêvão da Silveira Menezes e José Miguel de Torres Penalvo; Procurador do Concelho, Clemente da Mota; e Tesoureiro, Tiago Mendes.

28 de Maio. - Francisco José Piteira é nomeado tesoureiro dos bens de raiz e cobrador do cabeção na vila.

17 de Dezembro. - Elói José Calado, tesoureiro do fisco, apresenta a sua Provisão Régia e dá por seu fiador Francisco José Piteira, contrata - dor de sola e morador na Corredoura.

VIII

Ano de 1789. - 1. - Os Capuchos que desde a expulsão dos Jesuítas eram os pregadores dos sermões do advento e quaresma na Matriz, aos domingos, por conta da Câmara, representaram à Rainha pela Junta do Estado de Bragança que era muito diminuta a gratificação de dez mil réis anuais por aquelas prédicas e pedem que lhes seja elevada a 16:000 réis pregando também o sermão de S. Sebastião. A Soberana assim lhes deferiu.⁽¹⁾ Vieram portanto a receber 1:600 réis por cada sermão.

2. - Miudezas do governo municipal.

17 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: Simão Pereira de Carvalho, António Joaquim da Rosa e Bento Martins Sameiro, Vereadores; José Francisco Soares, Procurador do Concelho; e Caetano José Martins, Tesoureiro.

3 de Junho. - É intimado Manuel Gil Ligeiro para entulhar o cabouco junto à estrada dos Telheiros como se obrigara pelo aforamento da courela com que formou a sua quinta.

Este ano de 1789 ficou sendo muito nomeado na Europa em razão de se estabelecer em França o primeiro Governo Liberal. Este governo, monárquico a princípio, guilhotinou em Janeiro de 1793 o inocente Reis Luís XVI. Depois foi república de várias formas até ir dar no Império de Napoleão I ao cabo de uma dúzia de anos.

A heresia do *Naturalismo*, filha legítimo do Protestantismo, conseguiu na Revolução Francesa de 1789 empolgar as rédeas do governo político daquela nação e desempenhou tanto à risca os seus fementidos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade que só pela guilhotina ceifou mais de um milhão de vidas!

Tomando esta gente o falso nome de *Liberais* e inculcando que as suas doutrinas constitufam simplesmente uma nova forma de Governo Político, sendo aliás heréticas em religião, conseguiram enganar os povos da Europa impingindo-lhes para cá o seu *Regime Liberal* - a grande heresia do nosso século.

Depois veremos como introduzindo-se o Liberalismo em Espanha veio a invadir Portugal em 1820 e 1826 sem conseguir o seu triunfo, implantando-se

(1) Livro 6 dos Registos, f. 52.

cá finalmente no ano de 1834 para empobrecer, aviltar e fazer miserável a Nação Portuguesa, aliás tão opulenta, nobre e gloriosa.

IX

Ano de 1790. - Não conheço deste ano mais acontecimentos que os respeitantes ao nosso governo municipal e desses mesmos apenas merece a graça de se arquivar o seguinte:

1º de Fevereiro. - Tomam posse os Vereadores José António da Silveira e Couto, Joaquim Falcão da Gama e Sousa e Jerónimo da Costa de Carvalho; o Procurador do Concelho Elói José Calado; e o Tesoureiro Francisco José Piteira.

Vê-se, pois, que no governo de D. Maria I vinham regularmente as pautas como antes do ministério do Marquês de Pombal.

X

Ano de 1791. - 1. - Ausentando-se desta vila em 1789 o médico João Baptista de Moura, despachou a Câmara em vereação de 19 de Agosto do mesmo ano para em seu lugar servir de Cirurgião dos Expostos Francisco José Vidigal da Fonseca. Duvidava-se agora se era legal aquela nomeação por motivo de não ter Francisco José faculdade para curar de medicina dentro da vila e seus coutos. Resolveu-se, portanto, essa dúvida na vereação de 12 de Fevereiro encarregando-se o Dr. João Bernardo de Sequeira do curativo de medicina e desfrutando por isso metade da courela que constitufa o partido de Cirurgião dos Expostos.

Naquele tempo contentavam-se com bem pouco...

2. - Por Decreto do 1º de Agosto foram extintas as Ouvidorias, deixando por isso o nosso Ouvidor de usar deste título e passando a tomar o de Corregedor como adiante veremos. Tratava-se então de uma nova circunscrição de comarcas por se acharem mal distribuídos os Concelhos de que elas se compunham. A razão disso, porém, vinha de haver muitos Donatários de vilas e acharem-se essas vilas muito distantes umas das outras. Assim, a

nossa comarca estendia-se a Alter e Chancelaria por constar unicamente de terras do Ducado de Bragança, ao passo que já lhe ficava de fora o Alandroal, pertencente à Comarca de Avis como terra dos Freires, Estremoz que era da Coroa, etc. Ora isto era incómodo para os povos porque tinham muitas vezes de andar doze léguas para chegarem à cabeça da sua comarca.

Querendo, pois, a Rainha regularizar a circunscrição das comarcas arredondando-as o melhor possível, comunicou aos Provedores o Decreto que extinguia as Ouvidorias com umas instruções particulares para a melhor solução deste negócio e assim, recebendo a nossa Câmara esses papéis por via do Provedor de Evora, convocou a Nobreza e Povo para a vereação de 7 de Dezembro, em que deviam deliberar sobre o melhor arredondamento da nossa comarca. O que resolveram consta do termo seguinte.

"E logo, sendo juntos nesta mesma Câmara a Nobreza e Povo, se lhes leu a ordem do Doutor Provedor e Decreto do 1º de Agosto de 1791 e artigos nella insertos, declarando-lhes que o espírito da lei consistia no fácil expediente da administração da justiça; do que uniformemente declararam que Vila Viçosa era cabeça de Comarca de criação dos Senhores Duques de Bragança e propriamente situada para a boa e fácil administração da justiça; e para ficar mais cómoda se lhe devia desanexar a vila de Arraiolos por ficar distante oito léguas e meia, a de Portel, Alter do Chão, Margem e Chancelaria que estão em distância de doze léguas; e em lugar destas se lhe deviam anexar Alandroal, Terena, Estremoz, Redondo e Veiros que ficam na distância de duas e três léguas; e por esta forma concordaram na resposta aos ditos artigos; de que o dito Ministro mandou fazer este termo, etc."

Como porém estas medidas despertam sempre ambições e melindres, como se tem observado até hoje, não passou de projecto a nova circunscrição comarca em relação a nós, se bem que fosse optimamente delineada a nova comarca de Vila Viçosa.

3. - Miudezas do governo municipal.

5 de Fevereiro. - Toma posse a nova Câmara, sendo Vereadores José Miguel de Torres Penalvo, Tomé Antunes Moreira e José Joaquim Miguéns; Procurador do Concelho, José Lopes de Almeida; e Tesoureiro, Manuel Marques da Silva.

14 de Maio. - José António Nunes, vulgo Caxatra, é nomeado escrivão do officio de barbeiro. Mais tarde foi Procurador do Concelho e da Misericórdia.

11 de Junho. - Manuel Alves, mercador, é nomeado depositário da caixa dos órfãos. Chamava-se depois Manuel Alves de Araújo. Era da Beira e como chegou a adquirir muita riqueza, chegou também a ser Sargento-mor da Ordenança, como veremos.

5 de Agosto. - Posse ao Juiz de Fora António Caetano Sampaio Teixeira Pimentel, o qual não mais deixou de o ser enquanto viveu por efeito do novo sistema das reconduções. Contudo, por honra deste magistrado integérrimo, direi que deixou entre nós glorioso nome afirmando os seus contempórâneos que as sentenças dele nunca eram reformadas na Relação de Lisboa.

11 de Outubro. - José Paulo Cordeiro, barbeiro, apresenta a sua carta de sangrador.

Este chegou a ser Vereador já durante o regime liberal, sem todavia ser rico e portanto independente.

Nesta época vinham as éguas da coudelaria Real de Alter a pastar nos olivais.

XI

Ano de 1792. - 1. - Neste ano foi a Rainha D. Maria I acometida por uma doença a que chamavam *alienação mental*. Fazem-se preces públicas pedindo a Deus as suas melhoras e na Capela Real são feitas essas preces diante da Imagem de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino, que por ordem do Príncipe Herdeiro D. João com data de 31 de Janeiro⁽¹⁾ foi trasladada para ali em procissão nocturna de penitência.

No dia da restituição da Padroeira do Reino à sua casa própria deveria celebrar-se uma procissão com festa solene. Porém disso não tenho notícias claras. Sei que a Rainha melhorou; porém o estado da sua saúde até à sua morte em 1816 não é fácil de se definir. Creio que ela ia bem quanto aos órgãos vitais e que somente enquanto à cabeça padecia de um tal ou qual idiotismo ou esquecimento.

Certo é que desde este ano até 1799 governou de facto seu filho D. João sem título especial, como Herdeiro presuntivo da Coroa, à semelhança do que praticara seu avô D. José na enfermidade última de D. João V. E de-

(1) Está registada no Cartório da Capela Real no Livro dos Estatutos novos.

pois de 1799 assumiu o título de *Príncipe Regente*, figurando assim em todos os actos majestáticos e inclusivamente batendo moeda em seu nome. Isto foi, sem dúvida, uma arbitrariedade ou absolutismo no Herdeiro presuntivo da Coroa, visto não chamar a nação a Cortes para o nomearem Regente do Reino, mas não censurem este Príncipe. Censurem antes as doutrinas absolutistas do Marquês de Pombal que mandou ensinar na única Universidade que deixou subsistir em Portugal estas máximas: *El-Rei não conhece superior na terra. Nele reside a plenitude do poder governativo, etc.* e o efeito destas doutrinas, contrárias ao Direito Público Português, não podia deixar de transparecer nos actos dos Estadistas da moderna escola.

Ninguém se queixou da resolução do Príncipe Herdeiro e muito menos sua augusta Mãe que se dava com ele nas melhores relações possíveis. Mas ofendeu com isso os direitos da Nação e talvez que a Providência permitisse depois a rebelião do Príncipe D. Pedro contra Portugal e seu Pai e Rei arrebatando-nos o Reino do Brasil para castigar aquela ambição do aliás excelente Príncipe D. João.

Continuemos.

2. - Miudezas do governo municipal. Não houve sessões em Janeiro.

1^o de Fevereiro. - Posse da nova Câmara, sendo Vereadores Simão Pereira de Carvalho, Estêvão da Silveira Menezes e Luís Jorge da Costa Amado; Procurador do Concelho, José Francisco Soares. O Tesoureiro da pauta Tiago Mendes era falecido, ficando por conseguinte continuando no seu cargo o Tesoureiro do ano pretérito.

20 de Junho. - Crispim José Mendes, filho de Tiago Mendes, nomeado este ano Juiz do officio de sapateiro, é também nomeado agora Tesoureiro dos bens da Casa Professa que fôra dos Jesuítas. Creio, porém, que esses bens eram só vasos sagrados, paramentos, etc.

XII

Ano de 1793. - 1. - O primeiro facto que tenho a registar neste anal é a trasladação do Beatério de S. José para o Colégio dos Padres da Companhia, realizada em 22 de Janeiro com festa solene de acção de graças por

aquele importante melhoramento.⁽¹⁾ Esta mercê devia ser já feita, sim em nome da Rainha, mas pelo Príncipe herdeiro D. João.

Agora, sim, que a fundadora D. Violante Perpétua ganhou muito de um dia para o outro. Passar do humilde Recolhimento de S. José para o Colégio da Companhia foi quase como ir de uma choupana a viver num palácio.

2. - Manuel Gil Ligeiro, não contente ainda com a courela de terra que lhe haviam aforado, quer ainda anexar à sua quinta dos Telheiros outra courela, obrigando-se a abrir na dita courela um novo nascente para prover melhor o chafariz concelheiro que tinha já fabricado na traseira das casas da mesma quinta. Mas a Nobreza e Povo não anuíram a esse novo aforamento. Responderam que os senhores Duques de Bragança haviam destinado as courelas da coutada para logradouro do povo e que se fossem continuando os aforamentos em breve não haveria um palmo de terra para cultivarem os seareiros pobres. Assim consta da vereação de 17 de Abril.

Mais do que isso, porém, conseguiu mais tarde Francisco António dos Santos, novo dono da Quinta do Gil, como veremos a seu tempo.

3. - Concedeu a Câmara algumas horas de giro de água do ribeiro do Beigudo ao novo dono da Horta da Capela, como consta da vereação de 25 de Maio. Não era isto da sua competência, visto que as levadas tinham sido reservadas para a Coroa logo na fundação da vila e pertenciam agora ao senhor da terra (Duque de Bragança). Vendo, porém, figurar a Câmara nesta concessão e já mais atrasadamente noutras, entendo que isso era antes com o fim de dar informações à Junta do Estado Brigantino que não de fazer ela a mercê ou aforamento, porquanto nenhum dos concessionários ficou pagando foragens ao Concelho e sim à Fazenda do dito Estado.

Veja-se o termo que está na aludida vereação:

"Foi presente um requerimento que a sua Majestade fez Paulo Martins, criado particular da Casa Real, em que pedia a Sua Majestade a mercê de lhe mandar dar mais algumas horas de giro da água para a sua horta, chamada da Capela, além das que já lhe foram concedidas noutro tempo, de que paga foro à Real Fazenda.⁽²⁾ E atendendo as razões que alega e se não poderem diminuir os giros⁽³⁾ das mais hortas sem embaraço grande⁽⁴⁾ de seus respectivos senhorios, acordaram os oficiais desta Câmara que se lhe des-

(1) Cartas da fundadora atrás citadas.

(2) Queriam dizer da Casa de Bragança.

(3) Porque as 24 horas do dia e noite estavam todas repartidas.

(4) Aliás ofensa de direitos legitimamente adquiridos.

sem duas horas de giro de água em cada um dos dias que pertencem aos engenhos, que vem a ficar em cada semana com mais seis horas de giro, cujas duas horas se lhe nomeiam do meio-dia até às duas da tarde atendendo a que os engenhos não moem de verão e para molhar as rodas lhe fica todo o mais dia e noite que lhe foi distribuído o dito giro e por esta forma houveram por feita esta repartição; de que para constar, etc."

4. - Quando abunda a água nas levadas públicas, não se faz caso de horas de giro: cada um rega quando e como quer e todas as reclamações e protestações do direito de cada foreiro ou concessionário vêm sempre nos anos de seca. Este de 1793 foi um deles. Para melhor sinal disso, está na ve reação de 3 de Agosto uma taxa de moendas de trigo por meio de atafonas, fixada em 50 réis por alqueire.

5. - Não constam do cartório municipal as festas populares que se fizeram pelo nascimento da Princesa da Beira D. Maria Teresa, primogénita do Príncipe D. João e de sua mulher D. Carlota Joaquina, mas a elas alcançam as notícias orais dos meus velhos patrícios com quem convivi ainda. Houve muitas danças e mascarados, além de repiques e luminárias.

6. - Deste ano em diante não correu bem o tempo aos nossos avós porque assustados os Reis da Europa com os horrores da primeira república Francesa, determinaram intervir nos negócios políticos daquele país fazendo-lhe guerra, posto que sem o desejado efeito. O governo de Portugal entrou nessa liga, podendo talvez escusar-se e o nosso exército batalhou no Russilhão, província meridional da dita França. Gastou-se nisso não pouco dinheiro e vidas e contribuiu para se restabelecer o imposto do papel selado e termos dívida pública já no meio de um dilúvio de tributos postos ou acrescentados pelo Marquês de Pombal.

Ao Russilhão foram alguns patrícios nossos.

7. - Miudezas do governo municipal.

16 de Janeiro. - Abre-se a pauta dos novos oficiais da Câmara, já assinada pelo Príncipe D. João, e dá-se-lhes posse. Foram Vereadores José Miquel de Torres Penalvo, José António da Silveira e Couto, e António Joa-quim da Rosa; Procurador do Concelho, José Francisco Soares; e Tesourei-ro, Caetano José Martins.

13 de Abril. - Sendo falecido o Capitão de Ordenanças da Companhia de Pardais Custódio José de Andrade, vota-se noutro em seu lugar, chamando -se-lhe Capitão da Companhia de Bencatel por esta aldeia ser já a mais ppulosa do distrito dela. Ficaram eleitos diversos por esta ordem: Antó-

nio Caetano de Bastos (7 votos), José António de Almeida Reixa (5), Manuel Marques da Silva, Joaquim António Miguéns, Estêvão da Silveira Menezes, Manuel Alves de Araújo, João Alves de Araújo, etc.

17 de Julho. - Posse e juramento ao novo Capitão de Bencatele e Pardais, José António de Almeida Reixa. É a primeira vez que acho preterido o mais votado (António Caetano de Bastos).

31 de Julho. - Eleição de Alferes para a Companhia de António Joaquim da Rosa. Ficaram votados os seguintes: Inácio José do Prado, Joaquim José dos Santos, Lino José Piteira, José Luís Pereira, José Lopes Veladeiro, José Francisco Soares e Pedro José Piteira. Andavam as opiniões muito encontradas.

3 de Agosto. - O alvenú Manuel Martins Leitão é nomeado tesoureiro do real do Subsídio Literário.

11 de Setembro. - Posse e juramento ao Alferes Joaquim José dos Santos...

23 de Outubro. - Carne de porco a 50 réis o arrátel.

18 de Dezembro. - António Joaquim Broxado é nomeado alvenú da fonte do Carrascal, tendo uma courela de propina, com obrigação de fazer consertos até ao valor de 4:000 réis por ano.

XIII

Ano de 1794. - 1. - Chegou neste ano o primeiro Corregedor da nossa Comarca, substituindo os antigos Ouvidores. Foi ele Tomás António de Vila Nova Portugal, e tomou posse a 24 de Dezembro. A circunscrição da comarca ficou como desde o seu princípio e assim se conservou até à sua extinção em 1834.

2. - Miudezas do governo municipal.

19 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara, sendo Vereadores Joaquim Falcão da Gama, Tomé Antunes Moreira e Joaquim António Miguéns; Procurador do Concelho, José Francisco Soares; e Tesoureiro, Francisco José Piteira. Adverte a pauta que o Procurador do Concelho é reeleito em atenção ao zelo com que sempre se empregava no serviço municipal: zelo conhecido na Junta do Estado Brigantino por ser atestado pelo Juiz de Fora (Pimentel) que pediu à mesma Junta a sua conservação naquele cargo.

Era isto uma espécie de recondução como as que vogavam na magistratura.

3 de Setembro. - Começam a aparecer os sargentos de Ordenanças de Provisão Régia, sendo também eleitos pela Câmara. Agora votam em Francisco Nicolau (da Rosa), oficial de sapateiro, para sargento da Companhia de José Vicente de Oliveira. Antigamente eram eleitos pelo Capitão.

5 de Setembro. - Manuel dos Santos Rosa, agora morador na rua de António Homem, é nomeado tesoureiro geral da Décima (de toda a comarca).

XIV

Ano de 1795. - 1. - Tendo falecido a 27 de Outubro de 1791, no lugar do Espinhal, o Bispo Deão D. Vicente da Gama Leal, foi nomeado em seu lugar o Bispo de Zuara D. José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil. Este participou logo a sua nomeação ao Cabido mostrando ter nisso muita honra⁽¹⁾ e tomou posse a 22 de Agosto deste ano.⁽²⁾

2. - Quando no ano de 1756 censurei que as taxas de serviços agrícolas ordenadas pelo Marquês de Pombal, disse que o pior que tinham essas taxas era o carácter de permanência que o Governo queria dar-lhes, sendo aliás melhor o antigo costume de serem feitas pelas Câmaras em cada ano segundo a maior ou menor carestia dos géneros alimentícios.

Agora o Governo da Rainha seguindo as mesmas pisadas ordena a reforma das taxas daquele ano porque ao cabo de mais 39 faziam muita diferença os preços dos comestíveis... E o pior era que essa diferença aparecia muitas vezes de ano para ano. Logo, o melhor sistema seria fazerem-se taxas todos os anos ou nunca.

Veja-se, pois, a *Reforma da taxa dos jornaleiros feita em 1756* elaborada na vereação de 11 de Novembro e que eu dou comparada com aquela:

	Em 1756	Em 1795
Homens de varejo	150	180
Escavas, podar, etc.	150	170
Empar, botar cepas	150	180

(1) Livro de registo de ordens, etc. remetidas ao Cabido.

(2) Livro de posses do mesmo Cabido.

	Em 1756	Em 1795
Cava em Março	160	180
Cava em Abril	180	200
Cava em Maio	200	220
Geiras de manhã até às duas da tarde	200	240
Ditas de sol a sol	300	360
Sementeiras, de bestas grandes	370	400
Mulheres de apanho de azeitona	80	100

O tostão de jornal a estas havia de ser tão somente nos anos de grande novidade.

Estabeleceu-se mais que o trabalho manual seria de sol a sol e não das sete e sete e meia da manhã como se ia querendo introduzir; que os cabeças de motim contra estes salários sofreriam a pena de 4:000 réis pagos da cadeia e mais 200 réis ao oficial que efectuasse a captura; e que os proprietários que excedessem os preços da tabela pagariam de multa 6:000 rs.

Comparando agora estes preços com os dos nossos dias, vê-se que nem os trabalhadores nem os proprietários eram lesados com as novas taxas. Contudo não as aprovo por terem o carácter de permanência para muitos anos, como acima adverti.

3. - Miudezas do governo municipal.

11 de Fevereiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: José Heliodoro de Brito Peracha, Jerónimo da Costa de Carvalho e José de Torres Vaz Frade, Vereadores; José Francisco Soares, Procurador do Concelho; e Crispim José Mendes, Tesoureiro.

17 de Outubro. - O Sargento-mor das Ordenanças da vila Martinho Leal pede a sua exoneração que lhe foi aceite por Sua Majestade. E procedendo-se agora à eleição de outro, ficaram votados os seguintes: Tomé Antunes Moreira (com 8 votos), Jerónimo da Costa de Carvalho, João Alves de Araújo, José Vicente de Oliveira, José Joaquim Prezado, António Joaquim da Rosa, Joaquim António Miguéns, João Pedro Feio, Estêvão da Silveira Menezes.

Estavam os eleitores muito disconformes. Prevaleceu o primeiro eleito.

Ano de 1796. - 1. - Pela quarta vez depois de Rainha nos visitou neste ano D. Maria I com toda a mais Real Família. Esta vinda foi para se avistarem no Caia D. João VI e sua mulher D. Carlota Joaquina com os Reis de Espanha Carlos II e D. Maria Luísa. A primeira notícia que alcancei desta visita foi oral, mas depois folheando o cartório da Capela Real achei a certeza dela por meio de uma Ordem de Sua Majestade, em data de 6 de Fevereiro, do Paço de Vila Viçosa, assinada pelo Marquês Mordomo-mor. Tinha Sua Majestade feito Cavaleiros da Ordem de S. Tiago da Espada a todos os Capelães, e Freire do Hábito de Cristo ao Tesoureiro-mor, o que julgo realizado nesta mesma visita. E por aquela ordem de 6 de Fevereiro autorizou os agraciados a usarem das respectivas insígnias independentemente de esperarem pela passagem das suas cartas de mercê. ⁽¹⁾

Visto que toquei em títulos honoríficos dos Capelães da nossa Real Capela, direi o resto. Essa graduação de Cavaleiros de S. Tiago durou, se me não engano, até 1806 - época da ulterior visita da Rainha -, porquanto passaram a ser antes Cavaleiros do Hábito de Cristo; e em 1818 ficamos Cónegos (representantes dos antigos Capelães) sendo Cavaleiros natos da Ordem da Conceição.

Se a demora da Família Real em 1796 foi grande ou pequena, eu o ignoro por falta de notícias escritas. Sabemos simplesmente que se achava cá em princípios de Fevereiro e que não tornou senão dez anos depois a esta nossa vila.

Por decreto de 7 de Agosto de 1796 passaram os Terços de Auxiliares a chamarem-se de Milícia e os seus mestres de campo ficaram sendo chamados de coronéis, aproximando-se estes corpos da organização da primeira linha.

2. - Miudezas do governo municipal.

27 de Janeiro. - Posse da nova Câmara. São Vereadores José Miguel de Torres Penalvo, José António da Silveira e Couto e Bento Martins Sameiro; Procurador do Concelho, José Francisco Soares; e Tesoureiro, Manuel Marques da Silva.

12 de Março. - Posse e juramento ao Sargento-mor Tomé Antunes Moreira, e ao Capitão João Alves de Araújo.

(1) Livro dos Estatutos novos in fine.

17 de Agosto. - Eleição de um Alferes para a Companhia deste último. Ficaram votados: Lino José Piteira (com 10 votos), Inácio José do Prado, Pedro José Piteira, Manuel Alves de Araújo, António José Vaz de Guimarães e outros.

Em vez de Pedro António Pazes, que pedira a sua demissão de Almojarife do Castelo, são eleitos José da Silva, José de Almeida Mouro e outros.

24 de Setembro. - Posse e juramento ao Alferes Lino José Piteira.

23 de Novembro. - São apresentadas quatro Provisões Régias de Sargentos da Ordenança.

24 de Dezembro. - Eleição de Alferes da Companhia de José Vicente de Oliveira. Nela obteve Pedro José Piteira 9 votos; António José Vaz, 1; Francisco José de Almeida, Caetano José de Almeida, idem.

XVI

Ano de 1797. - Deste ano data o restabelecimento do imposto do Papel Selado para vigorar desde o princípio do ano seguinte em que até as actas das Vereações passaram a ser escritas em papel de 10 réis a meia folha.

Miudezas do governo municipal.

4 de Janeiro. - Em lugar de Joaquim José dos Santos, que passara a Tenente de Auxiliares, procede-se a nova eleição de um Alferes de Ordenanças, obtendo António José Vaz 1 voto em primeiro lugar, Manuel Alves 2 em segundo, Luís José Tarana em terceiro, etc.

15 do mesmo. - Tomam posse os Vereadores Simão Pereira de Carvalho, José Joaquim Miguéns e António Joaquim da Rosa; o Procurador do Concelho José Francisco Soares; e quanto ao Tesoureiro Caetano José Martins, que vinha na pauta, não quiseram aboná-lo os oficiais referidos por se achar em dividido e por isso mesmo não tomou posse.

15 de Fevereiro. - Posse e juramento aos Alferes Pedro José Piteira e Caetano José de Almeida Reixa.

8 de Abril. - Obrigação da carne - Joaquim António de Abreu, dando vaca a 60 réis nos meses do costume; carneiro e chibato todo o ano a 50; cabra a 35 os três meses do costume (Agosto e seguintes).

2 de Agosto. - Jerónimo José Quadrado, alvenú, eleito mestre dos canos da fonte do Carrascal com a competente courela de propina, em vez de Boni

fácio José da Fonseca Vidigal que tinha falecido.

9 do mesmo. - Distribuem-se as courelas da folha dos Telheiros.

XVII

Ano de 1798. - Conheço deste ano apenas as seguintes miudezas do nosso governo interno.

24 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara, sendo Vereadores Tomé Antunes Moreira, Estêvão da Silveira Menezes e Joaquim Falcão da Gama; Procurador do Concelho, Clemente da Mota; e Tesoureiro, Francisco José Piteira.

31 de Março. - Eleição de um Alferes em lugar de Manuel Marques da Silva que pedira a sua demissão por velho. O mais votado foi António Joaquim de Abreu (com 13 votos).

É o primeiro individuo nomeado nesta história entre os funcionários civis e militares do Concelho que eu conhecesse pessoalmente.

18 de Abril. - Eleição de três pessoas para uma delas servir de Intendente geral das Coudelarias da Comarca. Foram: em 1º lugar, Luis António de Melo Lobo, Coronel do Regimento de Milícias (Auxiliares) desta comarca; em 2º, José de Sousa Menezes, Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo e Coronel de Milícias da comarca de Avis; em 3º, José Victorino Duarte Coelho da Silveira, Capitão de Milícias, morador em Borba.

26 de Maio. - Posse e juramento ao Alferes António Joaquim de Abreu.

6 de Junho. - Item ao Capitão Manuel Alves de Araújo em vez de António Joaquim da Rosa.

3 de Outubro. - Eleição de Superintendente das Cavalarias da Comarca em vista das ordens de Sua Majestade: 1º - José Bernardo de Sousa da Câmara, Sargento-mor reformado de cavalaria com 70 anos de idade pouco mais ou menos; 2º - João da Silveira de Vilalobos, morador em Borba; 3º - Manuel de Valadares, Capitão-mor de Borba.

Ano de 1799. - 1. - Queixam-se os moradores de Pardais contra António Lobo Infante de Lacerda, dono da Quinta dos Infantes, por lhes tapar com valado a estrada que ao longo da ribeira abre caminho para a Igreja. Vai a Câmara fazer vistoria e decide que, sendo o caminho em questão público e antigo, não o podia tirar António Lobo (Vereação de 24 de Julho).

Há fora da quinta mencionada uns pedaços de terra pertencentes à mesma onde exploraram águas que para lá foram encanadas atravessando a estrada vicinal e foi sem dúvida por isso que António Lobo teve a idéia de vedar o trânsito por ali.

Eu invejo aqueles tempos em que as questões desta espécie eram resolvidas pela Câmara sem despesa das partes queixosas, quando hoje é tudo levado para os tribunais judiciais onde a justiça custa rios de dinheiro!

Aquele António Lobo era conhecido pela alcunha de *Ciganito* e pai de D. Genebra Infante, primeira mulher de José d'Assa Castelo Branco e herdeira da casa vincular dos Infantes entre nós - casa que foi desvinculada a requerimento de José d'Assa, dando a dita quinta ao Advogado António da Silva Leitão para lhe obter a dissolução do morgado de sua mulher, ficando -lhe o seu em pé. Adiante nos aparecerá o mesmo António Lobo Infante figurando pouco airosamente.

Começam os tabeliães a escrever as Notas em papel selado de cinco réis a meia folha.

2. - Miudezas do governo municipal.

16 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: Luís Jorge da Costa Amado, José António da Silveira e Couto e José Miguel de Torres Penalvo, Vereadores; José Francisco Soares, atendendo ao seu zelo, etc., Procurador do Concelho; e Crispim José Mendes, Tesoureiro.

6 de Março. - Arrematação das carnes verdes. Vaca seis meses a 60 réis o arrátel; carneiro, dois meses a 40 réis, um a 45, três a 50 e os mais a 55; chibato, dois meses a 50 réis e o mais a 55; cabra, dois meses a 35 réis e um a 30.

13 de Novembro. - Condenado Inácio Prates, trabalhador e morador no lugar do Carrascal, em 6:000 réis por ter vendido um porco cevão para Borba contra o pregão da Câmara.

27 do mesmo. - Absolvido Inácio Prates porque foi sua mulher que ven-

deu o cevão na sua ausência, sendo enganada "por um maroto" de Borba que lhe afiançou morar aliás no Terreiro do Paço... Coisas! Quer isto dizer que por empenhos quiseram relevar a multa imposta.

18 de Dezembro. - António José Vaz de Guimarães, capelista, é nomeado tesoureiro geral do papel selado nesta comarca.

XIX

Ano de 1800. - 1. - No mercado de quarta-feira, 16 de Julho, deu-se uma pendência desairosa entre os dois Almotacéis efectivos José António da Silveira e Couto e Luís Jorge da Costa Amado. Brigaram por questões de taxas, segundo parece, e acabou Luís Jorge por espancar o seu colega na praça pública em dia de mercado e de vereação da Câmara. Esta suspendeu-o logo e, sendo o caso levado ao conhecimento do Príncipe Regente, mandou este carta pela Junta do Estado Brigantino para Luís Jorge não mais ser eleito para cargos municipais. Ficou sendo, como já era, Sargento - mor das Ordenanças de toda a comarca.

2. - Não corria saudável a quadra, havendo peste onde quer que fosse, pois em 11 de Novembro foi eleito Guarda-mor da saúde António Viegas Correia Lobo da Ponte, Tenente da nossa praça, Tenente-coronel de infantaria e natural desta vila, tendo por seu substituto o Capitão Jerónimo da Costa de Carvalho.

3. - A propósito de falar em António Viegas, ocorre-me dar notícia do seu jardim, ainda não esquecido, pois as suas casas com quintal para o Carrascal e meieiras com as dos Sosas, na rua de Santa Luzia, são designadas ainda hoje por *Casas do Viegas* ou *do jardim do Viegas*.

Aforou ele à Câmara um pedaço do Carrascal junto ou na traseira das suas casas para formar ali um jardim e a Câmara concedeu-lhe o aforamento com a condição de ter esse jardim só meias paredes para o povo se regalar com a vista exterior dele. Assim foi observado por muitos anos, como veremos a seu tempo, mas declaro já que não encontrei memória explícita do primeiro aforamento nas vereações, agora já com uma escrituração deficiente.

Em suma, António Viegas plantou ali muitas árvores exóticas, das quais restam ainda algumas alfarrobeiras. Formou elegantes caramanchões de bu-

xo, diversas casas de campo com pastores comendo frutas, etc. A figura mais notável e ainda celebrada é o "Pai-avô" que se levantava por molas ocultas, oferecendo a sua caixa de tabaco a quem punha os pés num estrado que ele tinha ante a cadeira em que estava sentado. Os troncos, rostos e mãos das figuras eram de barro, tudo manipulado pelo Tenente-rei da Praça. Também merecia muita atenção uma paródia da Memória Real do Terreiro do Paço de Lisboa, modelada igualmente em barro, etc. Da parte de fora do jardim plantou dois renques de maçanqueiras que ainda subsistem, devendo aliás ter sido arrancadas há muito como se fez a outros dois de choupos que partiam da Igreja da Lapa. Esses renques são um estorvo à vista de quem passeia por aquele campo de recreio, embaraçam os feirantes e os exercícios militares, enquanto que para ornato desse mesmo campo bastam os passos arborizados em todas as suas extremidades e o que divide aquele rosário em dois pela estrada de Bencatel.

Por morte de António Viegas veio a destruir-se o jardim, de sorte que depois de 1830 já tinha perdido toda a sua formosura.

Em 1806 foi ali visitá-lo o Príncipe Regente e em memória deste facto levantou António Viegas no mesmo jardim um padrão encimado por um ceptro e uma coroa Real - padrão que foi aproveitado para marco funerário da sepultura de José António de Sousa Menezes no cemitério da Matriz, se não estou mal informado.

4. - Vejam-se agora as estatísticas da Décima predial e do Maneio neste ano:

Pessoas da vila e os ausentes de fora do termo	1:067:650
Bencatel	36:067
Pardais	54:590
S. Brás	2:345
Terrugem	37:786
Ciladas	90:094
S. Romão	<u>11:730</u>
Soma	1:300:262
Décima predial de 1780	<u>1:204:070</u>
Diferença para mais	96:192

Outras décimas:

Juros	127:853
Empréstimos gratuitos	23:914
Fazendas eclesiásticas	32:725
Juros eclesiásticos	<u>1:828</u>
Soma	186:320
Quebras (falhas)	19:182
Acréscimos	<u>6:564</u>
Diferença (falhas exactas)	12:618
Maneio ou 4%	
Vila	75:500
Bencatel	11:440
Pardais	9:330
S. Romão	13:830
S. Brás	1:700
Ciladas	17:600
Terrugem	<u>8:200</u>
Soma	137:600
Maneio de 1780	<u>344:040</u>
Diferença para menos	206:440

Resumo das décimas de 1800

Predial livre de falhas	1:287:644
Juros e empréstimos	186:320
Maneio ou indústria	<u>137:600</u>
Total destas	1:611:564

Só estas contribuições eram lançadas pela Câmara e por isso não se encontram no seu cartório os cadernos ou livros das outras, cujo lançamento estava a cargo do Provedor de Évora e do nosso Corregedor. Eram elas agora: o cabeção, as sisas dos bens de raiz, as sisas das correntes (dobradas), o real de fortificação e o Subsídio Literário, o imposto do papel selado. A minha vontade era dar aqui uma soma total dos tributos que o Estado levantava então neste concelho, mas faltam-me esses documentos.

Observarei ainda que a Freguesia das Ciladas, não obstante ser compreendida só parcialmente no nosso termo, figura como a mais rica das rurais e

isso era devido à grande casa dos Cordeiros Vinagres, lavradores dos Cordeiros, Marinela de baixo, etc., etc.

5. - Miudezas do governo municipal.

17 de Janeiro. - Leite a 3 quartilhos por um vintém.

23 de Abril. - Arrematação de carnes verdes. Vaca, por seis meses, a 70 réis o arrátel (459 gramas); carneiro e chibato a 60. Já se vê que tinham encarecido muito.

7 de Maio. - Posse da nova Municipalidade. São Vereadores Martinho José Leal que deixara há um ano o lugar de Escrivão da Câmara, Joaquim António Miguéns e Jerónimo da Costa de Carvalho; Procurador do Concelho, José António Nunes, vulgo o Caxatra; e Tesoureiro, José Ferreira Monteiro.

7 de Junho. - António Joaquim de Abreu obriga-se a dar as carnes verdes pelos mesmos preços que Manuel Gonçalves (da Fonte Grande) e como este o fazia por favor, dá-se àquele a obrigação.

11 do dito. - O mesmo Abreu é nomeado tesoureiro das Sisas (prediais).

25 do dito. - Joaquim Antunes Chidó é eleito Alferes ordinário do Estado de S. Jorge, à imitação da cidade de Évora, por assim o requerer.

XX

No verão de 1800 veio aquartelar-se na nossa vila o Regimento de Cavalaria de Moura que depois teve o nº 2 e aqui se conservou pelo menos até Fevereiro do ano seguinte.

Nos últimos anos deste século XVIII, sai do monte dos Coutos o charepe Cristóvão Manuel. Acampa com as suas vacas e familia num olival do Barro Branco onde fabricou umas cabanas. Anexa-lhe depois várias courelas de vinha e olival e assim se formou o Monte das Cabanas junto aos limites de Bencatel nos coutos ocidentais.

Com isto fechamos as crónicas do século XVIII para entrarmos no XIX.

CAPITULO XC

Crónica dos anos de 1801 a 1805. Guerra dos Espanhóis em 1801 e suas conseqüências para esta vila. Vinda do 2º Regimento de infantaria de Olivença. Perda desta praça. Remoção da artilharia do nosso Castelo para Campo Maior. Aumento do imposto das sisas. Subscrição para o empréstimo de 12 milhões. Novos tributos: de quintos das capelas e sobre criados e cavalgaduras. Novas munições para os quartéis do Castelo à custa do povo. Segunda vinda do referido Regimento de Olivença. Nova subscrição para o empréstimo dos 12 milhões. Doação da casa do trigo à Câmara. Criação de novos partidos Camarários a um médico e a um cirurgião. Primeira arrematação da casa do trigo. Reformação da Capela de Nossa Senhora da Saúde. Conserto radical do relógio do Caracena. Precauções contra a peste em 1804. Licença à Misericórdia para trazer 200 carneiros na coutada. Providências do Príncipe Regente contra a falta de pão. O Cirurgião Mira. Horta do Alberto. Nova subscrição para as urgências do Estado. Miudezas do governo municipal.

I

Ano de 1801. - 1. - Somos chegados ao século XIX, este século vanglorioso que vale muito menos do que se inculca. Para Vila Viçosa, com certeza tem sido ele um século de ferro, pois diminuiu a riqueza, a ilustração das ciências e letras, o ardor do sentimento religioso e com ele a moralidade pública e particular, como deixarei patente nestaminha história.

O seu primeiro ano foi marcado por uma guerra que nos fez a Espanha, designada vulgarmente pelos contemporâneos com o nome de Guerra dos Espanhóis como se não tivesse havido tantas outras a que igualmente quadrasse esta designação. Fizeram-no, porém, assim os nossos avós propriamente para distinguirem esta guerra da outra que logo depois nos fizeram os Franceses.

Originou-se assim a dita guerra. Luís Napoleão, ainda Primeiro Cônsul da República Francesa, e Carlos IV, Rei de Espanha, quiseram que o Príncipe Regente de Portugal se declarasse contra a Inglaterra, nossa antiga

aliada, como já acontecera em tempo de El-Rei D. José. Mas o Príncipe não anuiu e daí tomou pretexto seu sogro para invadir o nosso Reino commão armada.

Foi de curta duração esta guerra, mas assim mesmo não deixou de ser-nos bastante nociva. Antes de começarem as hostilidades, não sei por que razão, foi desguarnecida a praça de Olivença tirando-se dali os três corpos de tropas regulares que a presidiavam. O 1º Regimento de infantaria, que teve depois o nº 3, foi aquartelar-se em Estremoz; o Regimento de cavalaria, que depois teve igual número, passou para Elvas; e o 2º de Infantaria, que se chamou no futuro nº 15, veio para Vila Viçosa trazendo por seu Coronel Miguel João Azambuja. Este cá veio a morrer e aí deixou um filho do qual procedem os deste apelido entre nós. Desguarnecida assim a praça de Olivença, passou a presidiá-la em Março o nosso Regimento de Milícias de Vila Viçosa, antigo Terço de Auxiliares a pé. E observando os Espanhóis este erro do Governador das Armas do Alentejo ou de quem quer que fosse de entregar uma praça tão importante nas mãos de tão fracos defensores, assaltam-na de improviso e apoderam-se dela em 20 de Maio, fazendo mortos ou prisioneiros os Milicianos que não puderam fugir. Este abandono de Olivença à defesa de um Corpo da 2ª linha é attribuído pelos nossos velhos a uma traição ou pelo menos a ignorância da arte da guerra em quem governava a província do Alentejo.

Perdida pois Olivença, operou-se nela uma grande emigração dos seus vizinhos para a nossa vila e para outras partes por não quererem viver sob o domínio de Espanha. Ainda se conhecem hoje muitas dessas famílias emigradas para entre nós.

2. - Vila Viçosa foi também invadida nessa ocasião. Não tenho disso notícias miúdas e apenas sei por mo referir uma pessoa desta época⁽¹⁾ da entrada que fizeram cá os nossos inimigos. A vila estava desguarnecida porque o Regimento 2º de infantaria de Olivença não se demorou entre nós. Os nossos Milicianos e Ordenanças não se julgaram aptos para fazerem rosto a uma divisão de tropas regulares e portanto os Espanhóis entraram sem resistência pela porta do Nó, penetraram no Terreiro do Paço e aí fizeram alto, bivacando a infantaria pelas quatro faces do Terreiro e colocando-se no meio os carros da artilharia. Ao cabo de poucos dias retiraram-se para o Alandroal sem dispararem nem um tiro sequer.

(1) Meu tio João Bernardo Espanca, já então com os seus nove anos de idade.

A isto que eu soube por notícias orais, juntarei que Soriano, autor da *História da Guerra Civil*, escreveu que Vila Viçosa pagou 40 mil cruzados ou 16 contos de réis, assim como Borba e Alter do Chão.⁽¹⁾ Observa o mesmo historiador que o nosso exército se portou cobardemente. A *campanha de 1801*, diz ele, *tem o carácter mais vergonhoso que oferece a História do país.*⁽²⁾ A este respeito só encontrei alusões no cartório municipal de serem pagas contribuições aos Espanhóis e de terem estes saqueado as munições do Castelo. É provável que a brigada invasora entrasse aquinos fins de Maio ou princípio de Junho e que esta gente fosse do exército que entrou por Campo Maior em 20 de Maio.

3. - Também por notícias orais dos velhos consta que a nossa praça em 1801 estava abandonada, tendo a sua artilharia sido levada para Campo Maior. Só em 1806 voltaram três canhões, um de ferro e dois de bronze, calibres 8 e 24, por ordem do Príncipe Regente, para se não perder o costume de haver salvas em Vila Viçosa quando aqui viesse a Família Real e noutras ocasiões de solenidade.

4. - Pouco depois acabava a guerra pelo Tratado de Badajoz, celebrado no mesmo ano de 1801, ficando porém Portugal sem Olivença e todo o seu território até à margem esquerda do Guadiana ou até Juromenha, incluindo Vila Real que era do termo desta posto que além do rio. O comércio daquela rica e fértil comarca fez-nos logo muita falta e é causa de não termos em Vila Viçosa uma estação de caminho de ferro mais cedo, pois necessariamente havia de fazer-se um ramal para ali. É fama que a Mitra de Elvas, a cujo Bispado pertencia Olivença, perdera em dez mil cruzados!

5. - Em vereação de 4 de Março foi aumentado o imposto das Sisas com o adicionamento de trezentos mil réis, como ordenara o Príncipe Regente em Provisão de 28 de Março de 1800... O Príncipe não tinha poder para aumentar os impostos sem a Nação ser ouvida em Cortes e muito menos ainda para criar tributos novos, mas fê-lo porque assim o ensinara e pusera em prática o Marquês de Pombal.

Aquele adicionamento realizou-se assim por voto da Nobreza e Povo: lançaram duzentos mil réis aos privilegiados e votaram que os cem restantes saíssem do acréscimo das Sisas das correntes e da maioridade, isto é, do cabeção geral.

(1) Tomo 2, pág. 377.

(2) *Ibid.* pág. 376.

Não se esqueçam os leitores de que as Sisas andavam dobradas há muitos anos e que as prediais excediam 13 por cento. Vê-se, portanto, que nada enchia já o sorvedouro imenso chamado *Tesouro público*. Haviam-se os Ministros da governação acostumado a fazer gastos sem conto, nem peso, nem medida e portanto o dinheiro do povo a nada chegava já, sendo aliás tão duros os seus sacrifícios.

Os privilegiados, que eram Eclesiásticos ou Regulares, contribuíam agora como nos grandes apertos da Guerra da Restauração de 1640 e continuaram a ser carregados de tal forma que, ao serem extintas as Ordens Religiosas em 1834, pagavam estas dos seus prédios três décimas anuais ou 30 por cento.

6. - Mais claro documento de quanto se achava então exausto o Tesouro Público é o empréstimo nacional de doze milhões de cruzados, cuja subscrição foi aberta entre nós em Abril por uma ordem de S.A.R. transmitida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Era para se acudir às urgências do Estado que dispendera na guerra do Russilhão o que lhe fazia falta agora para dispender na guerra injusta que lhe declarava a Espanha. Celebrou-se portanto em 23 de Maio uma assembleia do Clero, Nobreza e Povo, a fim de cada um contribuir com o que pudesse e deu o seguinte resultado:

- | | |
|--|------------|
| 1. - D. Inácia Xavier Caetana de Aragão, órfã herdeira de seu tio José Bernardo de Sousa da Câmara, por mandado do seu Juiz Tutor, concorreu com uma Acção, metade em dinheiro e metade em papel moeda e quer uma apólice dos Juros Reais e os bilhetes da Lotaria | 240:000 |
| 2. - Bento José Dias, lavrador dos Cordeiros, idem | 240:000 |
| 3. - Joaquim José dos Santos (quando vendesse os seus frutos), idem | 240:000 |
| 4. - Manuel Gonçalves, da Fonte Grande, disse que já tinha dado voluntariamente 12 contos | 12:000:000 |
| 5. - Manuel Alves de Araújo (metal) | 48:000 |
| 6. - Pedro José Piteira, idem | 20:000 |
| 7. - Luís António Nunes, na forma da Lei, isto é, <u>meta</u> de em metal e a outra em papel moeda | 48:000 |
| 8. - Francisco Mendes, lavrador da herdade dos <u>Palhei</u> ros (metal) | 30:000 |

9. - Joaquim António Miguéns (sendo 10:000 réis em papel)	72:000
Total	12:938:000

Tinha-me esquecido de nomear a dívida pública, constante agora de apólices de juro Real e desde alguns anos do papel moeda que ainda subsiste quase sem nenhum valor (5% e menos ainda). Este chamado papel moeda ou dinheiro em papel tinha então curso forçado quanto a meio valor das mercadorias em virtude de uma lei, de sorte que dizendo-se que um capital ou um foro era *na forma* (da lei), entendia-se que era metade em dinheiro metálico e a outra metade em papel moeda. Este papel até 1834 ainda era cotado a 80% e depois com a introdução de inscrições, cupões, etc. da moderna dívida pública, decafu a ponto de quase não ter valor algum no mercado.

7. - Outra prova do mau estado das finanças da Fazenda Pública está na criação de tributos novos de que acho menção neste ano. São eles os Quintos ou décimas dobradas sobre os bens das Capelas que tinham sido ou iam sendo incorporadas na Coroa, e o imposto sobre *criados e cavalgadas*.

Em relação às Capelas sequestradas em 1774 e anos seguintes pelo Marquês de Pombal, direi que se mal fez este em se apoderar delas sem o consentimento da Sé Apostólica, pior fizeram os seus sucessores Ministros de Estado em fazerem mercês ainda que temporárias dessas Capelas a seus afilhados e compadres. Se o Estado era pobre, não tinha que dar e portanto os bens encapelados e sequestrados para o fisco deviam ter logo sido vendidos em benefício das despesas públicas.

A abundância de dinheiro predispõe o esbanjamento. Tão certo é isto que um rifão dos nossos avós diz: *o dinheiro não consente necessidades*. Quanto mais há, mais se gasta e a prova disso temo-la na maior parte dos modernos funcionários civis e principalmente militares que, quanto maior é o seu ordenado, maior é a sua prodigalidade, andando frequentemente à *Divina*, pedindo empréstimos a uns e a outros, sem terem um real nos últimos quinze dias de cada mês.

Isto mesmo aconteceu com o Tesouro Público depois da administração do Marquês de Pombal. Este queria que houvesse ali dinheiro e bastante dinheiro, criando tributos novos sem necessidade alguma, de seu motu próprio. Da abundância procederam as larguezas e esbanjamentos e assim, ao entrar no século XIX, em cima já do imposto do Papel selado era preciso criar os Quintos, estabelecer o tributo sumptuário de criados e cavalgadas, fabricar dinheiro pintado em papéis, e andar o Estado como os entala

dos com dívidas a pedir dinheiro a juro, a pedir esmolas. A um económico tudo chega; a um mal governado nada basta. Continuemos.

Começam as Notas dos Tabeliães a ser lavradas em papel de 10 réis a meia folha, mas suspendeu-se ainda esta imposição nos livros dos anos seguintes.

8. - Miudezas do governo municipal.

21 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: Simão Pereira de Carvalho, José Joaquim Miguéns e Tomé Antunes Moreira, Vereadores; José Francisco Soares, Procurador do Concelho; e Crispim José Mendes, Tesoureiro.

18 de Abril. - Eleição de um depositário das armas e munições do Castelo. Saíram votados Pedro António Ribeiro, José de Almeida Mouro e José da Silva.

5 de Agosto. - Vendem-se os gustadouros da Coutada por não terem vindo os machos de Sua Majestade, conforme as ordens superiormente dadas.

Põe-se também a cultura das courelas de alqueve em arrematação a quem mais desse, em beneficio das obras públicas. Isto se devia ter feito há muito como adverti por vezes, porquanto sendo já poucas as courelas distribuídas a 1:000 réis, não chegavam a todos os seareiros pobres. Logo, fizeram bem suprimindo essa distribuição quase gratuita e aplicando o produto das arrematações a favor das obras municipais.

16 de Setembro. - Posse e juramento ao Capitão da Companhia de Ordenanças de Bencatel e freguesias anexas, António Caetano de Bastos.

Morava ele agora nesta aldeia numa boa casa que edificara na rua das Flores, sendo lavrador da Nora com suas anexas de Calva e Maroteira, como o foi depois da sua morte seu filho Padre Manuel Bernardo de Bastos e Sousa.

II

Ano de 1802. - 1. - Neste ano e no seguinte contribuí Vila Viçosa para o provimento dos quartéis da Cidadela, cujas munições se diz terem sido saqueadas pelos Espanhóis no ano precedente. Esperava-se guarnição das três armas para a Praça, como sempre fôra costume e assim foi preciso que o povo atendesse à exigência, feita pela Câmara, de se restaurarem os mó-

veis daqueles quartéis - aliás teria de sofrer os aboletamentos de tropa nas suas casas. Por outra parte, o povo gostava de que estivesse tropa aquartelada na nossa vila porque sabia quanto isso lhe era vantajoso a todos os respeitos.

Correspondendo, pois, à reclamação da Câmara, contribuíram todos os cidadãos com o seu contingente e assim o Depositário (ou caserneiro, como hoje lhes chamam) Pedro António Ribeiro recebeu em 20 de Outubro deste ano um cento de enxergões de duas pessoas cada um e outros tantos cabeçais e cobertores de burel, além da louça de cozinha, importando tudo isto em 340:680 réis.

Mas no seguinte ano de 1803 resolveu o Governo que, em lugar de um destacamento, viesse para Vila Viçosa o 2º Regimento de infantaria de Olivença que depois teve o nº 15 e se achava a esse tempo aquartelado em Santarém. Por consequência, foi necessário aumentar os arranjos do quartel. Procedendo-se a nova finta, recebeu Pedro António Ribeiro em 21 de Abril de 1803 mais 150 camas de duas pessoas com as competentes mantas e cabeçais, e em 28 de Setembro mais 100 igualmente providas. Acho menção de terem custado estas últimas 380:000 réis e por conseguinte deveu ser a despesa total do arranjo dos quartéis superior a um conto.

O nosso povo fez gostosamente este dispêndio, mas não logrou ter ali o Regimento nº 15 tantos anos como desejava e esperava.

Progride neste ano a Aldeia de Bencatel formando - se a sua melhor rua que é a da Lagoa.

Jorge de Mesquita Mascarenhas afora um sesmo de courelas do Forte do Labril com obrigação de se fazerem casas nas testeiras dessas courelas, murando estas dentro de um ano e fazendo casas dentro de três. Pedro Cardoso de Faria foi o seu procurador. As courelas foram numeradas de oriente para o ocidente. Pena é que não pusesse uma linha de testeiras para ficar mais direita a rua que ali se formou e se chama da Lagoa.

2. - Miudezas do governo municipal.

8 de Janeiro. - Eleição de Sargento-mor das Ordenanças da vila em lugar de Tomé Antunes Moreira que tinha falecido. Foram diversos os votados com pouca vantagem de uns sobre os outros. Adiante se verá quem prevaleceu.

16 do mesmo. - Posse da nova municipalidade. Foram Vereadores, José de Torres Vaz Frade, Estêvão da Silveira Menezes e José António da Silveira e Couto, Capitão-mor das Ordenanças; Procurador do Concelho, José An-

tónio Nunes; e Tesoureiro, Caetano José Martins.

6 de Maio. - Eleição de um Capitão da Companhia de Ordenanças de S. Romão. Foi votado Bento José Dias, lavrador dos Cordeiros e outros.

21 do mesmo. - Posse ao Corregedor Francisco Xavier do Rego Aranha.

11 de Agosto. - Item ao Sargento-mor das Ordenanças da vila Estêvão da Silveira Menezes.

6 de Outubro. - Item ao Capitão de S. Romão Bento José Dias.

19 de Novembro. - Em consequência da pancadaria de 16 de Julho de 1800 em pleno mercado semanal que o Sargento-mor Luís Jorge deu no Capitão-mor da vila José António da Silveira, é repreendido em vereação o dito Luís Jorge e intimada ao mesmo a sua inibição de servir mais os cargos de Vereador e Almotacé.

27 do mesmo. - Manda-se que os hortelões semeiem as tabuadas de horta-liça e não de géneros de rasoura (cereais) e que venham fazer praça por uma escala, sendo multados pelos Almotacéisos que faltarem. Isto prova o que disse já por vezes: que os mercados diários só ficaram sendo certos neste século.

Não se arrematando as carnes verdes, publicou-se neste dia que ficassem livres para quem as quisesse talhar.

III

Ano de 1803. - 1. - Continuava-se neste ano, como já adverti, a preparação dos quartéis da Cidadela para ali se alojar o Regimento de infantaria nº 15. Vimos que a última entrega de camas feita ao depositário Ribeiro foi em 28 de Setembro; por conseguinte, devemos supor que o dito Regimento chegaria no outono.

Era justo que este corpo, sendo-lhe impossível estacionar mais em Olivença, ficasse em Vila Viçosa que era uma das contribuintes para os seus recrutamentos como se viu atrás.

2. - Continuava ainda a subscrição para o Empréstimo nacional dos 12 milhões de cruzados porque o povo não anufa a emprestar ao Estado lembrando-se da fábula da sociedade feita pelo leão com alguns outros mansos e mais fracos animais... Se uns se deixaram mover pelas cantilenas dos Juizes de Fora e dos Corregedores, outros ficaram impassíveis não querendo ne

gócios com o poder supremo para o qual não havia tribunais que o chamassem à autoria...

Fez-se nova convocação dos Três Estados do Município para o dia 11 de Junho e ninguém subscreveu com cinco réis, alegando os convocados que eles e todo este povo estavam muito pobres, não só pelas despesas e contribuições que tiveram enquanto os Espanhóis estiveram nesta vila, mas também pelos exorbitantes preços a que tinham chegado os víveres e não haver na vila trato de nenhum negócio e sim unicamente o produto das suas fazendas (vereação citada).

3. - Um acontecimento bem importante deste ano é a doação da Casa do Trigo à Câmara. Sucedeu falecer recolhida no Convento das Chagas como se cular, sendo solteira e portanto sem sucessão, uma tal Joana Joaquina da Conceição a quem El-Rei D. José fizera mercê da propriedade do officio de Medidor do nosso Concelho para dote do seu casamento. Nestas circunstâncias, pois, a Câmara lembrou-se de pedir ao Príncipe Regente a dita propriedade e teve a fortuna de alcançá-la, posto que interinamente...

4. - Em 14 de Dezembro fez-se nova convocação da Nobreza e Povo para se formar um segundo partido de Medicina de 200:000 réis por estar já velho o Dr. João Bernardo de Sequeira e um novo de Cirurgia com a dotação de 100:000 réis. Estes trezentos mil réis deveriam sair do Cofre dos Bens de raiz (Sisas) ou do Cabeção geral *que se achava muito diminuído* (alegavam) *em razão das sábias providências sobre os meninos expostos*; o que prova ser verdade que antes da instituição dos rodos de enjeitados gastava esta nossa vila muito mais com a sua criação por sustentar não só os seus, mas também muitos alheios.

Foram aprovados naquela assembleia municipal os dois partidos Camarários de medicina e cirurgia que são os mesmos que ainda aí subsistem com vários aumentos. O primeiro médico deste segundo partido foi o doutor António José dos Santos e o primeiro cirurgião o célebre Francisco Inácio de Mira Vidigal, excelente operador. Mas este passou depois a cirurgião do Regimento nº 15, deixou de ser e tornou a ser cirurgião partidista nosso, como veremos.

A Provisão do Príncipe Regente autorizando estes novos partidos chegou em 7 de Março do seguinte ano de 1804 e nele principiaram a vigorar os mesmos partidos.

5. - Miudezas do governo municipal.

5 de Janeiro. - Posse da nova Câmara em que foram Vereadores João de Torres da Silveira Bicho-Verde, José Miguel de Torres Penalvo e Luís José Sameiro; Procurador do Concelho, Clemente José da Mota; e Tesoureiro, Simão de Oliveira.

12 de Março. - Por morte de José de Sousa e Menezes, o administrador do seu casal pede à Câmara que lhe nomeie depositários dos dinheiros, pratas, fazendas, etc.

3 de Junho. - Renovava-se a questão do fabrico de retrós e sedas nacionais por meio da criação dos sirgos. Por isso neste dia é chamado José Luís Pereira e recebe as instruções respectivas como inspector da plantação de amoreiras, agora nomeado.

5 de Agosto. - É reconduzido outra vez o Juiz de Fora Pimentel.

17 do mesmo. - Pão alvo a 30 réis, o que quer dizer que o alqueire de trigo custava 30 vinténs ou 600 réis!

6 de Dezembro. - Manda-se reparar com prontidão a ruína que tinha a ponte da Asseca e outrossim calçar metade da rua de Santa Luzia e parte da Corredoura.

31 do mesmo. - Arrenda a Câmara em seu proveito pela primeira vez a Casa do trigo, farinha e cereais. Mil e duzentos réis mensais foi a primeira colheita que dali teve o cofre do Concelho.

IV

Ano de 1804. - 1. - Teve lugar neste ano a reformação da Capela de Nossa Senhora da Saúde, erecta na Igreja de S. Sebastião que era do Município e lhe servia para cemitério dos enjeitados. Foi o Padre Manuel de Sá Boamorte que promoveu esta obra, feita à sua custa e à de outros mais devotos. Era de mármore a nova capela, como a vimos até 1858, e cercada por uma balaustrada de madeira com filetes dourados. Menciono este facto, não tanto por achar memória dele na vereação de 8 de Fevereiro em que o dito Sacerdote houve da Câmara a necessária licença, como por dar notícia das esplendidíssimas festas que então se faziam à mesma Senhora num dos domingos de Setembro. Eram então as primeiras quanto a divertimentos populares de touradas, luminárias, etc., correspondendo a estes a festa religio

sa que chegou a ter Matinas solenes por música de órgão.

2. - Veio no verão a esta vila um mestre relojoeiro chamado António de San Romelly, o qual pôs o Caracena em andamento regular, mas pagou-se bem do seu trabalho que nos custou 160:000 réis! Assim consta da vereação do 1º de Setembro. Para esta despesa e para outras de algumas calçadas, tiraram-se 500:000 réis do cofre dos Bens de raiz, a título de empréstimo com anuência do Juiz de Fora, juiz privativo das Sisas prediais.

3. - As calamidades, ainda recentes, da guerra de 1801 juntou-se a carestia dos géneros alimentícios, principalmente do pão e neste verão surgem receios de que a peste que grassava em Castela chegasse até à nossa vila. No 1º de Outubro foi novamente eleito Guarda-mor da saúde o nosso patrício António Viegas que já tinha o posto de Coronel de infantaria. O contágio andava em Málaga, na Andaluzia, e para obstar à introdução de em pestados em Portugal formou-se um cordão de tropas na fronteira do Algarve.

4. - Dois dias depois, a Câmara, Nobreza e Povo aprovavam a concessão feita pelo Príncipe Regente à Santa Casa da Misericórdia por uma Provisão para poder trazer a pastos na coutada até duzentos carneiros. Não consta que até ali tivesse rebanho a Santa Casa e acrescento já que o conservou até ao aforamento geral da mesma coutada.

5. - A falta de pão que havia neste ano ocorreu o Príncipe Regente ofe recendo aos lavradores e seareiros vinte moios de trigo e cinco de cevada no porto de Benavente, onde os foi buscar o escrivão dos Misteres José Rodrigues Homem. Vieram por duas vezes: dez moios de trigo chegaram no tem po das sementeiras e os outros dez foram repartidos em Abril seguinte de 1805 para consumo.

Por este empréstimo pagou-se um juro de dez por cento na colheita imediata do dito ano de 1805.

Apesar destas providências do Príncipe Regente, sempre o arrátel de pão chegou a custar 60 réis, o que fazia corresponder o trigo a 1:200 réis o alqueire e daí concluímos que a colheita de cereais deste ano de 1804 foi verdadeiramente miserável.

6. - Miudezas do governo municipal.

21 de Janeiro. - Posse da nova Câmara, em que foram Vereadores Jerónimo da Costa de Carvalho, Estêvão da Silveira Menezes e Joaquim António Miguéns; Procurador do Concelho, José Francisco Soares; e Tesoureiro, António José Vaz de Guimarães.

7 de Março. - O Procurador do Concelho apresenta uma Provisão do Príncipe Regente, passada pelo Tribunal do Conselho da Fazenda, para se poderem tirar dos Bens de raiz ou do Cabeção 300:000 réis para os dois partidos novos de medicina e cirurgia.

Advirta-se, porém, que aquela quantia era paga pelo nosso Concelho como adicional a qualquer daqueles dois impostos.

14 do mesmo. - É nomeado primeiro Cirurgião partidista da Câmara Francisco Inácio de Mira Vidigal, natural de Évora, com 100:000 réis anuais e as obrigações de residência efectiva nesta vila e de curativo gratuito aos pobres, podendo a Câmara nomear outro em seu lugar, não obstante a confirmação Régia, caso de faltar às suas obrigações.

11 de Abril. - Em auto de corrida pelo termo é condenada Maria Paula Escoda pelo rompimento de uma linda de certo olival de D. Sebastiana, mulher de José António de Sousa Menezes.

27 de Junho. - Repartição do centeio embargado para não sair para fora do termo. Deram cinco até dez alqueires às pessoas que dele tinham precisão.

Este centeio era proveniente de rendas que deviam ser pagas a senhorios residentes fora do Concelho.

11 de Julho. - Alberto Vidigal, o fundador da horta do Chão da Ordem por baixo da fonte do Alandroal, é nomeado Mestre dos canos da Fonte do Carrascal por ter sido excluído Jerónimo Quadrado.

Uma vez que falei em Alberto da Fonseca Vidigal, o fundador da horta do Chão da Ordem, chamada então e por muitos anos Horta do Alberto, conta rei como ela foi formada. Por ocasião de se reedificar o muro da cerca e horta das Freiras da Esperança, abriu-se no farrageal denominado Chão da Ordem (de Avis) uma pedreira que, sendo muito profundada, mostrou água com abundância, oferecendo condições para se fabricar ali uma nora com pouca despesa. Alberto, como alvenú, tomou de aforamento aquele pedaço baixo do farrageal, fez-lhe um muro, construiu-lhe a nora com um bom tanque e assim ficou formada aquela pequena horta arrimada à muralha do Rossio e que tão cómoda é para os moradores do mesmo Rossio.

Mas para isto se realizar foi preciso alterar a via de comunicação do Rossio com as hortas do ribeiro do mesmo, cuja primeira era a do Cano. Para esta ia-se por uma estrada que corria ao redor da cerca das freiras ou da levada pública e, formada a horta nova por Alberto, fez-se um caminho novo pela Aldeia entre a dita horta e o resto do farrageal que se estende

para o cimo do outeiro da Boa Vista.

Claro está que tal horta ficou sem giro da água da fonte do Alandroal, tanto por esta se achar toda engirada como por o farrageal ficar mais alto do que ela.

O dito farrageal fazia parte de um prazo da Ordem de Avis, administrado ou usufruído então por José Miguel de Torres Penalvo. E o primeiro grande chão talhado através da água da Fonte do Alandroal e se me não enganar foi ele a primeira fatia que se talhou nos coutos da nossa vila quando ela foi repovoada pelos Portugueses; e como a Ordem de Avis se achava desde a conquista aos Mouros na posse e administração das nossas terras, era justo que tomasse para si a primeira parcela da distribuição gratuita com direito hereditário, como outorgava o primitivo foral. Continuemos.

26 de Setembro. - São arrematados por 32:500 réis os pastos da coutada do alqueve.

17 de Outubro. - É eleito José Rodrigues Homem para ir buscar a Benavente o trigo emprestado pelo Príncipe Regente, levando poderes para passar recibo dele em nome da Câmara.

24 do mesmo. - É dada sem efeito a nomeação de Francisco Inácio de Mira como Cirurgião partidista da Câmara por ter passado a Cirurgião do 2º Regimento de Olivença e achar-se no cordão do Algarve que impedia o ingresso de empestados como acima se disse.

21 de Novembro. - Repartição de dez de trigo, vindos de Benavente e que se achavam já depositados na casa pública.

V

Ano de 1805. - 1. - Em cima da carestia de pão que afligia o nosso povo, vem o Estado pedir-lhe ainda que contribua voluntariamente para as suas urgências!...

A 31 de Julho, conforme a Provisão de S.A.R. pela Junta do Comércio, são convocados os comerciantes e lavradores para declararem os fundos com que cada um havia de concorrer para aquelas urgências. Ninguém deu nada. Veja-se. Bento José Dias, lavrador dos Cordeiros, disse que por causa da esterilidade do ano pretérito não podia subscrever com qualquer quantia. Manuel Gonçalves, homem de negócio e Cavaleiro do Hábito de Cristo por ha

ver já emprestado 12 contos, respondeu que presentemente não dava nem prometia nada pelo não ter. José Joaquim de Oliveira, idem. Manuel Alves de Araújo disse que já tinha dado 120:000 réis ao Corregedor e nada mais podia dar agora. O capitalista Manuel dos Santos Rosa, por falta de meios, não pôde também contribuir. Jerónimo da Costa, idem, porque tinha sofrido muitos prejuizos com a guerra, tanto em Campo Maior como em Olivença. Francisco Mendes, lavrador dos Palheiros, nada. Luís António Nunes, Joaquim José dos Santos, Clemente da Mota e Pedro José Piteira disseram que por causa da esterilidade do ano precedente não podiam dar coisa alguma.

E fizeram bem para não ensinarem o Estado a ser mal governado...

2. - Miudezas do governo municipal.

23 de Janeiro. - Posse da nova Câmara. José Joaquim Miguéns, José de Torres Vaz Frade e Luís José Sameiro, Vereadores, mas este último achando-se impossibilitado por moléstias foi substituído por José Miguel de Torres Penalvo; Procurador do Concelho foi José António Nunes; e Tesoureiro, Crispim José Mendes, sapateiro.

6 de Abril. - Arrematação das carnes verdes. Vaca, três meses a 70 rs. e outros três a 75; carneiro em Março, Maio, Junho e Julho a 65 e os outros meses a 70; chibato, dois meses a 65 e os mais a 70; cabra, todos os três meses do costume, a 65 réis.

Vê-se, pois, que era um ano miserável em tudo.

17 do mesmo. - Repartição de dez moios de trigo do empréstimo pelos seareiros e lavradores.

8 de Maio. - Pão de arrátel a 60 réis.

31 do mesmo. - Posse ao Corregedor João José da Silva.

19 de Junho. - Baixa o alqueire de trigo de 1:200 réis a 1:000 e a 900 por haver já trigo novo.

17 de Julho. - Francisco Pires de Ataíde, cirurgião reformado do nº 15, é nomeado cirurgião da Câmara em lugar do Mira.

24 do mesmo. - Afixam-se editais para que os mutuários do trigo do Príncipe Regente paguem 10% ou 6 alqueires de juro por moio, como se usava no celeiro comum.

7 de Agosto. - D. João de Almeida requer a S.A.R. seis horas de água da ribeira de Bencatel nos dias santificados, a exemplo de outros concessionários, para regar as suas terras de Bencatel. A nobreza e povo informam favoravelmente.

Estas horas foram para uma tapada que está defronte da Azenha do Conde

(das Galveias) e pertence ainda ao mesmo Conde, se bem que ande aforada.

6 de Novembro. - Narciso António Montenegro toma posse do posto de Alferes da Companhia de S. Romão.

27 do mesmo. - É declarada sem efeito a nomeação de José Martins Tosca no como relojoeiro e aferidor do Concelho, pois nunca trouxera o Caracena bem temperado sendo preciso à Câmara fazê-lo consertar com bastante dispendio pelo estrangeiro António de San Romelly, como disse atrás. Em seu lugar foi escolhido António Ventura Vidigal, serralheiro, por ser tido como o mais hábil de quantos havia na terra.

Assim era e tanto que o lampadário da capela-mor da Matriz, fabricado por ele, dá-lhe muita honra. Dizem-me que tem uma caixinha no meio onde ele meteu uma cédula com o seu nome e o ano da construção do mesmo lampadário de ferro dourado.

CAPITULO XCI

Crónica dos anos de 1806 e 1807. Última visita da Rainha D. Maria I e do Príncipe Regente a esta vila. Grandiosas festas da Semana Santa. Transferência provisória da Capela Real para a Igreja do Colégio da Companhia. Obras no edificio da mesma Real Capela. Colocação do seu tesouro nos Paços Municipais. Quartel General da provincia outra vez em Vila Viçosa. Aformoseamento do Carrascal pelo Marquês de Alorna. Fonte Nova. Queixas contra o Cirurgião Mira. Nova plantação de amoreiras. Empenhos da fazenda municipal. Retirada do Regimento nº 15 e do tesouro da Capela Real. Preparativos para a Guerra peninsular. Miudezas do governo municipal.

I

Ano de 1806. - 1. - Este ano foi de mais gratas recordações para os Calipolenses porque o Príncipe Regente com toda a mais Real Família, isto é sua augusta mãe a Rainha D. Maria I, sua esposa e seus filhos (afora o Infante D. Miguel que só contava três anos de idade) e seu sobrinho D. Pedro Carlos fez uma digressão a Vila Viçosa onde se demorou mais tempo que nenhum outro príncipe ou rei, antes e depois dele, pois chegando a esta vila em 18 de Janeiro só se retirou a 22 de Abril. Suponha-se que animação não haveria no comércio durante aqueles três meses com amiudadas visitas de Fidalgos e Titulares, além da atracção de gente que estas visitas Reais, ordinariamente raras, trazem sempre consigo. O Arcebispo de Évora D. Frei Manuel do Cenáculo veio cumprimentar S.M. e AA.RR. e o Marquês de Alorna, Governador das Armas da provincia, mudou para cá o Quartel General, como adiante veremos.

A Família Real veio de Évora pelo caminho direito passando por Bencatel e entrando assim em Vila Viçosa pela porta de Santa Luzia e diz-se que por esta ocasião mandara o Príncipe Regente fabricar a excelente ponte sobre o Lucefeci em Bencatel, entre os montes dos Galvões e da Cavaleira, o que é bastante crível porquanto a estrutura da dita ponte mostra ser de origem moderna.

Como fosse a recepção da Corte por parte da Câmara e autoridades da nos

sa terra, é facto de que não encontro notícias escritas no livro das vereações, nem nas tradições dos velhos pude apurar miudezas a este respeito. Apenas consta da vereação de 4 de Fevereiro de 1807 achar-se a Câmara empenhada *por causa das indispensáveis despesas feitas no ano passado pela vinda de S.M. e AA.RR.* e disto se infere que os Camaristas prepararam uma recepção condigna aos Régios Hóspedes, enfeitando as portas da vila, fabricando arcos de verdura no trânsito para a Matriz, etc., visto que então era regra certa irem Suas Majestades e Altezas primeiro visitar a Padroeira do Reino antes que entrassem no Palácio Real.

2. - A semana santa esse ano foi por conseguinte muito aparatosa na Capela Real e numerosíssima a concorrência de gente das vizinhanças, tanto por officiar o Bispo Deão D. José Nicolau, como principalmente por assistir a Real Família a todas estas funções religiosas.

O Príncipe Regente, que conhecia pessoalmente a maior parte dos Capelães e mais ministros da Capela e que desta vez ficou até conhecendo as pessoas mais notáveis da terra, chamou um dia o Padre Mestre Galão (Joaquim Cordeiro) para se disporem as funções da Semana Santa e manifestando a este a intenção de mandar vir para o coreto os capadinhos e alguns outros cantores da Patriarcal, pediu-lhe o Galão que ouvisse primeiro um ensaio de Matinas e motetes a vozes solas executados pelos meninos do Colégio dos Reis e pelos cantores da Capela, significando-lhe que deveria ficar satisfeito. Assim foi. O coreto mostrou-se magnífico no esmero da execução das músicas usadas na Capela que eram as de David Peres para canto de órgão e as de Palestrina e outros da mesma escola para os cantos a seco em domingo de Ramos e Sexta-feira da Paixão e portanto o Príncipe limitou-se a mandar vir simplesmente um Mestre de cerimónias da Patriarcal.

O melhor soprano, entre todos os alunos do Colégio dos Reis, era António Maria Ribeiro, de Borba, que depois foi segundo organista da Capela. E tanto gostou dele o Príncipe que tentou levá-lo para o Rio de Janeiro. Porém cá interpuseram desculpas, dizendo falsamente que já tinha mudado a voz porque não queriam que saísse da Capela.

Em Quinta-feira de Endoenças, desceu à Igreja a Rainha D. Maria I com seus filhos, nora e mais Real Família para tomarem o primeiro lugar na comunhão geral à missa solene e porque os fiéis da classe do povo se abstinham com o respeito da Família Real de chegarem à Sagrada Mesa, a piedosa Rainha, não obstante a alienação mental que diziam padecer, despregou os lábios e disse pouco mais ou menos o seguinte: - *Cheguem-se todos. Não*

se acobardem, pois neste lugar não há distinção entre grandes e pequenos, ricos e pobres, Reis e vassallos. Todos somos aqui igualmente filhos de Jesus Cristo, igualmente chamados por ele a desfrutar as delícias deste divino banquete. Estas palavras foram ouvidas pelo povo com grande comoção de affectos para com a virtuosa Rainha e têm sido guardadas até agora por nossos pais quanto à substância delas.

De tarde houve a cerimónia do Lava-pés a doze pobres que viram em seu serviço o Príncipe Regente, limpando-lhes os pés, lavados pelo Bispo oficiante; e todos foram decentemente vestidos de ponto em branco, recebendo além disso uma grossa esmola em dinheiro.

Na Sexta-feira da Paixão foi também o Príncipe adorar a Cruz - aquela célebre cruz do Santo Lenho fabricada à custa do Duque D. Teodósio II, junto da qual estava uma bacia de prata onde o mesmo Príncipe, ao retirar-se, lançou algumas peças de ouro de 6:400 réis que foram benesse do Mestre de Cerimónias da Patriarcal.

Os sermões, como sempre, foram desempenhados pelos Pregadores Régios que andavam pautados para o serviço da Capela *ex officio*.

3. - Era o Príncipe D. João afeiçoadíssimo a Vila Viçosa, designando -a por sua terra, como berço dos seus avós. Sava frequentemente a passear a pé pelas ruas da vila e seus subúrbios, entretendo-se a falar com artistas e até com mulheres, mostrando a todos a maior lhaneza e afabilidade. Disto podia eu citar alguns exemplos se não quisesse evitar o taxarem-me de narrador de ninharias. Com os rapazes era o Príncipe até excessivamente sofredor porque, acercando-se dele mais por lhe apanharem alguns vinténs do que por lhe prestarem a homenagem do beija-mão, eram-lhe molestos e importunos. Dos Padres, e mormente dos Capelães da sua capela, era amíctissimo e algumas vezes cantou com eles o canto Gregoriano em que se diz ser suficientemente instruído. A estes e outros mais empregados até a classe dos sineiros fez algumas mercês de um moio de trigo e mais, pagos pelo celeiro da Casa de Bragança - mercês que deixaram de ser pagas em 1834 aos sobrevivios. Visitou o Jardim do Viegas e a Quinta do Dr. Panasco em Pardais; estendeu os seus passeios às Cortes e Canelas, etc., de sorte que nada lhe era estranho em Vila Viçosa e suas cercanias. Quanto a visitas de Igrejas e Conventos, não faço particular menção por serem já de estilo antigo.

Não deixarei ainda em silêncio uma coisa que ouvi contar a alguns Capelães da nossa Real Capela e que pode aproveitar a muitas mães de família.

E que a Rainha D. Maria I trazia uma correia à cintura no Paço para castigar seus netos; que muitas sovas deu no Príncipe D. Pedro, que foi 1º Imperador do Brasil, e muitas mais em D. Pedro Carlos, que tinha rábias de Espanhol.

Retirou-se, enfim, a Corte em 22 de Abril depois de uma larga visita de três meses e quatro dias, levando o Príncipe Regente na sua tenção projectos de novos melhoramentos para a sua terra - melhoramentos que, não obstante a sua forçosa retirada para o Brasil, sempre vieram a realizar-se. Ainda que na distância de duas mil léguas, não se esqueceu da Padroeira do Reino para instituir a sua Ordem Militar e até lá perguntava por muitos indivíduos de Vila Viçosa com quem ele simpatizara, como o Festas Pôtra (Joaquim José da Costa Pires), escrivão, homem xistoso, e outras mais pessoas, pois é certo que o Príncipe Regente possuía uma prodigiosa reminiscência e teria feito grandes progressos nas ciências e letras se houvera mais diligência na sua educação literária. Nem sua mãe, nem ele faziam conta de que o Príncipe D. José falecesse na flor dos anos sem deixar sucessão e por isso não pensaram em que havia de ser Rei de Portugal.

4. - A primeira obra que o Príncipe intentou realizar na nossa vila foi a reedificação da Capela-mor da Capela Real, cujo altar, segundo antigos estilos, ficava quase no meio da Igreja para o coro dos Capelães estar na sua retaguarda, de sorte que o povo ouvia mas em regra não via os Capelães. Sendo portanto impossível que o Cabido funcionasse ali durante as obras referidas, mandou que se transferisse provisoriamente para a Igreja do Colégio da Companhia que, como se sabe, era da Casa de Bragança. Isto se fez logo no mesmo ano de 1806. O tesouro do Cabido, que tinha uma casa própria na Ilha com duas guaritas fora de mármore para duas sentinelas, foi também dali removido para mais perto do Colégio e com o consentimento da Câmara esteve depositado nos Paços Municipais, sendo guardado por um destacamento de infantaria. Para se dar princípio às obras, veio João dos Santos, pai de António Pedro dos Santos Pinto e Joaquim Cipriano dos Santos, que ambos foram Almojarifes do Paço. Demoliu-se o altar-mor antigo, fabricou-se o novo com tribuna para exposições no topo da Igreja para lhe ficar o coro na dianteira e entretanto, desenvolvendo-se a Guerra Peninsular, suspenderam-se os trabalhos que só vieram a ultimarse quando se firmou a Paz geral de 1814.

Como o Príncipe Regente não fez nunca tenção de morrer no Brasil, mas de voltar ao Reino e a Vila Viçosa, sendo consultado sobre a benção da Ca

pela e consequente restituição do Cabido à sua casa própria, respondeu que nada se fizesse durante a sua ausência porque queria ele mesmo em pessoa assistir à benção da Capela depois de ver se a obra ficava executada a seu contento. E outro tanto sucedeu a respeito do sino de S. Jerónimo, novamente fundido para o carrilhão, e que hoje está na Igreja Matriz. Só foi benzido em 1851 nesta Igreja.

A espera, pois, de que a Família Real tornasse do Brasil e viesse o Príncipe, já Rei, visitar novamente a nossa vila, esteve o Cabido no Colégio cinquenta e seis anos, isto é, até se tratar de colocar aqui a Paróquia de S. Bartolomeu.

5. - Outra consequência da longa assistência da Corte na nossa vila foi atrair para cá de novo o Quartel General da província. Era então Governador das Armas o Marquês de Alorna. Veio morar na praça em frente dos Paços Municipais na casa de Francisco Pereira, que casara com D. Inácia Xavier Caetana de Aragão e ali se conservou até ir em 1808 para França com a legião Portuguesa. Porém sua mulher ainda cá residiu por muito tempo.

A este General se deve o aformoseamento do Campo do Carrascal até ali sem alinhamento e até de feições rudes e agrestes. Quarenta pares de presos militares acorrentados trabalhavam em arrancar carrascos e plantar alamedas ou ruas de dois renques de choupos, faias, freixos, mosqueiros, olaias e alfarrobeiras em torno deste rossio, dividido em dois pela estrada de Évora e Bencatel, havendo aqui e ali muitos poiais e espaldares de alvenaria para repouso dos passeantes. Plantou igualmente muitos renques de buxo, ainda hoje não destruídos de todo junto à Biquinha e cerca da Lapa. Fez o pequeno lago com três cascatas que desciam do aqueduto da fonte do Carrascal na estrada de Évora, a que ficaram chamando *Fonte nova*, e que foi entulhado em 1874 por fazer falta aquela água na fonte e no chafariz de bestas e mais ainda na Horta nova do Reguengo, à qual pertencem as sobras da fonte, reclamadas então pela Casa de Bragança depois de um abandono de mais de um século. Junto à dita Fonte nova, fabricou dois umbrais com pirâmides de pedra como entrada ou nova porta da vila, fazendo outro tanto no lugar da porta de Santa Luzia, à qual derrubou substituindo - a deste modo para mais franca passagem do povo. Entre estes dois pontos estendeu um largo passeio público abaulado, semelhante às modernas estradas de macadão, dispendendo nisto a Câmara só 96:000 réis (veração de 4 de Fevereiro de 1807). Pôs na Fonte Nova seis cadeirões de alvenaria, sendo três de cada parte da estrada e muitos alegretes de flores por todas aque

las imediações. Ali se achava também um armário de madeira com copos de vidro para quem pretendia beber da fonte e uma sentinela vigiava os transeuntes para não destruírem aquele *Passeio público* a que então o povo dava o nome de *Jardim Botânico*.

Conta-se que o Marquês intentara demolir a Ermida de S. João Baptista por estar quase no meio do largo e fazer outra de novo à beira do olival de El-Rei e que a isto não anuiu o Príncipe Regente, dizendo: - Não consinto porque é Igreja do santo do meu nome e fundação da Senhora Duquesa D. Catarina, minha augusta Avó. E a mesma recusa mostrou quanto à trasladação do pelourinho da Praça velha para a nova, como já referi noutro lugar. Pensou então o General em decorar e abastecer a Praça nova com uma fonte da mesma água do aqueduto do Carrascal e ainda mandou fabricar alguns canos de cantaria para este efeito; mas isto não passou de mero projecto por sobrevir logo a Guerra dos Franceses.

Também intentou aformosear o Rossio de S. Paulo, pondo-lhe no meio uma nova fonte e para achar a água mandou abrir um grande cabouco defronte da rua de Frei Manuel onde achou água da antiga fonte dos Cunhados de que fala o Paulista Frei Manuel Calado, mas a Guerra Peninsular veio transtornar todos estes planos.

Eu que já não vou sendo moço e tenho conhecido muitos anos de invernia sou de parecer que se deve explorar a água naquele sítio e mais abaixo em direcção à cerca dos Frades, visto formarem-se ali em tais anos muitos brejos que secam inteiramente já no verão, o que não convém à saúde pública. Para isto bastaria que se abrissem contraminas subterrâneas que dessem despejo àqueles pequenos pântanos para a levada pública do ribeiro do Rossio já perto da fonte do Alandroal. Ao cimo do mesmo Rossio, em frente da rua de Frei Manuel, bastaria que ficasse um poço comunicado com as ditas contraminas ou grandes canos subterrâneos.

6. - Deram-se neste ano alguns distúrbios por causa do Cirurgião Mira que, se por um lado era insigne no seu officio, por outro era custoso de sofrer por causa do seu génio assomado. Vimos que fora em 1804 nomeado Cirurgião partidista da Câmara e que passando no ano seguinte a Cirurgião militar do Regimento de infantaria nº 15 acompanhara parte deste corpo para o cordão do Algarve. Achando-se, pois, ausente com quebra das condições da sua nomeação, a Câmara escolheu em seu lugar o Cirurgião reformado Francisco Pires de Ataíde que servira no mesmo Regimento.

Em 1806 estava o Mira de novo nesta vila e queria continuar a ter o par

tido Camarário pagando-se-lhe até os vencimentos de quando estivera ausente como cirurgião militar. Obteve um Aviso Régio que foi transmitido à Câmara pelo Conde de Vila Verde e forçoso foi dar-se-lhe nova posse em 21 de Maio. A Câmara porém impôs-lhe nesta ocasião as condições de cumprir os ajustes da sua primeira nomeação e de tirar carta de confirmação Régia dentro de três meses, sob pena de que não o fazendo assim faria uma representação a Sua Alteza Real para este resolver sobre o caso.

Logo a 14 de Julho succede cair um soldado de cima de um andaime das obras da Capela Real e o Mira não acode prontamente ao seu curativo. Daqui resultou fazer-se uma convocação da Nobreza e Povo para o dia 19 a fim de resolverem sobre a conservação do Mira no partido Camarário e acordaram os trinta e cinco Nobres e Misteres reunidos que preferiam os serviços do cirurgião Ataíde que lhos prestava com zelo e dedicação e que das duas uma: ou tivesse este o partido ou fosse o ordenado suprimido ficando a terra sem nenhum cirurgião partidista. Neste sentido redigiram uma representação ao Príncipe Regente, sendo bem para notar que nesta deliberação municipal figurassem homens eminentes como o Sargento-mor António Lobo Infante de Lacerda, o Sargento-mor da Comarca Luís Jorge, o velho médico João Bernardo de Sequeira a quem o Príncipe Regente fizera médico da sua Real Câmara e outros da gente mais nobre da terra.

Não sei bem o que daqui resultou. É certo que o Mira andou na campanha Peninsular como Cirurgião-mor do Regimento nº 15, mas nunca houve outro em seu lugar senão depois da sua morte.

Disto e doutros factos posteriores conclui-se que nunca os facultativos do Concelho devem ser cirurgiões do exército ao mesmo tempo; aliás topar-se-á sempre com alguma dificuldade.

7. - Fez-se neste ano outra plantação de amoreiras e como se arborizou o Carrascal em forma também puseram algumas brancas ali que eu ainda conheci e disfrutei na minha mocidade. Da vereação de 29 de Outubro consta a nomeação de um novo inspector deste plantio que foi Simão de Oliveira, beirão e criatura do Juiz de Fora Pimentel.

8. - A propósito deste Juiz, não deixarei em silêncio que o Príncipe Regente, em memória da sua entrada e longa estada nesta vila como reinante, fê-lo Desembargador honorário da Relação do Porto, assim como ao Corregedor João José da Silva que já era Desembargador do Porto, promoveu a Desembargador da Casa de Lisboa. Assim consta dos Registos Camarários no livro 6º

9. - Miudezas do governo municipal.

4 de Janeiro. - Posse da nova Câmara em que foram Vereadores João de Torres da Silveira Bicho-Verde, Estêvão da Silveira Menezes e Jerónimo da Costa de Carvalho; Procurador do Concelho, Simão de Oliveira; e Tesoureiro, José da Silva.

8 do mesmo. - Pão de arrátel a 45 réis, o que fazia corresponder o alqueire de trigo a 900 réis.

26 de Março. - Pão a 40 réis.

Quer isto dizer que desde o ano precedente se conservava muito caro. Em 16 de Julho, em presença da nova colheita, é que baixou o alqueire de trigo a 700, 600 e 550 réis.

23 de Julho. - Posse ao Ajudante de Ordenanças António Duarte Cordeiro e Silva.

13 de Agosto. - São arrematados os pastos da coutada de alqueve por Inácio José de Prado em 57:000 réis.

Dá-se posse a outro Ajudante de Ordenanças que foi António José Vaz de Guimarães.

3 de Setembro. - É ajustado para Médico partidista da Câmara o Bacharel António José dos Santos com o honorário de 200:000 réis e a vencer desde o 1º de Março. Foi o primeiro deste novo partido. Ainda vivia o Médico João Bernardo vencendo apenas o antigo partido de 70:000 réis com os anexos da Misericórdia e dos Conventos.

10 do mesmo. - São eleitos vários sargentos da Ordenança.

3 de Dezembro. - Joaquim José da Costa Pires (vulgo Festas Pôtra) é nomeado para os officios de Superintendente geral da Décima, dos Novos Direitos e da Administração da Casa Professa dos Jesuítas.

II

Ano de 1807. - 1. - Não estavam bem situadas as finanças da Fazenda Municipal. Fizera a Câmara despesas com que não podia e portanto empenhou-se. Assim consta da vereação de 4 de Fevereiro, na qual pediu ao Juiz de Fora Pimentel, como Juiz privativo das Sisas, que lhe emprestasse 400:000 réis do cofre dos Bens de raiz para aprontar a Terça de 1806 e mandá-la para o cofre geral de Évora, alegando que se achava sem dinheiro por causa

das indispensáveis despesas da recepção da Família Real e de ter aprontado 96:000 réis ao General da Província para a estrada nova da Porta de Santa Luzia até à Fonte nova da Portela.

Mais consta da vercação de 29 de Abril outro empréstimo de 800 : 000 réis realizado pela mesma forma, o qual entrou no monte para a participação da Terça de Sua Majestade. Este dinheiro era para umas obras públicas que deviam realizar-se no espaço de oito anos a contar de 1806, gastando - se uma quantia certa em cada um dos ditos anos, mas a Guerra Peninsular trans tornou todos estes planos.

2. - Com efeito, em Novembro caminhavam os Franceses pela Espanha como amigos desta potência depois de a terem movido a fazer-nos guerra para fa zerem o que o Príncipe Regente não quisera fazer já em 1801: fechar os nossos portos aos Ingleses e romper as relações de amizade com eles. E em cima disto pactuaram os Franceses e Espanhóis retalhar a nossa pequena monarquia continental acabando com ela para sempre, como devem saber os leitores pela história geral do nosso país.

O primeiro preparativo para a campanha contra os injustos invasores foi sair da nossa terra em Novembro o Regimento de infantaria nº 15 embargando-se muitos carros e cavalgaduras para transportes de bagagens, o que veio a durar enquanto durou a guerra, isto é, sete anos completos.

Ao mesmo tempo o Príncipe Regente (como se decidira em Conselho de Estado) preparava as suas malas para sair do continente do Reino, a fim de não cair nas unhas de Napoleão I, já aclamado 1º Imperador dos Franceses, como veio a suceder aos Reis de Espanha e a outros. E como o tesouro da Capela de Vila Viçosa valia muitos centenaes de contos de réis, deu ordem para se tirar dos Paços Municipais onde fôra colocado no ano anterior para o levar consigo.

Isto foi uma boa lembrança do Príncipe Regente, pois aliás seria roubado o tesouro pelos Franceses como o foram outras alfaias das nossas Igrejas e Conventos. Adiante o veremos.

A Família Real embarcou em Lisboa no dia 29 de Novembro, achando-se já em Abrantes o General Junot com uma Divisão de tropas de marcha para a ca pital. Pena é que o Príncipe Regente não ficasse no Arquipélago dos Açores como opinavam alguns Conselheiros de Estado porque aí não chegariam Franceses com o respeito das esquadras Inglesas e ter-se-ia espaçado mais a emancipação do Brasil e sobretudo evitado a questão da sucessão do Reino em 1826. Como porém D. João VI era tímido, não descansou enquanto se

não viu bem longe dos Franceses. Nomeou uma Regência para Portugal composta de consumados Estadistas e esta desempenhou os seus encargos o melhor possível.

O mais ficará para o seguinte capítulo.

3. - Miudezas do governo municipal.

18 de Março. - Arrematação das carnes verdes. Vaca a 75 e 80 réis o arrátel; carneiro, idem; cabra, todo o ano, a 50 réis.

Daqui se vê que o século XIX entrou com maus auspícios: muitos impostos, cofre do Concelho empenhado com dívidas, géneros alimentícios muito caros e, por último, passam os Calipolenses a comer cabra todo o ano quando antigamente só a comiam no tempo da amora... E se mal estavam, a pior passaram nos anos seguintes.

22 de Abril. - Toma posse a nova municipalidade assim composta: Joaquim António Miguéns, José Miguel de Torres Penalvo e José de Torres Vaz Frade, Vereadores; Elói José Calado, Procurador do Concelho; António José Vaz de Guimarães, Tesoureiro. Elói faleceu no meio do ano e teve de ser substituído por Simão de Oliveira.

5 de Agosto. - Pão a 25 réis o arrátel.

26 do mesmo. - São arrematadas as courelas da coutada em benefício das obras públicas, como autorizara Sua Alteza Real.

18 de Novembro. - Recenseamento de carretas de bois, bestas maiores e menores, por ordem do General da provincia.

21 do mesmo. - Avaliam-se quatro juntas de bois que deviam fazer transportes militares.

25 do mesmo. - São intimados os donos de cinco bestas maiores e onze menores de Bencatel para estarem na vila no dia 27 a fim de transportarem bagagens militares. Avaliaram-se bestas de Bencatel e outras da vila para o Estado pagar depois o seu preço, visto que passavam ao serviço do exército.

CAPITULO XCII

Crónica do ano de 1808.

Guerra peninsular. Nomeação de Notáveis para a manutenção da falsa paz com os Franceses. Alistamento de soldados para o exército de França e marcha de muitos voluntários. Roubo de pratas das Igrejas e das caixas dos órfãos. Insurreição da nossa vila contra os Franceses e consequente ataque dos mesmos contra os revoltosos. Brilhante conduta de António Lobo In-fante a favor da defesa nacional. Formação de uma junta governativa em nome da Nação Portuguesa, obrigações que lhe foram encarregadas, subscrição de donativos para a defesa da causa pública. Companhia de Miqueletes de Vila Viçosa. Consequências do ataque de Évora, deputação de Calipolenses ao General Loison. Fim da primeira invasão Francesa. Reorganização do exército e da nossa ordenança. Miudezas do governo municipal.

I

Napoleão Bonaparte, 1º Imperador dos Franceses, queria formar um império que abrangesse toda a Europa, excepto as Ilhas Britânicas ou Inglaterra e outras. Era isto o que ele apelidava *sistema continental*.

O Rei de Espanha Carlos IV convidado, ou antes, enganado por ele, pres-tou-se a uma aliança contra nós segundo a qual o nosso Reino era dividido em três quinhões, mas em breve conheceu o Soberano Espanhol o seu logro de sorte que a nação vizinha, já depois de ter invadido Portugal, viu-se obrigada a fazer causa comum com os Portugueses auxiliados pelos exércitos da Grã-Bretanha.

Foi Junot o General em chefe da primeira invasão contra Portugal e já se achava em Abrantes quando em 29 de Novembro de 1807 embarcou para o Brasil a nossa Família Real. Inculcava ele que a sua entrada em Portugal não era como inimigo desta nação, mas sim como amigo dela, não tendo em vista o seu Imperador mais do que extinguir a influência que os Ingleses exerciam no nosso Reino, fechando-lhes os portos de mar e quebrando todas as relações com eles, por cujo motivo a Regência, nomeada em 15 de Setembro pelo Príncipe Regente, mandou publicar bandos em todas as cidades e vilas

para que ninguém maltratasse aqueles nossos hóspedes, embora vindos com armas na mão... Chama-se a isto *entrar com pés de lã*.

A Regência Portuguesa foi dissolvida por Junot logo em 13 de Dezembro do mesmo ano de 1807. Nesse dia começaram a ser arreados os escudos das Armas Nacionais em todas as estações públicas e substituídos pela Águia Francesa e Junot declarou-se Regente do Reino em nome de Sua Majestade Imperial Napoleão I. Mais. Em 22 de Dezembro licenciou todo o exército de Portugal, escolhendo primeiro os soldados válidos, os quais mandou para a França para militarem af às ordens do Imperador. A esses soldados juntou uma boa leva de recrutas que seguiram o mesmo caminho.

O Regimento nº 15 de Infantaria, que saíra de Vila Viçosa em 27 de Novembro, foi dissolvido na forma sobredita e os seus soldados velhos que se conservaram em Vila Viçosa vieram depois, com outros mais, a constituir a Companhia de Miqueletes de que hei-de falar adiante.

Nestas circunstâncias ficou Portugal ao fechar-se o ano de 1807. A antiga Monarquia Portuguesa tinha acabado na Europa, restando-lhe somente as Ilhas Adjacentes e possessões ultramarinas.

II

Em Janeiro de 1808 já as nossas províncias eram administradas à France sa por um Juiz Maior (Maire) que entre nós era Joaquim Maria Soutelo. Conforme as ordens que o dito Soutelo enviou à nossa Câmara, nomeou esta em 14 do mesmo Janeiro alguns Notáveis para a manutenção da paz pública, designando a cada um desses Notáveis um distrito para o vigiarem e acudirerem a sufocar algum motim que porventura surgisse contra os intitulados amigos Franceses.

Para Notável do distrito que compreendia a Praça Nova, rua de Fora, rua de Frei Manuel, Rossio de S. Paulo e Aldeia foi nomeado João Filipe Miguéns de Resende que morava no Rossio entre as ruas de António Homem e Frei Manuel. Para Notável do distrito que compreendia as ruas de António Homem, de Cambaia, de Três e das Vaqueiras, Jerónimo da Costa de Carvalho que morava então na rua de António Homem por baixo do palácio de Diogo da Cunha onde presentemente reside seu neto Inácio da Silveira Menezes. Para Notável do distrito que compreendia as ruas da Freira, do Poço, dos Fra

des, Pátio da Esperança e rua do Espírito Santo, Pedro de Sousa Menezes que morava na rua da Freira por baixo da esquina da Travessa da Esperança. Para Notável do distrito que constava das ruas de Évora, dos Caldeireiros, da Santa Cruz, da Torre e Castelo, D. João Joaquim da Silva Lobo que morava numa casa do mesmo castelo, hoje demolida, e cujo quintal ficava por detrás da Matriz. Para Notável do distrito que se compunha das ruas de Santo António, dos Gentis, da Praça, de Angerino, de Dona Pascoella e Terreiro de D. João, Luís Jorge da Costa Amado que morava nestes sítios. Para Notável do distrito da Carreira das Nogueiras, rua da Cruz, rua do Chafariz, Largo da Fonte Grande, Travessa do Forno, Terreiro de Santo Agostinho, Terreiro do Paço e Ilha o Sargento-mor reformado António Lobo Infante de Lacerda. Para Notável do distrito da Corredoura, rua dos Fidalgos, rua das Cortes, das Pedras e de Santa Luzia, Francisco Cândido de Almeida Valejo de Mâris. Este morava no palácio da rua dos Fidalgos, perto do Hospício das Chagas, o qual foi posteriormente reedificado com sumptuosidade pelo Cónego Joaquim Cordeiro Galão.

Deviam estes Notáveis organizar em cada distrito uma comissão composta com as pessoas de mais influência no povo e servindo eles mesmos de presidentes como determinava o artigo 3º das Instruções expedidas pelo Juiz Maior da Província.

Não há dúvida de que esta medida era proveitosa para o Governo Francês porquanto visava manter-lhe a sujeição dos Portugueses cativando-os por jeito a fim de não ser preciso empregar a força, pois quando começa a lavar uma guerra nem sempre se pode prognosticar o resultado final. Mas para os Portugueses não era boa essa falsa paz com inimigos encapotados, porém verdadeiros. Não sofrendo, mas reagindo é que haviam de libertar-se do jugo estrangeiro e como essa reacção não podia organizar-se de súbito, os nossos avós iam prudentemente sofrendo e esperando que a Província lhes deparasse um ensejo favorável de romperem a paz fingida para lograrem a verdadeira, embora a troco de grandes sacrificios como em 1640.

Não sei se os Notáveis organizaram as respectivas comissões cantonais, mas parece-me que não, pois todos, ou ao menos quase todos eram notáveis por sua aversão aos Franceses e principalmente António Lobo Infante de Lacerda, o *Ciganito*, como adiante veremos.

III

Entretanto Junot, Presidente da Regência de Portugal conforme as instruções de Napoleão I, procurava enfraquecer o nosso Reino tirando-lhe a maior parte dos mancebos de 18 a 20 anos para irem servir a França lá fora como já indiquei. Apregoou-se que aqueles moços que não quisessem alistar-se voluntariamente iriam presos com golilhas até França e daí resultou preferirem muitos assentar praça como voluntários. Lá foram bastantes mancebos de Vila Viçosa e entre eles um tio meu paterno que, sendo alfaiate, trabalhou mais nos casões do que nas campanhas logrando assim tornar a este Reino em 1815 depois de ter passado quatro anos em França e três na Confederação do Reno (Alemanha). Chamava-se António Joaquim da Costa.

Napoleão I com o prestígio de ter restituído a paz à França republicana e aberto os templos ao culto Católico, assim como de ter vencido tantas batalhas dentro e fora daquele país, tinha um grande nome em toda a Europa e diga-se em verdade que foi o árbitro dos seus destinos até 1814. Essa grande fama do seu nome produziu em muita gente o desejo entusiástico (mas não patriótico) de ver e servir aquele personagem comparado aos mais célebres conquistadores como Ciro, Alexandre Magno, Cipião Africano, Tamerlan e outros de que reza a história, e também não faltaram desses entusiastas na nossa terra. O Ajudante de Infantaria nº 15, Filipe de Santiago, passeando na Praça Nova dizia ao General da Província, Marquês de Alorna: *-V*am*os, Senhor Marquês, vamos ver aquele grande homem!* E foram. Mas o Marquês, depois vindo com Massena em 1810 contra a sua pátria, podia ter-se arrependido e passar-se para nós. Não o fez. Tornando para França, foi na expedição contra a Rússia em 1812 e lá morreu gelado.

Tenho memória de dois soldados nossos que foram nessa expedição e entraram em Moscovo. Chamavam-se esses patricios José Cláudio, pai de Miguel Borrego, que voltou sem alguns dedos nos pés por causa dos gelos e António *Mil homens* de alcunha por ser de baixa estatura que era tambor. A este conheci eu ainda. Os mais Calipolenses alistados em 1808 militaram na França e na Alemanha perecendo por lá na sua maior parte.

Houve também muitos particulares nossos aferradíssimos à causa de Napoleão I mostrando isso que nenhuma causa por mais injusta que seja deixa de ter loucos entusiastas que a aplaudam e defendam. Para exemplo citarei a Gaspar Henriques de Lima, Escrivão da Correição, não porém natural da nos-

sa terra, onde ainda se encontram descendentes seus. Por seu aferro ao partido napoleónico adquiriu o nome de Gaspar Francês por que ficou sendo conhecido até à sua morte e ainda depois dela. Mas este, quando se restabeleceu a Regência legítima de Portugal com a capitulação e retirada de Junot, teve de andar homiziado para o povo o não matar sendo-lhe necessário impetrar uma amnistia para poder aparecer em público. Foi publicada essa amnistia na vila por um bando em nome dos Governadores do Reino e só então pôde Gaspar Francês entrar na comunhão da vida civil com os nossos patriotas.

IV

Em geral, porém, o povo Português reconhecia que era escravo da França e que se mal estava com o governo do seu Príncipe natural, pior ficava com o domínio estrangeiro. Logo no 1º de Fevereiro decretou Junot com os quatro portugueses que lhe assistiam na Regência em nome do Imperador uma contribuição extraordinária de cem milhões de francos ou quarenta milhões de cruzados da nossa moeda e vendo isto os Portugueses entenderam que era indispensável romper aquela paz má custasse embora muito sangue a nossa independência de França.

Ao mesmo tempo as esquadras Inglesas, como era do seu dever e do seu interesse, rondavam as costas do nosso Reino entregando nos portos de mar proclamações impressas em que estimulavam o patriotismo dos nossos pais e avós a levantarem-se contra os injustos invasores, assegurando-lhes que a Inglaterra seria em nosso auxílio desembarcando tropas suas para apoiar a insurreição.

Nestas circunstâncias aconteceu o que sempre tem sucedido em semelhantes casos. Havia traidores à Pátria que amavam a dominação do grande homem da época e havia também egoístas ou indiferentes que não queriam saber senão de si; estes porém eram em número não avantajado. A maior parte compunha-se dos medrosos que alegam sempre em tais casos o argumento: - *Somos poucos e sem exército, portanto não podemos resistir aos nossos inimigos. Logo o rebelarmo-nos é agravar os nossos males.* Nesta classe figuravam principalmente os homens ilustrados e os ricos - esses que tinham que perder, mas o que se chama propriamente o povo ou a classe traba

lhadora essa é a que se mostrava mais disposta à insurreição pelo amor à independência do seu país, seguindo antes os impulsos do seu patriotismo que não escutando razões de falsa prudência como já sucedera em 1383, 1580 e 1640.

V

Enquanto se distribuía pelas províncias e concelhos o contingente da contribuição extraordinária, ordenava também Junot que fossem recolhidas as pratas das Igrejas com as quais arranjava ele outra contribuição ainda maior e bem assim o dinheiro das caixas dos órfãos. Kellerman, nomeado General em chefe do Alentejo com o seu quartel em Elvas, foi o encarregado pelo Regente de fazer cobrar tanto a contribuição em dinheiro como a entrega das alfaias de prata dos nossos templos. A repartição do tributo estava já feita em Maio, pertencendo a Vila Viçosa 6 mil cruzados, 8 a Elvas e Portalegre, 10 a Évora, ⁽¹⁾ etc. E assim mandou Kellerman em 20 de Maio pagar dentro de seis horas a contribuição extraordinária lançada por decreto do 1º de Fevereiro. Pagou-se, nem houve outro remédio, mas a necessidade da insurreição mostrava-se cada vez mais urgente em Portugal e agora inflamavam-se os ânimos com a notícia de ter Madrid já levantado o grito de revolta contra o jugo Francês a 2 daquele mês das flores.

Vila Viçosa foi então a primeira terra Portuguesa onde começaram a divisar-se os sentimentos patrióticos de sacudir o jugo estrangeiro (diz um escritor contemporâneo). Seus habitantes os mostraram pela primeira vez quando no princípio de Junho veio uma escolta Francesa para acompanhar o dinheiro da contribuição e a prata das Igrejas da vila e sua comarca. A sua atitude hostil e ameaçadora fez resolver Kellerman a enviar para o seu Castelo uma guarnição de 100 praças de Infantaria do Regimento 86 com alguns artilheiros. Porém os nossos patrícios nem assim se acobardaram (continua o citado escritor). No dia 16 do mesmo Junho, que era quinta-feira de Corpus Christi, sendo intimada a companhia de Milicianos para marchar para Elvas, respondem positivamente que *se iam em serviço do seu legítimo Príncipe, estavam prontos; mas no dos Franceses, de nenhum modo.* ⁽²⁾ E

(1) *Observador Português*, pág. 277.

(2) *Resumo dos sucessos da província do Alentejo na feliz restauração deste Reino.* - Lisboa na Impressão Régia - 1810 - págs. 2 e 3.

três dias depois já não se podem conter que não se revoltem positivamente investindo a guarnição do Castelo e pondo-lhe apertado cerco sem lhes constar ainda que terra alguma de Portugal se tivesse rebelado, pois o eco do motim de Olhão, sucedido a 16, ainda cá não chegara.

VI

Mas antes que fale dos tumultos do dia 19 convém dar noticia do roubo das pratas das Igrejas da nossa vila, tanto como é possível dá-la.

Do convento de Santo Agostinho, onde só havia dois tocheiros imperiais de madeira porque todos os mais eram de prata, é fama que levaram os Franceses vinte e oito arrobas e dez arráteis deste precioso metal em que se compreendiam dez bustos de Santos da Ordem postos na banquetta da Capela-mor - o que explicarei miudamente quando tratar deste Convento na Segunda Parte. Ficando pois assim desprovida de castiçais a Igreja dos Gracianos, viram-se eles obrigados a mandar improvisar castiçais de tábua rasa com pintura a óleo de que existem muitos ainda na dita Igreja.

Do Convento de S. Paulo tiraram também uma boa porção de alfaias de prata, incluindo a custódia ou ostensório que o Convento nunca mais tornou a ter.

Foram chamados os tesoureiros das irmandades para entregarem também as suas pratas e se não desapareceram todas é porque sonegaram muitas e se esconderam alguns tesoureiros para não efectuarem as entregas.

Não deixarei em silêncio o que acónteceu com a custódia da confraria do Sacramento da Matriz que pesa 15 arráteis e foi burilada já em tempo de D. João V. António Franco, andador da irmandade, pega nela e vai metê-la dentro do nicho do Apóstolo S. Pedro pondo-a bem detrás das costas do Santo e dizendo-lhe: - *Vigário de Cristo, salvai-me ao menos esta alfaia que é a melhor que possui esta Matriz.* E felizmente ali escapou.

Se D. João VI não tem a feliz lembrança de levar para o Brasil o tesouro da Capela Real, o roubo de pratas das Igrejas da nossa terra viria a ser de mais de 200 arrobas. Assim mesmo calcula-se que não levaram os Franceses menos de 40.

VII

No dia 19 de Junho, domingo, infra-octava de Corpus Christi, fez-se como era de costume a procissão do Corpo de Deus da Capela Real em torno da Praça Nova, uma vez que o Cabido funcionava no Colégio da Companhia como dito é. Terminada esta função religiosa cerca do meio-dia e retirando-se para suas casas os que a ela tinham assistido, principiou o povo a insurreccionar-se por um acto espontâneo seu e sem que ninguém o estimulasse à revolta, mas porque odiava os Franceses e não podia esquecer-se da contri-buição extraordinária e do roubo das pratas das Igrejas. Ao passarem pela Praça Velha muitos populares advertiram que junto ao Arco dos Remédios era maltratado com pancadas um rapaz da vila por um soldado Francês do destaçamento que guarnecia o Castelo. Ver aquilo o nosso povo foi o mesmo que lançar fogo a uma mina atacada de pólvora... Quebrando todas as fal-sas razões de uma prudência mal entendida, José do Rosário, sineiro da Ca-pela Real a quem eu conheci fisicamente, e Luís Casadinho, oficial de surrador, enchem-se de cólera e correndo sobre o Francês espancam-no desapie-dadamente. Apareceram porém logo mais soldados franceses a querer despi-car o seu camarada e eis que os dois Calipolenses, cabeças do motim, começam a alarmar o povo gritando: - *A eles! Matemos estes cães... estes i-*nimigos da nossa pátria que nos estão escravizando! Imediatamente começa a aparecer na Praça Velha ou Estacada gente armada com pedras, paus, chu-ços, fains e espingardas, carregando os inimigos com tão pesada mão que eles viram-se obrigados a recolher-se na cidadela. Fazem tocar a rebate os sinos da Câmara. Crescido o número dos amotinados, põem cerco ao Cas-telo e por três horas da tarde assaltam a Estrela com o intuito de arrom-bar a porta da cidadela e obrigar ali a render-se a guarnição medindo ar-mas brancas. Mas não o conseguiram porque os Franceses, considerando o perigo tão vizinho, não se descuidaram em preveni-lo.

Os amotinados que eram todos artistas e trabalhadores não se contenta-ram com o encerramento da guarnição no Castelo, mas estimulados vivamen-te por um cego amor da pátria determinaram levar por diante a insurreição e acabar com o destacamento francês ou fazendo-o evacuar a praça ou dando-lhe a morte. O sino do relógio tocava incessantemente a rebate para chamar novos aderentes ao tumulto e assim continuou toda a tarde e toda a noi-te.

Entre os que se uniram aos dois primeiros chefes da revolta contam-se também como arrojados caudilhos José de Sande, barbeiro, e António Joaquim de Barros, fundidor, ambos conhecidos pessoalmente de mim e a soma dos outros revoltosos apostados em sitiá-la praça debaixo do comando imediato dos quatro referidos foi orçada em cerca de trezentos homens, todos populares.

Ora, enquanto se ajuntavam os amotinados e dispunham o assédio, um soldado francês mandado pelo seu capitão arrojou-se a fugir furtivamente da cidadela e ainda que perseguido pelos insurgentes pôde correr ligeiro para o Largo da Fonte Grande, entrar pelo arco da levada e sair pelas hortas, a fim de ir informar em Estremoz o seu Coronel Lacroix e o General D'Avril que ali se achava de observação com três mil Franceses, além de cinco mil que em Elvas estavam às ordens do General Kellerman, Governador da província. É assim que me contaram os contemporâneos deste acontecimento e que tomaram parte nos tumultos. Porém, ao autor do *Observador Português*, impresso em 1809, constou que um forasteiro residente na nossa vila, chamado João Antunes Galvão e que chegou aos meus dias sendo homem rico, levava também ao General d'Avril a notícia dos tumultos. (1)

Organizaram os nossos cabecilhas uma cinta de estações em torno do Castelo pretendendo que não lhes escapasse a guarnição, mas caísse nas suas mãos para ser degolada como queriam os revoltosos na sua maior parte. Os Franceses porém, vendo que o tumulto era feito pelo povo miúdo, julgaram a princípio que viria a desvanecer-se. Andavam à tarde pelos parapeitos da Estrela a pedir à gente armada que se aquietasse, mas a multidão tomando a prudência dos inimigos por fraqueza mais se acendia no seu furor e apenas os via descobertos da muralha, enviava-lhes logo uma descarga de fuzil obrigando-os a encolherem-se por detrás dos parapeitos para não exporem inutilmente as vidas. Um homem chamado António Pais, também meu contemporâneo e morador na melhor casa da rua da Cadeia, sita na almedina, foi pôr-se no cimo do frontispício da Matriz: fazia tiros certos sobre cada Francês que tinha a infelicidade ou a ousadia de assomar aos parapeitos do Castelo para aquela parte. Outros se postaram nas trapeiras do telhado e assim mataram dali uns cinco inimigos. (2)

(1) Pág. 335.

(2) *Ibid.*

Enfim, a guarnição julgou-se perdida perante a atitude intransigente dos revoltosos. Perto já do sol posto, aproximou-se um sargento do boqueirão do ângulo da Estrela fronteiro à rua do Espírito Santo onde se achava postado o maior número de sitiadores, dispondo-se a subir por aque**la** brecha que, suposto ser mais moderna do que o cerco de 1665, é prová**vel** que nele tivesse a sua origem. Dirige-lhes o sargento palavras conc**ili**adoras para abrandar a ira dos nossos, mas debalde. Um indivíduo apeli**da**do Morato aponta-lhe a carabina, acerta-lhe com a bala e deixa-o caí**ri** morto lá em cima.

A noite revezaram-se os amotinados continuando com o seu apertado cerco, não fosse caso que lhes fugisse o destacamento.

Ainda que eles eram todos homens do povo e com pouca ou nenhuma instr**u**ção, não deixaram de juntar o cálculo ao esforço prevenindo a agressões dos Generais Franceses que tão de perto estavam em Estremoz e Elvas. Tanto assim é que nessa noite reuniram-se os chefes em conselho de guerra e tomaram as seguintes resoluções: 1^a - enviar dois deputados ao General Galuzo, Governador de Badajoz, que se tinha já declarado contra os Franceses para lhe pedir socorro, sendo esses deputados António Dias Azedo e Dâmaso José;⁽¹⁾ 2^a - despedir outros para Borba a pedir o adjutório dos seus moradores ao menos para quando as tropas Francesas de socorro passassem por aquela vila; 3^a - convidar o Sargento-mor reformado António Lobo Infante de Lacerda para tomar o comando em chefe dos Calipolenses durante o cerco do Castelo e na ocasião de sobrevirem de Estremoz ou de Elvas os in**im**igos a libertar o destacamento, pois António Lobo era hábil militar e pes**o**soa muito dedicada ao Príncipe Regente.

A primeira resolução não teve efeito para as dificuldades presentes, mas teve-o depois para se organizar devidamente a insurreição em todo o Alentejo. A segunda ficou sem fruto e a terceira realizou-se na manhã se**g**uinte cedendo António Lobo às vozes dos chefes que em altos gritos pe**di**am à sua porta que fosse dirigir as suas operações.

A esse tempo já os caudilhos tinham distribuído a sua gente em três di**vi**sões: uma volante que acudisse prontamente onde fosse necessário e duas sedentárias das quais uma continuasse o cerco e outra rebatesse os socor**ros** que pudessem vir aos sitiados. Animo não lhes faltava...

(1) *Resumo dos sucessos do Alentejo, etc., pág. 22. - O Azedo, sapateiro e depois estalajadeiro, foi pai de um José António Dias Azedo que nos nossos dias serviu o cargo de administrador do Concelho. Creio que era de Estremoz onde nasceu o dito filho.*

Decidiram nessa madrugada assaltar a Estrela subindo pelo boqueirão. Lá chegaram com efeito alguns destemidos; arrastaram para baixo o cadáver do sargento morto na tarde anterior e logo aquele que o havia morto se apoderou da barretina que pôs na sua cabeça e bem assim do fardamento que vestiu com arrogância arvorando-se em comandante daquele posto. O cadáver ficou em roupas brancas. Observando pois os sitiados aquele primeiro assalto, vieram pôr-se alguns perto do boqueirão para rechazarem ulteriores investidas, emboscando-se de forma que não foram sentidos pelos sitiantes e quando estes procederam a segundo assalto foram recebidos por uma descarga de fuzilaria que, por vir de alto, não ofendeu os que subiammas foi matar uma criança e ferir outra junto à rua do Espírito Santo. Intimidaram-se então os sitiantes e suspenderam os assaltos esperando obrigar o destacamento a render-se de outra vez.

Pouco depois chegam de Borba os mensageiros que tinham ido pedir o concurso dos nossos vizinhos de Borba para o caso de virem forças inimigas em socorro dos sitiados e a resposta que trouxeram foi *que o povo sim estava inclinado a fazer causa comum com os Calipolenses, porém que a isto se opunha o Juiz de Fora dissuadindo-os e ameaçando-os*. Ouvida esta notícia, ordenaram os chefes que a divisão volante fosse a Borba e trouxesse preso o dito Juiz, o que não efectuaram porque ao entrarem no Largo da Fonte ou Rossio de baixo detiveram a marcha em frente das avançadas de tropa francesa que já vinha de Estremoz em socorro dos sitiados. Seriam dez horas da manhã. Os da divisão volante começaram logo a retirar para Vila Viçosa, uns com mais e outros com menos pressa, mas os franceses com isso não alteraram a marcha pausada que traziam.

Em Vila Viçosa não tinham os nobres e os ricos, exceptuando António Lobo, aprovado, mas sim reprovado os tumultos contra os inimigos da pátria, movendo-os aquela regra egoísta de não padecerem os efeitos da rebelião lícita e antes esperarem que outros povos a executassem para lograrem eles os frutos mas não as durezas do conflito. Em nome da aristocracia e burguesia Calipolense tinha ido o burguês Caetano José Alves de Araújo encontrar-se em Borba com o General Francês que de Estremoz ou de Elvas por ali viesse em socorro do destacamento para lhe representar *que o motimera obra de populares e que portanto pedia em nome das autoridades e dos cidadãos pacíficos não hostilizasse a vila*. Caetano Alves era então rapaz novo e foi escolhido para aquela comissão por saber a língua francesa. D'Avril escutou-o com atenção e prometeu não mandar fazer fogo sobre a gente da vi

la caso de não achar ali resistência.

Não foi assim. Primeiro que a divisão volante chegasse a Vila Viçosa, chegou de Estremoz "Inácio da Silva, homem pobre e paisano, porém de um desmarcado patriotismo, o qual tendo presenciado em Estremoz os movimentos do inimigo adiantou-se a prevenir os de Vila Viçosa de que vinha o General d'Avril contra ela", como refere o *Observador Português*. Não tenho conhecimento deste Inácio da Silva por tradição dos meus patrícios. No entanto acrescentarei que Teodoro José Biancardi no seu folheto intitulado *Sucesos de la provincia del Alentejo* e publicado em Algeiras, também lhe faz grandes elogios por *la promptitud con que se ofrecia para qualquier arriesgada diligencia*, acrescentando que depois lhe deram o posto de Alferes da companhia de Miqueletes da nossa vila,⁽¹⁾ donde não sei se era natural mas deveria ser morador.

Tinha enfim António Lobo resolvido capitanear a defesa da vila quando soube por Inácio da Silva que se aproximava d'Avril com 350 homens de infantaria, 100 cavalos e 2 canhões com a circunstância de não tardar mais de um quarto de hora. António Lobo grita e faz gritar: - *Viva o Príncipe Regente, nosso Senhor! Vencer ou morrer em seu nome!* E fazendo tremular o estandarte Real, marcha em direitura à Porta do Nú onde se dispõe a receber os inimigos levando 38 espingardeiros e os mais com chuços, roçaduras, etc.⁽²⁾ Trata de postar a sua gente como refere o *Observador Português*, isto é, fazendo-a emboscar por detrás dos muros das tapadas e nos telhados da Ilha em ordem a dispararem sobre os franceses a peito coberto. Neste meio tempo chegava de Borba a divisão volante caminhando a curta distância um piquete avançado de Dragões inimigos. A gente da refeida volante postou-se também por detrás das paredes unindo-se aos mais revoltosos.

Aproximando-se os batedores franceses a cavalo, muito a passo, eis que já perto do olival do Seminário uma bala de espingarda vai dar na mão direita do oficial que mandava os batedores fazendo-lhe deixar cair a pistola e logo uma descarga dos nossos obrigou os da vanguarda a virar os rostos ficando morto o dito oficial, já ferido levemente pelo primeiro tiro, e mais dois soldados.⁽³⁾ Gabava-se depois um alvenéu chamado António Rodrigues, natural dos Arcos, de ser ele quem matara o oficial comandante

(1) Pág. 24.

(2) *Resumo dos sucessos, etc.*

(3) *Observador Português.*

do piquete avançado.

Provavelmente o General d'Avril não esperava uma resistência armada e tenaz vendo que as autoridades da terra não aprovavam e até dissuadiam os tumultos. E assim, ouvindo o tiroteio da vanguarda e vendo retirar o piquete com três baixas e alguns feridos, sustou a sua marcha pacífica para repelir a força com a força tomando as medidas convenientes. Os amotinados porém vendo retirar os inimigos a ponto de não aparecer um só na estrada julgaram que eles iam entrar pela parte do Carrascal tomando a estrada angustinha e neste suposto mandaram os chefes que a divisão volante corresse àquele campo e embargasse a entrada dos Franceses, pondo uma linha de atiradores desde o boqueirão da rua das Cortes até à Igreja da Lapa. Foi com efeito a divisão volante a esta empresa, mas não encontrou inimigos porque somente a cavalaria tomou a estrada angustinha para cortar a retirada aos fugitivos pelo Carrascal quando a infantaria entrou pela porta do Nó e a esse tempo já a volante se tinha dispersado.

D'Avril, recolhendo os batedores, separou um destacamento para o mandar subir pelos olivais ao outeiro de S. Bento e descer dali ao longo da cerca dos Gracianos para o furta-rostros certos da emboscada e constou ao *Observador Português* que João Antunes Galvão, já mencionado atrás, fôra o guia desse destacamento. Ao mesmo tempo mandou avançar em direitura à Porta do Nó as duas peças de artilharia carregadas com metralha e apoiadas por outro destacamento de infantaria. E assim com o fogo cruzado de frente e do flanco direito dos nossos, começaram estes a perturbar-se tirando-se das emboscadas e expondo-se a peito descoberto. António Lobo, que fôra entretanto observar o cerco do Castelo para que não saísse de lá a guarnição e pusesse os da porta do Nó entre dois fogos, lastimou que os bravos populares desprezassem a sua ordenança descobrindo-se dos parapetos. E logo viu que teriam de bater em retirada para dentro da vila, o que ele também fez no meio de imensos perigos. Assim mesmo durou o combate quase uma hora e ficaram 36 inimigos mortos. (1)

Desimpedida a porta da vila, entrou a tropa inimiga dando caça a quantos paisanos encontrava, revoltosos e não revoltosos. Atiravam os Franceses sem ordem a quem viam e a quem não viam, fazendo pontarias a portas e janelas, as quais varavam com balas. Imaginando que a Igreja das Chagas estaria cheia de povo, dispararam contra a porta um tiro de canhão que foi

(1) *Resumo dos sucessos do Alentejo.*

esmigalhar os azulejos da parede fronteira à dita porta sem ofender ninguém porque ninguém lá estava. Era meio-dia em ponto. Muitos dos revoltosos se tinham refugiado no convento de Santo Agostinho, perseguindo - os os Franceses até às torres da Igreja. Ali estava um tio meu paterno, chamado José Joaquim da Costa, carpinteiro, que recebeu muitas feridas dando -lhe um oficial inimigo com os fechos de uma pistola e não o matou porque ao dispará-la errou-lhe fogo por estar humedecida com sangue. É coisa admirável como este meu tio saltou depois de telhado em telhado a ponto de descer assim até ao chão da cerca trazendo oito feridas.

A guarnição do Castelo, vendo-se desafiada de sitiante, desceu dali furiosa a tomar o sul da vila, isto é, o Rossio e a Aldeia por onde fugia a maior parte do povo. A gente inerme foi a que mais padeceu e quanto aos chefes da insurreição, é bem para notar que nenhum deles caísse nas mãos dos seus contrários.

É um erro gravíssimo em tais conjunturas o retirar-se qualquer das suas moradas. Assim fizeram muitos e por isso vou citar alguns exemplos para precaver futuros males em idênticas circunstâncias. Naquela hora os melhor avisados fecharam as suas portas e acolheram-se ao interior das suas casas e este é o mais seguro abrigo que pode buscar-se em circunstâncias semelhantes. Os que assim fizeram, ficaram salvos, enquanto que os fugitivos experimentaram a infeliz sorte de ouvirem zunir as balas perto de si ou de ficarem feridos ou mortos.

Retirar tesouros que o inimigo possa cobiçar vendo-os com os seus próprios olhos, é caso fatal. Assim aconteceu a certa vendedeira, chamada por anexim a *Cheira dinheiro*, que morava na Praça à esquina da rua de Três e fugia com seu marido pelo Rossio levando cada um seu talego de dinheiro. Ambos foram mortos junto ao forno do Rossio, mais pelo crime de possuírem aquele dinheiro do que por serem insurgentes.

Deve-se igualmente fugir da curiosidade como perigosa em todos e principalmente neste caso. A porta de uma casa da antiga fábrica da Assaboardaria foi achado o cadáver de um paisano que de dentro espreitava pela fechadura a passagem dos Franceses subindo pela Corredoura. Dera-lhe a morte uma bala que entrou pela fechadura e foi alojar-se-lhe na cabeça.

Queria por fim o General d'Avril entregar a povoação ao saque da soldadesca por ser entrada à viva força, mas cedeu de tal intento pelas rogativas da Marquesa de Alorna e da Marquesa de Ternai, esposa de Mr. Carlos Gabriel Hilário Dorsac, legitimista francês, emigrado para Portugal em 1793

e que chegou a ser Brigadeiro do nosso exército. Assim, pois, durou o sa que apenas uma hora, passada a qual d'Avril mandou tocar a reunir e retirou-se levando a companhia da guarnição do Castelo e seis prisioneiros nos sos. Ouvi contar a meu tio João Bernardo da Costa, Espanca de alcunha, e oficial de carpinteiro, o qual fizera parte da divisão volante que os nos sos mortos foram calculados em 25 ou 26 ao todo, o que se conforma com o *Observador Português* que numera 27. Porém os nossos Calipolenses mataram 10 no cerco da guarnição do Castelo e 36 da brigada de Estremoz no combate da porta do Nó, o que soma em 46 franceses mortos afora os feridos.⁽¹⁾

Eram artistas e homens do povo todos os que tomaram parte na insurreição, sendo esta aliás reprovada pelos ricos e nobres como dito é. Além de António Lobo Infante, apenas me constou que se unisse aos populares o Fra de Graciano João de Sousa, mestre de primeiras letras da escola pública do seu convento, o qual depois de assistir à espera da porta do Nó, subido numa azinheira da cerca e ter feito dali muito fogo, atravessou o dito convento e saíndo à porta da Senhora da Graça, foi visto por um parente meu correndo pela rua da Freira abaixo com um pé calçado e outro descalço.

Conquanto a insurreição fosse reprovada pela gente principal da terra, como inútil e perigosa, não havia razão para assim pensarem. Serviu de muito, embora nos custasse mais de duas dúzias de vidas. Com estes e outros exemplos se foi animando todo o Reino à revolta contra os Franceses e preparando os caminhos para os Ingleses poderem fazer os seus desembarques e unidos com os Portugueses rechaçarem a invasão daqueles intitulados amigos e reorganizarem o nosso exército debaixo da sua disciplina para as eventualidades futuras.

Na verdade Vila Viçosa adquiriu com este feito mais um brilhante florão para a sua coroa de glória e os historiadores contemporâneos e modernos fazem-lhe justiça exaltando o seu grande patriotismo e temerária ousa

(1) *Resumo, etc.,* pág. 27. No registo de óbitos da Matriz acho menciona dos os seguintes: dia 19 - João Vieira, desta vila, casado com Cecília Gertrudes de 40 anos de idade; um sargento francês no Castelo. Dia 20 - Portugueses: Manuel Pires, de Olivença, viúvo, de 58 anos; Maria na dos Anjos, solteira, de 78; Francisco de Faria, viúvo, de 50; José Bernardo, casado, natural de S. Miguel de Acha e assistente no Redondo, de 39 anos; José Bento, casado, de 39 anos; Catarina Maria, casada, ferida em 19 e falecida em 22 no hospital. Franceses em 20: um Capitão na Ilha e um Soldado à porta do Nó. Total - 10.

dia em ser a primeira terra do Alentejo que se declarou contra os inimigos da nossa independência nacional, não obstante a presença de uma guarnição de cem homens no seu Castelo e a próxima vizinhança de três mil inimigos em Estremoz e cinco mil em Elvas. O autor do *Resumo dos sucessos do Alentejo* discorrendo assim acrescenta que entre nós eram ignorados os tumultos de Olhão sucedidos no dia 16 em circunstâncias incomparavelmente mais favoráveis. Insurreccionaram-se os Calipolenses, diz ele, "porque muito amavam a pátria comum e o seu Príncipe Regente e assim permitiu a Providência que a insurreição Alentejana partisse da pátria do Restador da Monarquia em 1640, da terra da Padroeira do Reino."⁽¹⁾ Biancardi escreveu: "los habitantes de Villaviciosa, como si la prerogativa de ser aquella villa asiento antiguo de la Casa Real de Braganza les impusiera obligacion mas estrecha de sacudir el yugo, proclamaron en el dia 19 de junio al Augusto Principe Regente, y osaron atacar à las tropas francesas que guarnecian el castillo."⁽²⁾ Na *História da Guerra Civil, etc.* escrita por Simão José da Luz Soriano nos nossos dias, lê-se: "(...) sendo muito temerária qualquer tentativa patriótica... apesar disso foi ella (Vila Viçosa) a primeira que no Alentejo ousou quebrar o jugo estrangeiro, como praticou no dia 19 de Junho."⁽³⁾

Nesse mesmo dia insurreccionava-se o Porto e assim se dispunha a nossa emancipação do jugo dos Franceses.

Não terminarei este parágrafo sem dizer aos meus leitores que Junot, dando parte dos tumultos de Vila Viçosa e da sua repressão pelo General d'Avril e pelo Coronel Lacroix, mentiu desbragadamente no Boletim do Exército nº 1, elevando a duzentos o número dos nossos mortos.⁽⁴⁾ (Assim lhe

(1) Pág. 28 e última.

(2) *Sucesos de la Prov. del Alentejo*, pág. 20.

(3) Tomo 1 da 2ª época, pág. 284.

(4) No registo de óbitos de S. Bartolomeu encontram-se os seguintes com a designação de mortos a tiro pelos Franceses: Joaquim da Rosa (junto à horta de Félix Teixeira); José Francisco Tomé e sua mulher Madalena Maria (a Cheira dinheiro, no Rossio); Vitaliano Carregado, casado; Agostinho de Almeida, idem; José Chidó, solteiro; Demétrio de Jesus, solteiro. Total - 7. É provável que outros falecessem dias depois e que no registo do Hospital se encontre menção do resto. Quanto aos Franceses, creio que eles consigolevassem alguns mortos ou lhes dessem sepultura eles mesmos, porquanto na Matriz só estão registados 3 óbitos e assim mesmo sem nomes próprios.

fazia conta para atemorizar os povos). Segundo o mesmo Boletim, veio com o General meio batalhão do Regimento 86 ao qual pertencia o destacamento cercado, alguns dragões e duas peças de artilharia. ⁽¹⁾

VIII

O nosso povo, que fugira em grande parte para as bandas do oriente e principalmente para os sítios ermos de S. Francisco Velho, regressou aos seus lares neste mesmo dia e no seguinte visto que os Franceses se demoraram apenas uma hora na vila e como a companhia cercada se retirara com eles, a situação da terra não ficou pior, mas antes melhor.

Estas fugidas do povo para os ermos do oriente repetiram-se ainda neste ano, como referirei, chegando também algumas Freiras a desamparar os seus conventos.

António Lobo fugiu para Olivença onde chegou às duas horas da manhã do dia 21 e ali deu conta ao Coronel Espanhol D. Frederico Moretti y Cascone do facto da insurreição de Vila Viçosa e suas consequências, bem como do adjutório pedido ao General Galluzo de Badajoz. Estimulando-o a dar calor aos revoltosos do Alentejo, Moretti resolve-se porque Badajoz e Olivença estavam já pelo Rei de Espanha Carlos IV.

Governava então a praça de Juromenha José Joaquim da Silveira, o qual deliberou como ingrato Português deter 20 ou 22 homens de Vila Viçosa que para lá tinham fugido, dando parte para Elvas ao General Kellerman com aviso de os mandar buscar e requerimento de reforço à sua guarnição. António Lobo persuade Moretti que ataque Juromenha entretanto para se apossar dela. Isto se efectua no dia 22 com duzentos Espanhóis que atravessaram o Guadiana ao mesmo tempo que se aproximava do oriente o destacamento Francês de Elvas. Este retrocedeu à vista das tropas Espanholas e não se atreveu a chocar-se com elas. Ficaram, pois, salvos os Calipolenses ali refugiados. Moretti e António Lobo estavam senhores de uma praça de guerra que lhes servisse de base para ultteriores operações no Alentejo. ⁽²⁾ Porém, Kellerman mandou ordem a d'Avril que saísse de Estremoz com tropas e retomasse Juromenha. O dito General safu com efeito para Vila Viçosa, mas

(1) *Observador Português*, pág. 354.

(2) *Resumo dos sucessos do Alentejo, Biancardi, etc.*

desiste do intento por julgar a empresa irrealizável. Retira-se para Estremoz deixando outra guarnição de cem homens no nosso Castelo. Kellerman fica zangado com as desculpas de d'Avril sobre dificuldades da conquista de Juromenha. Determina ir lá pessoalmente no dia 28 do mesmo Junho. Recebendo porém aviso de Junot para deixar Elvas e o Alentejo e passar para a Estremadura porque já era secundada ali a revolta do Porto, retira-se levando também consigo a divisão do General d'Avril.⁽¹⁾ Saíram pois também do nosso Castelo os cem homens da sua guarnição, mas saíram de noite e entraparam as patas dos cavalos como calculavam os nossos avós, de forma que não foi sentida a sua retirada. Já iam tendo medo. Isto aí por 27 de Junho.

IX

A insurreição inaugurada no Alentejo por Vila Viçosa começava já a dar fruto. Com a retirada repentina das tropas francesas da província, António Lobo e o Coronel espanhol D. Frederico Moretti y Cascone trataram de organizar a defesa da mesma província para ocorrer a eventualidades futuras. Não querendo, porém, violentar os povos impondo-lhes a declaração contra os Franceses, expediram de Juromenha proclamações e editais que fizeram afixar por todo o Alto Alentejo. A substância destes convites era mostrar aos povos o seu dever de serem fiéis ao legítimo Príncipe D. João, a violência do governo intruso e a obrigação que, como Portugueses, tinham de tomar as armas para expulsar o Tirano. Escreveram cartas neste mesmo sentido às autoridades, lembrando-lhes aquelas mesmas obrigações e acrescentando que convocassem os Três Estados para estes livremente dizerem que partido queriam seguir, pois a Espanha, nossa auxiliadora nesta crise, de sejava discriminar os amigos ou inimigos do Príncipe e da Pátria.

Explorado assim o patriotismo dos Alentejanos, concertou António Lobo com Moretti fazer uma excursão pelo Alto Alentejo e organizar juntas governativas que se regessem por si, enquanto Lisboa permanecesse em poder dos inimigos. Com efeito, a 10 ou 11 de Julho vai António Lobo a Borba, passando por Vila Viçosa. Faz ali uma convocação do Clero, Nobreza e Po-

(1) *Observador Português*, pág. 340.

vo para que decidam se querem seguir o partido de Napoleão ou o da causa nacional Portuguesa. Respondem que queriam ser leais à Pátria e seu legítimo Príncipe e portanto lembra-lhes António Lobo que formem uma Junta Governativa do município para este se governar enquanto Lisboa não fosse libertada do jugo estrangeiro.

No dia 12 vem a Vila Viçosa e faz o mesmo. Como a acta da convocação está no livro das vereações, darei um extracto dela com as assinaturas. Veja-se:

"... .. todas as classes em geral e cada uma em particular, a saber: Clero, Nobreza e Povo, unânimemente responderam que eles no seu coração desejavam unir-se ao partido da Nação e convinham (quanto estivesse da sua parte) em tudo o que o dito Sargento-mor lhes tinha proposto, para o que estavam prontos para assinar esta mesma confissão. E eu, Joaquim Fallação da Gama e Sousa, Escrivão da Câmara, o escrevi."

(Assinaturas)

António Lobo Infante de Lacerda, como presidente.

António Caetano de Sampaio Teixeira Pimentel.

Jerónimo da Costa de Carvalho.

O Síndico Francisco Anacleto Machado Vieira Primoroso.

Luís José Sameiro.

José António Nunes, Procurador do Concelho.

O Vigário da Vara Padre Manuel António de Sá Boamorte.

O Prior da Matriz Frei José Lourenço da Rocha.

O Prior de S. Bartolomeu Frei Henrique Lobo Tenazes de Lacerda.

D. Bernardo de Lucena Noronha (Padre).

José António Rosado Figueira.

António Calado da Silva (Padre).

António Rebelo de Sousa Macedo (Padre).

Luís Cândido do Prado (Padre).

Frei António Pedro (da Rocha).

Frei António de S. João Baptista, Reitor de S. Paulo.

Frei José de Torres, Vigário Prior de Santo Agostinho.

Frei Gaspar da Rocha.

O Padre Quintino José do Prado.

Joaquim de Sousa e Menezes (Padre).

O Beneficiado da Matriz Manuel António de Oliveira Robalo.

O Padre Francisco José Cordeiro Leal.

Frei Manuel António de Macedo.
Frei João de Sousa.
Frei António Moreira.
Pedro de Sousa Menezes.
José de Sousa e Menezes.
Francisco Cândido de Almeida Valejo.
José Francisco Salazar Lobo da Ponte.
D. Joaquim Xavier da Silva Lobo.
António Lourenço de Matos Azambuja.
José Heliodoro Ribeiro, Capitão.
José António Vidigal, Capitão.
João Bernardo de Sequeira, Médico.
Francisco Inácio de Mira Vidigal, Tenente Cirurgião-mor.
António Guedes Alcoforado de Seabra Pinto, Coronel graduado.
Luís Correia.
João de Torres da Silveira Bicho-Verde
José Caetano Madeira e Carvalho.
Gaspar João Madeira.
Manuel Gonçalves (o da Fonte Grande).
José Joaquim de Oliveira.
Joaquim da Rosa, Tenente Quartel-mestre.
Roberto Diogo e Araújo, Capitão.
José Vicente da Costa.
Joaquim Félix Carrilho Portugal, Capitão de Milícias.
Filipe Antunes.
Manuel Bernardo de Brito Peracha.
José Ricardo Antas.
José Luís Pereira.
João Alves de Araújo.
António José Vaz de Guimarães.
João António Biga.
Ventura José Dias, Sargento de Ordenanças.
Manuel Alves de Araújo, Capitão de Ordenanças.
Joaquim José dos Santos.
Gaspar Henrique de Lima Sanches.
Caetano José Alves de Araújo.
Domingos Alves Torres.

Alexandre António de Lima.
 Cláudio do Carmo Portugal.
 Inácio Castanho, Alferes de Ordenanças.
 Francisco de Paula da Costa Feio.
 Francisco da Gama Lobo B...
 Francisco Xavier de Azevedo.
 José de Almeida Redondo.
 António Ventura Vidigal.
 Filipe Nery Belo.
 José Vicente de Oliveira.
 Manuel António Gonçalves, Procurador do Povo.
 Vicente Ferreira da Mata.
 Manuel de Almeida, Procurador do Povo.
 Total - 72 assinaturas do próprio punho.

Agora, sim, estava legalmente constituída a insurreição de Vila Viçosa e restabelecido o Governo do Príncipe Regente.

Dois dias depois convocou António Lobo outra assembleia dos Três Estados para se eleger uma Junta Governativa do Município e um deputado à Junta Suprema de Estremoz que neste meio tempo se pronunciara a favor da causa nacional sem ser preciso ir lá o Sargento-mor. Como porém depois aderisse Évora à insurreição, nunca a Junta Suprema se reuniu em Estremoz, mas na dita cidade como capital do Alentejo.

A Junta Governativa do nosso município ficou assim composta: Juiz de Fora Pimentel, presidente; vogais - Pedro de Sousa Menezes, Francisco Cândido de Almeida Valejo de Mâris, João Filipe Miguéns, Frei José Lourenço da Rocha, D. Bernardo de Lucena Noronha, Padre Joaquim Cordeiro Galão, o Prior de Santo Agostinho e o Reitor de S. Paulo, Manuel Gonçalves da Fonte Grande, Manuel Alves de Araújo, seu genro Manuel Bernardo de Brito Peracha e Joaquim José dos Santos. Foi nomeado Fiscal desta Junta o Dr. Síndico Francisco Anacleto e secretário o Escrivão da Câmara Joaquim Falcão. O Deputado à Junta Suprema de Évora foi o Padre António Rebelo, Cónego da Real Capela. Deferido o juramento, desenrolam o Estandarte Real e vão à Matriz cantar um Te Deum pela restauração do Governo Português. Depois do Te Deum tornou António Lobo a convocar a Junta e perante ela chamou o Almojarife do Paço D. Bernardo de Lucena Noronha e o Capitão Filipe Antunes: ao primeiro ordenou que recolhesse logo para o Paço a mobília que

andava desbaratada formando inventários e continuando a reger tudo em nome de Sua Alteza Real; e ao segundo que continuasse a governar a Tapada conforme as determinações do seu Couteiro-mor D. João de Almeida, pois uma e outra coisa tinham diferente superior no governo dos Franceses. (1)

António Lobo continuou a andar de terra em terra para organizar juntas governativas em nome do Príncipe Regente que podiam chamar-se de defesa nacional. Autorizado pela Junta Suprema de Estremoz organizou em Vila Viçosa uma Companhia de Miqueletes ou Caçadores a pé, composta de cem homens, na qual entraram os veteranos de Infantaria nº 15, refugados pelos Franceses. Em Estremoz fizeram outro tanto os sargentos-mores José Nunes e António Couceiro da Costa, o 1º de infantaria e o 2º de cavalaria. Campo Maior aderiu à insurreição patriótica levantando tropas às ordens do Coronel Diogo da Gama e do Coronel de Milícias D. José Carvajal. Portalegre fez o mesmo, tomando Jorge de Avilez o comando das suas tropas, etc.

Por isto e pelo mais que irei dizendo, se vê quão importantes serviços prestou então António Lobo e quanto honrou a nossa terra fazendo que partisse dela a restauração do governo legítimo e nacional.

A 16 de Julho veio o Coronel Moretti de Juromenha a Vila Viçosa, com 100 infantes e 50 cavalos, e aqui se lhe apresentou em 18 o General Português Francisco de Paula Leite para tomar o governo das armas da província como lhe competia por ter sido provido pelo Príncipe Regente nesse cargo. Teve lugar a entrevista em casa de António Lobo e este foi o primeiro a submeter-se-lhe dando conta de tudo o que fizera. Moretti propôs-se continuar a coadjuvar o General Leite como seu amigo e aliado na defesa da Península Ibérica.

No mesmo dia 18 se reuniu a nossa Junta Governativa e Moretti lhe propôs: 1º - que reconhecessem a autoridade da Junta Suprema de Évora e lhe obedecessem em todas as suas determinações; 2º - que estipulassem aos militares um soldo que deveria ser igual em toda a província; 3º - que se obrigassem a pagar o dito soldo, tanto à tropa portuguesa como à espanhola, segundo lhes costumavam dar no seu país. Aceitaram.

Para dar cumprimento a estes encargos, votou-se no dia 20 a solicitação de um donativo para a Defesa da causa pública e nomeou-se cobrador deste donativo José António Nunes, o Cachatra. Em 26 deliberaram mais que se escrevesse às Comunidades Religiosas e pessoas de influência para

(1) *Resumo dos sucessos do Alentejo, págs. 8 e 9.*

que apoiassem esta medida contribuindo para ela. Também se acordou em nomear tesoureiro da Junta a Manuel dos Santos Rosa, em cuja mão foram arrecadados todos os diversos impostos da Décima, Novos direitos, etc., isto é, tudo o que dantes se arrecadava para os cofres do Estado; e foi eleito António José Vaz de Guimarães para Comissário da Bolsa a fim de efectuar os pagamentos. Em 27 recebeu este da mão do Tesoureiro um conto de réis para acompanhar as tropas e pagar-lhes os soldos como o fôra determinado numa portaria do presidente da Junta Governativa, Dr. Pimentel. Tudo isto consta do livro das vereações da Câmara, onde continuaram a escrever-se as deliberações da junta referida. Porém nada mais se escreveu ali de 27 de Julho até 31 de Agosto e daí em diante funcionou regularmente a antiga municipalidade.

Vê-se do exposto que os nossos pais e avós se encontravam então numa dura alternativa: ir com os Franceses ou contra os Franceses. Ir com eles era um crime de lesa-nação que só podia ser tolerado enquanto não chegasse o momento oportuno de sacudir o seu jugo. Ir contra eles em tempo oportuno era o partido mais honroso e mais útil para nossos pais, embora esse caminho fosse escabroso e demandasse grandes sacrificios de dinheiro e vidas. Por conseguinte, andou bem o nosso povo insurreccionando-se em 19 de Junho, ainda que a gente principal da terra não aprovasse a revolta, pois a oportunidade era chegada uma vez que a Espanha desde o dia 2 de Maio rompera as suas relações de amizade e aliança com os Franceses que a estavam burlando.

Agora em Julho, quando os inimigos tinham evacuado o Alto Alentejo para acudir a outras insurreições armadas, nenhuma razão escusava já o nosso concelho de se emancipar do seu jugo e restabelecer o governo legítimo do Príncipe Regente em nome de sua mãe D. Maria I.

X

Continuemos com a história da primeira invasão francesa. No mesmo dia 18 de Julho em que António Lobo, Moretti e o General Leite fizeram convénio sobre as operações da campanha, partiram de tarde todos três para Estremoz onde se demoraram em 19 para darem algumas providências e determinarem o modo por que a sua Junta havia de obedecer à que se ia criar como

Suprema da província, em Évora, para onde logo marcharam.

Chegados em 20 à dita cidade, ali os receberam os Eborenses como os Cabeças dos Libertadores da Pátria⁽¹⁾ e tratou-se imediatamente de formar a Junta Suprema que governasse o Alentejo até se libertar a capital do Reino. Dessa Junta fez parte o Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo, o Bispo do Maranhão Jacinto de Oliveira, muitos eclesiásticos e seculares da nobreza de Évora, três deputados da Junta de Estremoz por ter sido Suprema seis dias e um dito das mais terras declaradas em favor do movimento nacional, excepto Campo Maior e Beja. Por decreto de 22 promoveu esta Junta ao posto de Coronel o nosso Sargento-mor António Lobo e deu a seu filho e cooperador Jerónimo Infante de Assa o posto de Alferes de cavalaria em atenção a serem eles os primeiros que nesta província levantaram o Estandarte Real combatendo pela Pátria e pelo seu Príncipe natural. Sobre proposta de António Lobo nomeou também a Junta Suprema dois oficiais para a companhia de Miqueletes de Vila Viçosa que não tinha ainda comandantes. Eram cem os Miqueletes ou caçadores, aos quais se juntaram 14 cavalos governados pelo Alferes Jerónimo Infante.

Esperava com razão a Junta Suprema de Évora que brevemente marchassem os Franceses sobre a sua cidade para punir-lhe a rebelião e portanto deu ordem para que se reunissem ali as tropas fiéis que se armaram o melhor que pôde ser e ao mesmo tempo enviou a Badajoz o Capitão João Cardoso Moniz para pedir ao General da Estremadura Espanhola o seu pronto auxílio. Não houve tempo disso e até as mesmas tropas fiéis chegaram tarde para so correrem aquela cidade em 29 do mesmo Julho.

Sabida em Lisboa a nova da insurreição geral desta província que ficara sem tropas, mandou Junot que o General Loison viesse reduzi-la à sua obediência dirigindo-se a Évora em primeiro lugar. Vinha a marchas força das e assim com dificuldade pôde o General Leite reunir ali as tropas necessárias. Os nossos Miqueletes e o batalhão de Voluntários Estrangeiros de Moretti, que na sua maior parte estava composto de Portugueses, chegaram a Évora às seis horas da manhã do dia 29 de Julho e às sete começava Loison a opugnar a cidade com os 8:000 Franceses do Alentejo. A nossa tropa, não obstante ver-se reduzida a 1:800 combatentes, sai fora a impedir-lhes o ingresso com uma coragem e um patriotismo dignos de eterna memória. Tomou o General Leite o comando em chefe, servindo-lhe Moretti de

(1) *Ibid.*

Quartel-mestre General, etc. e António Lobo foi comandar na vanguarda junto ao Moinho de S. Bento 200 caçadores em que entravam 60 Miqueletes de Vila Viçosa porque os 40 restantes foram apartados para reforçarem e defenderem uma peça de calibre 3.

Não me pertence dar conta deste combate e suas consequências, de que se ocupa o autor da *Évora Lastimosa*. Resumirei apenas que os Portugueses eram cinco vezes inferiores em número. Os 250 cavalos não quiseram entrar na acção pondo-se em retirada e portanto houveram os defensores de Évora de abandonar forçosamente o campo depois de cinco horas de resistência, deixando mortos o incrível número de 3:900 inimigos.⁽¹⁾

Este revés, conhecido entre nossos pais e avós por *ataque de Évora*, seria fatal ao Alentejo se porventura não lavrasse já a insurreição nas províncias do norte. Moretti retira-se a Juromenha com as tropas espanholas. O batalhão de Estremoz, composto de 380 homens, dispersa-se e vem para a sua terra. Os Miqueletes de Vila Viçosa para cá se recolhem e o General Leite refugia-se em Olivença.

O susto porém era grande nos nossos povos porque corria voz de que Loison vinha com armas na mão sobre as vilas rebeladas. Homens e mulheres fugiam para os fragedos inóspitos e até as Freiras abandonavam as suas clausuras. Estremoz envia uma deputação a Loison para lhe rogar que perdoe à sua vila.⁽²⁾ Vila Viçosa manda outra presidida pelo meu parente Frei José Lourenço da Rocha, Prior da Matriz, o que sei por tradições de família. Loison entra em Estremoz a 2 de Agosto e não lhe faz mal. Em 3 passa a Elvas, manda ao Juiz de Fora que lhe junte e entregue todas as pratas das Igrejas, mas ele enganou-o dizendo que já as tinha levado Kellerman confundindo esse caso com o de Vila Viçosa. As pratas de Elvas ainda estavam em depósito e assim escaparam.

Não me consta que Loison entrasse em Vila Viçosa, nem que novos conflitos houvesse no Alentejo desta vez.

(1) *Ibid.* pág. 17

(2) *Observador Português*, pág. 396.

XI

Entretanto haviam-se multiplicado os tumultos contra os Franceses em diversos pontos do Reino. A 19 de Junho, isto é, no mesmo dia em que Vila Viçosa se rebelou fazia-se no Porto uma grande sublevação e organizava-se ali uma comissão que tomou o título de *Junta Suprema do Governo do Reino*. E disposto assim o povo português à guerra contra os seus novos dominadores, os Ingleses cumprem a promessa de nos darem ajuda fazendo desembarques de tropas em diversos portos. A 17 de Agosto dá-se a acção da Rolizça e a 21 a do Vimeiro em que Arthur Wellesley (depois Duque de Wellington) derrota os Franceses pondo-os em muito precárias circunstâncias. Por mar não se podiam retirar nem receber reforços porque as esquadras inglesas rondavam as nossas praias e por terra iam já sendo muito difíceis as comunicações com a França visto que grande parte da Espanha se declarava já também contra os Franceses. Considerando isto com bastante madureza, Junot tem a finura de propôr aos Ingleses uma convenção para se retirar com armamentos e bagagens e o General Britânico Dalrymple, que sucedera no comando a Lord Wellington, cai na insensatez de lha outorgar em Sintra no penúltimo dia de Agosto. Esta convenção, em que não figuraram os Portugueses, foi-lhes muito prejudicial porque Junot, além das pratas das Igrejas, tinha mandado recolher a Lisboa o dinheiro das caixas dos órfãos de todo o Reino que era muito por não haver quem o tomasse a juro e assim conseguiu levar de Portugal imensos tesouros. O Governo Inglês reprovou a Convenção de Sintra e mandou instaurar processo de crime a Dalrymple.

A 31 de Agosto pois safu Junot de Lisboa e começaram a retirar para Espanha e França todas as tropas que ocupavam Portugal.

Nesse mesmo dia recomeçava a nossa municipalidade as suas vereações, depois de se ter conservado todo aquele mês numa situação indefinida. Nem a Câmara, nem a Junta Governativa tomaram deliberações que ficassem escritas no livro competente.

Ainda torno a falar dos serviços de António Lobo Infante e dos nossos Miqueletes porque seria ingratidão e injustiça não o fazer assim quando o fez o autor do *Resumo dos sucessos do Alentejo*.

Apenas se retirou Loison, ficando a província evacuada de inimigos, o General Leite e os comandantes emigrados para Olivença não ficaram ociosos. A primeira coisa que dispôs o General foi mandar o nosso patrício António Lobo percorrer as terras da província para arrecadar os dinheiros públicos, não só por evitar que caíssem nas unhas dos Franceses, mas também para ter com que pagar aos seus soldados. E tão diligente e honroso se houve aquele Calipolense que arranjou dinheiro para se pagar às tropas até Setembro, sobejando ainda 23 contos de réis que foram entregues na tesouraria competente.

Ao mesmo tempo reclamava o General Leite um socorro de tropas espanholas de Badajoz e vendo que se demorava e que tarde ou nunca chegaria, passou a Campo Maior, Castelo de Vide, Portalegre, etc. Reuniu as tropas em Estremoz e avisou António Lobo que divagava pela província com os seus Miqueletes a reprimir latrocínios, para se lhe unir no mesmo ponto. A 4 de Setembro marcharam para Azaruja com o fim de continuarem sobre Lisboa como também fazia a Divisão do Algarve. Nesse mesmo dia receberam a notícia da Convenção de Sintra e por conseguinte voltou cada um às suas terras.

O filho de António Lobo acima nomeado morreu sem descendência e sua filha D. Genebra, que casou com José d'Assa Castelo Branco, também não deixou filhos. Por isso mesmo e por não ir o seu pequeno morgado a António Lobo Infante de Lacerda, seu primo, com casa em Olivença, tratou José d'Assa de abolir o vínculo da sua primeira mulher reservando o seu. Por lhe tratar dessa dissolução deu a quinta de Pardais (a dos Infantes) ao advogado António da Silva Leitão.

XIII

Finda a primeira invasão francesa em 30 de Agosto, entrou a Regência legítima de Portugal no exercício das suas funções governativas. Tratou-se logo de reorganizar o nosso exército sob a direcção de Officiaes Ingleses. Nem isto podia ser de outro modo. Activaram-se os alistamentos de soldados com o maior rigor possível, passando os Regimentos a ser numerados e a haver batalhões de Caçadores. Foram estabelecidas pesadas multas contra os receptadores dos que desertassem. A substituição de um soldado chegou então a custar 400\$000 réis.

Da mesma sorte foram reorganizados os Regimentos de Milicias e os Corpos da Ordenança. Os Regimentos de Milicias ficaram sem número de ordem, e continuaram a ser designados pela terra que deles era cabeça. Assim o Regimento de Milicias de Vila Viçosa foi reorganizado, omitindo-se as terras distantes da sua comarca e destinando-se-lhe outras mais próximas com as quais se preenchessem as suas oito companhias, cuja primeira foi a da nossa vila. Borba, Estremoz, Elvas e não sei que mais deram as restantes.

A 21 de Dezembro lia-se na nossa Câmara um Decreto dos Governadores do Reino para se apurarem os Officiaes da Ordenança que se achassem vigorosos e elegerem-se outros de novo em lugar dos inválidos. Foram por isso exonerados António Caetano de Bastos, José Vicente de Oliveira e João Alves de Araújo, e eleitos em seu lugar Manuel Bernardo de Brito Peracha, José de Torres Vaz Frade e Luís Jorge da Costa Amado que era Sargento-mor do Alarde da Comarca. Jerónimo da Costa foi conservado.

A reorganização do exército elevou este ao seguinte quadro: 24 regimentos de infantaria, 12 ditos de cavalaria, 12 batalhões de caçadores, 4 regimentos de artilharia e um corpo de engenharia, na primeira linha; 48 regimentos de milicias na segunda; e na terceira os corpos da Ordenança, que compreendiam mais de trezentos mil homens. Estes porém eram sedentários e apenas saíam da sua terra a custodiar comboios.

Miudezas do governo municipal.

16 de Janeiro. - Leite a 10 réis o quartilho.

26 de Março . - Toma posse a nova Câmara em que foram Vereadores Luís Jorge Sameiro, Jerónimo da Costa de Carvalho e José Miguel de Torres Penalvo em lugar de José Joaquim Miguéns que viera na pauta e tinha já falecido; Procurador do Concelho, Clemente José da Mota; e Tesoureiro, Crispim José Mendes.

27 de Abril. - Pão alvo a 40 réis.

Deste dia em diante passaram a ser feitas as vereações nos Paços Municipais e não em casa do Juiz de Fora Pimentel, como sucedia desde Outubro de 1806 quando o tesouro da Capela Real foi depositado nos mesmos Paços em vista de um Aviso do Príncipe Regente.

25 de Maio. - Luís António Tarana é nomeado Recebedor do Almojarifado da vila por uma Provisão passada em nome de Sua Majestade Imperador e Rei. Nove meses e dias durou o seu domínio em Portugal (Napoleão I intitulava-se Imperador dos Franceses e Rei de Itália).

13 de Julho. - Pão a 30 réis.

27 do mesmo. - A Câmara, vendo que o trigo se vendia por 480 réis o alqueire, taxou o arrátel de pão a 25 réis.

15 de Outubro. - É arrematada a pastagem da coutada do alqueve por --- 66\$000 réis.

CAPITULO XCIII

Crónica dos anos de 1809 a 1812. Continuação da Guerra Peninsular. Hospital de sangue no Palácio Real. Cemitérios dos Ingleses. Seus alojamentos nesta vila e danos que causaram. Nova reorganização da Ordenança. Novo médico partidista. Demissão do cirurgião Mira. Corte de pinheiros na Tapada Real e no Pinhal. Bombardeamento de Badajoz. Carestia suprema dos géneros alimentícios. Chegada do Bispo de Olba. Suspensão da taxa dos jornaleiros. Miudezas do governo municipal.

I

Ano de 1809. - 1. - Com a retirada de Junot levando enormes riquezas, terminou a primeira invasão do nosso país mas não findou a Guerra Peninsular. Em Espanha reinava José Bonaparte, cognominado pelos Espanhóis o rei botelha porque bebia muito vinho. E como os Franceses podiam assim transitar pelo reino vizinho, cá vieram segunda vez capitaneados pelo manhoso General Soult em 1809 e terceira em 1810 sob o comando de Massena. Nunca porém mais entraram Franceses na nossa vila, nem cá soou o estrondear de fuzis e canhões, salvo durante os bombardeamentos de Badajoz. Contudo padeceram nossos pais muitos incómodos com alojamentos, embargos de gados e cavalgadas, alistamentos de mancebos e escassez de géneros alimentícios cujo preço cresceu até onde nunca havia chegado, nem chegou ainda até aos nossos dias.

2. - O exército Português, unido às tropas Inglesas, tomou o título de Exército Anglo-luso e era comandado em chefe por Lord Wellington; mas o Português por si só obedecia ao General Beresford, havendo muitos oficiais Ingleses em todos os corpos militares. Uma das durezas maiores desta guerra foi querer Lord Beresford aplicar aos Milicianos as penas do Regulamento das tropas de primeira linha e de facto alguns foram fuzilados por irem às suas casas sem licença. Quanto às Ordenanças, também queria aplicar o mesmo rigor e tanto que o Capitão Manuel Bernardo e o Ajudante António Joaquim de Abreu, por terem retirado de Serpa em presença do inimigo, estiveram também para ser passados pelas armas.

O rigor da disciplina militar não podia ser maior. Para prender desertores estava no Alentejo um José Jacob com uma companhia desfardada e há memória de muitos mortos a tiro por tentarem fugir indo presos ou na ocasião de o serem. Na campanha ainda era pior. Atrás do exército marchava um Preboste Inglês com uma companhia montada e todo o soldado que se encontrava com um atraso de três dias de marcha sem licença escrita do seu Capitão era fuzilado imediatamente.

3. - Em 27 de Julho deste ano deu-se a sanguinolenta batalha de Talavera de la Reina (Estremadura Espanhola) onde os Ingleses tiveram muitos mortos e feridos graves que, sendo transportados para esta vila, foram colocados no Palácio Real convertido agora em Hospital de sangue. Deste ano até ao fim da guerra continuou sempre ali o dito hospital, chegando por fim a tal abandono e destruição o Paço dos nossos Reis que nem tinha já portas na entrada principal e por aquelas ricas salas, agora despojadas até de móveis, não era raro encontrar excrementos em abundância!

4. - Foi muito avultado o número de feridos na batalha de Talavera que vieram a morrer em Vila Viçosa. Tiveram sepultura primeiramente em dois olivais da estrada Angustinha de Borba situados ao noroeste do Reguengo e pertencentes a Frades. Depois levaram-nos em carros a enterrar no sítio do Morgadinho que fica ao sueste da vila. Por serem muitos os cadáveres, eram sepultados numa vala comum.

Posteriormente houve óbitos de feridos no ataque de Albuera (16 de Maio de 1811) e nos cercos de Badajoz e por serem protestantes, como os outros, foram também sepultados em terra profana. Mas o cemitério ordinário dos Ingleses, quer mortos de ferimentos quer de doença, foi sempre o baixo Carrascal ou a sua parte do sul onde ainda se vê a campa com epitáfio do Major de Brigada Mahomey falecido neste ano de 1809. Todo aquele terreno até à cerca das Beatas estava coberto de sepulturas, quase todas com suas elipsóides de madeira oleada de branco em que se designava o nome e títulos do morto. Como porém o tempo tudo estraga, desappareceram essas memórias restando unicamente a do Major Mahomey.

Os enterramentos destes hereges eram feitos com pompa religiosa e militar. Um companheiro de armas servia de capelão para recitar as orações do ritual de Eduardo VI e assim encontrei num manuscrito que no funeral do acima referido servira de capelão o Major Norcott do Regimento 95 de Caçadores.

5. - Apesar de serem nossos aliados e derramarem o seu sangue em pro -

veito nosso, agora como sempre deram os Ingleses motivo a lamentos pelos danos que causavam aos cidadãos pacíficos. Entravam nas hortas e pomares com a maior sem cerimónia como se fossem deles a colher os frutos que apeteciam e quando careciam de lenha não hesitavam em ir aos olivais e cortar pernadas a torto e a direito. Outras vezes escarneciam das imagens dos Santos que viam em casa dos nossos pais, suscitando conflitos principalmente com mulheres que não podiam tolerar tais irrisões ao culto católico e chegavam a empunhar facas para lhes conter as demasias. Disto podia eu citar exemplos dados em casa dos meus avós.

Mas um dos males que mais sensíveis se tornaram foi a pendência amorosa das moças para com eles que são mais formosos do que nós por viverem num país menos quente. Não foi pequeno o número de filhas de família que deram a seus pais o desgosto de abandonarem a casa paterna para fugirem com um amante descarado quando saía desta vila algum corpo de tropa que se demorara passando cá o inverno.

Dizendo, porém, isto prevenirei logo os meus leitores de que estes casos não foram peculiares a Vila Viçosa, mas se deram igualmente em Bórba, Estremoz e mais terras em que se demoravam estes nossos hóspedes.

A causa ocasional desta loucura das moças estava em se fazerem os alojamentos pelas casas particulares, por não poder ser isso de outro modo, visto que as tropas alojadas ascendiam por vezes a muitos milhares de homens e chegava um paisano a ter os baixos da sua casa cheios de soldados, e os altos ocupados com oficiais inferiores e subalternos, restringindo-se a família a habitar somente num ou dois quartos. Daí resultava um contacto inevitável entre hóspedes e hospedeiros.

Os Párocos viram-se obrigados a fazer práticas à estação da missa com ventual afiando bastante a loucura das moças que se enamoravam de hereges para viverem desonestamente com eles que não tinham casa, nem vida, nem a mesma religião que nós. E os pais de família, que eram mais solícitos pela honra das suas filhas, chegaram a deter algumas já na fuga havendo-as à mão ainda a tempo de as salvarem.

Algumas das que realizaram a sua fuga escreveram de Inglaterra depois da paz geral dando-se por casadas, como foi a filha daquele Morato que eu disse ter matado o Sargento Francês em 18 de Junho de 1808. E outras que intentaram a fuga mas não puderam consumá-la ficaram com uma nódoa indelével na sua reputação, de forma que poucas encontraram quem lhes desse a mão de esposo.

6. - Em vereação de 18 de Fevereiro veio à Câmara o Tenente Coronel de Milícias Manuel Pedro Calça de Pina, encarregado pelo General da Província para promover a eleição de novos Capitães de Ordenanças em lugar dos inválidos. Elegeram Manuel Diogo da Silveira Menezes em lugar de José Vicente de Oliveira, José Maria Torres em vez de João Alves de Araújo e Manuel Bernardo de Brito Peracha em lugar de António Caetano de Bastos (para a Companhia de Bencatel). Para Alferes da Companhia de S. Romão votaram em António Cordeiro Vinagre em vez de Narciso António Montenegro que era Escrivão do Geral.

A razão desta reforma era porque, não obstante ser a Ordenança Milícia sedentária, pedia a necessidade que fizessem alguns serviços no termo da vila e ainda fora dele nas circunvizinhanças como ajudar a prender soldados e desertores, comboiar munições de boca e de guerra, transportes de feridos, etc.

7. - Em 5 de Julho deferiu juramento e tomou posse do Partido Médico da Câmara o nosso patricio Bacharel João Vicente da Silva com os 200:000 rs. de ordenado que vencia o seu colega António José dos Santos, o qual se tinha ausentado.

8. - Qualquer que fosse o motivo, é certo que o Cirurgião Mira foi demittido em 24 de Setembro do partido Camarário pois em vereação de 13 de Dezembro apresentou um requerimento para que lhe fossem pagos os atrasados até aquelle dia em que o haviam despedido; e mandaram-se-lhe pagar.

9. - Miudezas do governo municipal.

11 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara em que foram Vereadores Pedro de Sousa Menezes de Resende, João Filipe Miguéns e D. Joaquim Xavier da Silva Lobo; Procurador do Concelho, José António Nunes; e Tesoureiro, José Duarte Cordeiro e Silva.

Nesta mesma vereação se deu posse ao Médico João Vicente da Silva que foi outra vez ajuramentado em 5 de Julho como dito é por lhe ter chegado talvez a Provisão de confirmação. Foi o segundo Médico partidista da Câmara.

22 de Fevereiro. - Provimento do Corregedor sobre Posturas Municipais. É reformada a Postura 95 pondo aos rompimentos de lindas a coima de 6:000 réis.

1º de Março. - Posse e juramento aos quatro officiaes de Ordenanças supra nomeados e agora confirmados pelo General da Província. Fica o Concelho com seis companhias como dantes.

Nomeiam-se também alguns misteres entre os quais se encontra o nome de António Joaquim de Barros, caldeireiro e um dos cabeças do motim contra os Franceses.

12 de Abril. - Arrematação de carnes verdes. Vaca a 80 réis; chibato a 75 e cabra a 50.

28 de Junho. - Arrematação dos pastos da Coutada por 60:000 réis.

19 de Julho. - Outra vez Jerónimo Quadrado mestre dos canos da fonte do Carrascal por ter falecido Alberto Vidigal.

13 de Setembro. - Arrematados os pastos da folha do alqueve da coutada por Luís António Tarana em 160:000 réis.

27 de Dezembro. - Trigo a 700 réis o alqueire.

II

Ano de 1810. - 1. - Continuava a Guerra Peninsular, marchando Massena sobre Lisboa a que pôs cerco não obstante o esgarçamento da batalha do Buçaco ferida em 27 de Setembro.

Entre nós experimentavam-se os incómodos ordinários dos aboletamentos de tropas.

2. - Miudezas do governo municipal.

3 de Janeiro. - Toma posse a nova Câmara assim composta: Jerónimo da Costa de Carvalho e Manuel Bernardo de Brito Peracha, Vereadores; e José da Silva, Tesoureiro. Em lugar do Vereador Estêvão da Silveira Menezes, que se escusara por velho e achacado, serviu José Miguel de Torres Penalvo e em vez do Procurador do Concelho José Luís Pereira, que era falecido, continuou o do ano transacto José António Nunes.

4 de Julho. - Eleição de Sargento-mor e três capitães de Ordenanças. Vários com diverso número de votos.

14 de Agosto. - Caetano José Alves de Araújo apresenta o seu provimento de Escrivão da Câmara feito pelo proprietário.

28 de Agosto. - *Foram eleitas nove bestas (!)* para a condução de cartas e officios do General da província, etc.

Estiva de cereais feita em 26 do mesmo. Cevada a 600 réis o alqueire; centeio, idem; milho a 480. Não havia cereais à venda na Casa pública.

19 de Setembro. - Pão a 40 réis, o que diz ser de 800 o custo do alqueire de trigo.

14 de Novembro. - Exonerado Manuel dos Santos Rosa de tesoureiro geral das contribuições da Comarca e nomeado em seu lugar Luís António Tarana.

III

Ano de 1811. - 1. - Este ano foi aquele em que os Calipolenses padeceram maiores incómodos com os alojamentos de tropas. Fazia por aqui passagem a Divisão comandada por Beresford e que se dirigia a Olivença para a tomar aos Franceses, o que pôde conseguir. E feito isto procedeu ao 1º e 2º cercos de Badajoz. ⁽¹⁾

Este perpassar de muitos milhares de soldados causou um tão grande consumo nos géneros alimentícios que subiram aonde nunca tinham chegado, nem chegaram ainda até hoje.

2. - A propósito do bombardeamento de Badajoz referirei que os nossos Milicianos padeceram ali muito, obrigando-os a levarem às costas de Elvas para Badajoz cubos ou gigas de vime para com elas se formarem as trincheiras das baterias enchendo-as de terra e transportando feridos em macas, etc

Soava cá o estrondear dos canhões e dos morteiros e via-se à noite do outeiro da Boa Vista o clarão das explosões de dentro e de fora da cidade. Sucedia, dizem os velhos, o mesmo que sucede com as trovoadas. Primeiro iluminava-se o horizonte no oriente e daí a um minuto chegava a detonação depois de ter ondulado sete léguas. Mas do outeiro da Torre era de onde se desfrutava melhor este bélico espectáculo. Na Tapada Real e no Pinhal de El-Rei fizeram-se grandes cortes de pinheiros para se construírem pontes de barcas para o Guadiana e outras obras de fortificação.

3. - Miudezas do governo municipal.

9 de Janeiro. - Posse da nova Câmara, sendo Vereadores Joaquim António Miguéns e José Miguel de Torres Penalvo; Procurador do Concelho, Simão de Oliveira; e Tesoureiro, António José Vaz de Guimarães. Vinha na pauta por Vereador José de Torres Vaz Frade, filho de João de Torres da Silveira Bicho-Verde, mas não tomou posse por ter falecido de morte desastrada.

(1) Soutl apoderou-se de Olivença por capitulação em 22 de Janeiro e Badajoz entregou-se-lhe em 10 de Março deste ano de 1811.

da caindo-lhe da cavalgadura uma espingarda que ao bater com o coice no chão se disparou, ao sair da Aldeia. Em seu lugar serviu Pedro de Sousa Menezes.

6 de Março. - Pão alvo de arrátel a 60 réis e de meio a 30. Ralo, por metade.

20 do mesmo. - Posse e juramento ao Alferes Simão de Oliveira.

17 de Abril. - Com a passagem dos exércitos aumenta-se excessivamente o preço do pão. É almotaçado agora o arrátel do alvo a 90 réis porque cutava o alqueire de trigo a 1:800.

15 de Maio. - Inácio José da Veiga é nomeado Alferes do Estado de S. Jorge.

1^o de Junho. - Posse e juramento ao Sargento-mor das Ordenanças da vila Manuel Alves de Araújo.

19 do mesmo. - São nomeados Almotacéis para o 3^o trimestre António Viagas Correia Lobo da Ponte e João Inácio de Almeida Valejo de Màris o descobridor do embuste da Beata de Évora.

21 de Agosto. - Grande falta de cereais, não por ser estéril a colheita mas por causa do grande consumo das tropas. Não havia cereais à venda na Casa. Segundo informações particulares, organiza-se assim a estiva Camarária: trigo a 1:600 réis; cevada a 900; centeio a 1:200; e milho a 1:000.

Como adiante se verá, foram crescendo estes preços durante o inverno e primavera seguinte chegando o alqueire de trigo a custar 2:400 réis. O alqueire de azeite (ou seis canadas) subiu a 4:800 réis e a carne de porco a 200 réis o arrátel ou 6:400 a arroba.

Saibam agora os leitores que depois disso até ao presente o maior custo do trigo foi de 1:200 réis em 1847 e de 1:400 dez anos depois. O azeite só tem custado o máximo de 2:400 réis por alqueire e a carne de porco chegou em 1877 a 4:300 por arroba.

Veja-se por isso quanto devem ser odiados pelos homens esses vultos como o de Napoleão I, a que em vez de tratarem como verdugos da humanidade qualificam de heróis tributando-lhes elogios e rememberingo o seu nome!

27 de Novembro. - Estipulados os jornais de varejo de azeitona a 400 réis e de apanho a 180 réis.

Continuavam nos seus cargos o Juiz de Fora Pimentel e o Corregedor João José da Silva, o que nas presentes circunstâncias convinha mais à administração do Reino.

Ano de 1812. - 1. - Este ano pode dizer-se que foi o último dos efeitos da guerra em relação à nossa vila porquanto ia já o exército Anglo - luso atrás dos Franceses pela Espanha acima até entrar finalmente em 1814 no território Francês. Depois que Badajoz foi tomada na noite de 6 para 7 de Abril em terceiro cerco, acabou-se para nós a Guerra Peninsular.

Os géneros alimentícios continuaram a subir por causa do grande consumo do ano pretérito e desta primavera, donde resultou serem suspensas as taxas dos jornaleiros. Os carpinteiros venciam a 800 réis diários e assim proporcionalmente os outros officios. Aos alvenéus porém faltou trabalho, tendo por isso de se empregarem nos serviços agrícolas como trabalhos.

Chegada a colheita deste ano começou a abaratar o pão e os mais comestíveis descendo também as jornas.

2. - No verão chegou à nossa vila o Bispo de Olba D. Vasco José Lobo, que dizem ter sido Bispo de Moçambique, e vinha ser agora Deão Prelado da nossa Real Capela. Isto mostra quanto a nossa terra estava presente à lembrança do Príncipe D. João. Ausente na América e preocupado com a sorte de Portugal a braços com o maior gigante do século, não se esquece de nomear-lhe novo Deão, visto haver falecido o Bispo de Zuara D. José Nicolau. Deste último achei notícias no cartório do Cabido pelo ano de 1807 e como faleceu fora de Vila Viçosa e o Secretário do Cabido não lançou à margem do auto da sua posse a nota do lugar, dia e ano do seu óbito como faziam quase todos os seus colegas, eis a razão por que não posso informar coisa alguma a este respeito, nem sequer por tradição.

D. Vasco veio, pois, a ser quinto Bispo Deão Sagrado. No livro de registos de ordens do Cabido está um Aviso do Príncipe Regente dirigido a este Bispo com data de 11 de Agosto de 1812.

3. - Miudezas do governo municipal.

15 de Janeiro. - Posse da nova Câmara sendo Vereadores João Inácio de Almeida Valejo de Mâris, Estêvão da Silveira Menezes e José Maria de Torres Ferreira Homem; Procurador do Concelho, Joaquim Vicente Nunes, filho de José António Nunes e barbeiro como seu pai; Tesoureiro, Crispim José Mendes, sapateiro.

Delibera-se que, além da ama ordinária do berço ou rodo, haja uma se-

gunda visto encontrarem-se poucas amas de leite que se encarregassem dos enjeitados logo que apareciam no rodo.

22 do mesmo. - Pão alvo a 100 réis.

19 de Fevereiro. - São proibidas as tabernas de vinho fora da terra visto to haver cá muito da nossa colheita. E o mesmo se deliberou sobre a importação de aguardente.

5 do mesmo. - Domingos Alves Torres toma posse do cargo de Ajudante de Ordenanças.

11 de Março. - Leite a 25 réis o quartilho.

19 de Abril. - Pão alvo de arrátel a 120 réis e o ralo por metade.

11 do mesmo. - *Talho municipal*. Não havendo quem se quisesse obrigar a fornecer o açougue de carnes verdes senão por altos preços, a Câmara chama Joaquim António de Abreu, chamado vulgarmente Joaquim de Pardais por ser dali, e dá-lhe dinheiros para a compra de gados por conta da Câmara.

22 do mesmo. - Sendo negligente Jerónimo Quadrado em consertar os canos da fonte do Carrascal, é nomeado em seu lugar João Nepomuceno, mestre alvenú e juiz deste officio.

25 do mesmo. - Desce o pão alvo a 100 réis.

2 de Maio. - A Câmara dá licença para se continuar a obra da sacristia de S. Sebastião. Era ainda o zelador da mordomia da Senhora da Saúde Padre Manuel António de Sá Boamorte quem promovia este melhoramento.

José de Fontes é nomeado juiz do officio de odreiro.

6 do mesmo. - Sobe outra vez o arrátel de pão alvo a 120 réis e estabeleceu-se que houvesse pães de meio arrátel e de quarta a 60 e a 30 réis.

23 do mesmo. - Posse ao Corregedor Manuel de Magalhães Mexia e Macedo.

27 de Junho. - O Comissário em chefe do exército pede cinco mil arrobas de palha para o Assento.

8 de Julho. - Baixa o pão a 100 réis; em 15 a 90 e em 22 a 80.

29 do mesmo. - O Comissário Inglês requisita doze reses para o exercito. Dá-se busca para se acharem e nomeiam-se louvados para lhes porem o seu justo valor.

5 de Agosto. - Pão a 70 réis.

26 do mesmo. - Precatório do Juizo da Correição para se remeterem diariamente para Alter 1:200 arráteis de feno.

2 de Setembro. - Faz-se uma arca para o cartório da Câmara. Mete-se nela o livro do Foral, maços de escrituras, etc.

7 de Outubro. - Carne de porco, livre, a 160 réis o arrátel.

21 do mesmo. - José da Veiga nomeado avaliador do Concelho.

26 do mesmo. - Eleição de um Alferes de Ordenanças em lugar de António Joaquim de Abreu que fora demitido.

4 de Novembro. - Pão a 60 réis.

4 de Dezembro. - A Câmara de Juromenha requer um médico para lhe assis
tir ao recrutamento e a nossa manda-lhe o Dr. João Bernardo de Sequeira.

6 do mesmo. - Fazem-se diversas posturas. Uma derroga a taxa dos jor-
naleiros atendendo às carestias presentes e fica livre o ajuste.

INDICE
DAS
MATERIAS CONTIDAS NESTE DECIMO TERCEIRO FASCICULO

CAPITULO LXXXIX - Crónica dos anos de 1782 a 1800. Novo cotejo de meio alqueire de secos. Instituição dos berços ou rodas de expostos. Questão sobre a fonte do Alandroal. Arrematação de pastos na coutada. Troca das Princesas em 1784. Novas obras no Palácio Real. Melhoramento da viação municipal. Questão por causa da nomeação de um novo Síndico da Câmara. Terceira visita da Rainha em 1785. Festejos pelo casamento do Príncipe D. João, etc. Luto e exéquias pela morte do Rei-esposo D. Pedro. Primeiro partido a um Médico à custa do Concelho. Escassez de trigo em 1786 e estatística da sua colheita. Suspensão da postura que vedava a importação de vinho e aguardente. 1º Médico partidista da Câmara. Excessos de alguns misteres. Aumento de honorário aos Capuchos pela prédica dos sermões a cargo do Município. Cirurgião dos expostos em 1791. Extinção das Ouvidorias. Projecto de nova circunscrição de comarcas. Doença da Rainha em 1792; trasladação da imagem da Padroeira do Reino para a Capela Real e princípio do governo do Príncipe D. João. Trasladação do Beatério para o Colégio dos Padres da Companhia. Tentativa de Manuel Gil para alargar a sua quinta aos telheiros. Concessão de um giro de duas horas de água à horta da Capela. Seca em 1793. Festas populares pelo nascimento da Princesa da Beira. 1º Corregedor em 1794. 4º Bispo Deão. Reforma da taxa dos jornaleiros feita em 1756. Quarta visita da Rainha. Preços da carne em 1797 e 1800. Restabelecimento do imposto do papel selado. Queixa contra o dono da quinta dos Infantes por tirar um caminho concelheiro. Briga de dois almocacéis. Precauções contra a peste em 1800. Jardim do Viegas. Décima e Maneio neste último ano. Vinda do Regimento de Moura. 7

CAPITULO XC - Crónica dos anos de 1801 a 1805. Guerra dos Es-

panhóis em 1801 e suas conseqüências para esta vila. Vinda do 2º Regimento de infantaria de Olivença. Perda desta praça. Remoção da artilharia do nosso Castelo para Campo Maior. Aumento do imposto das sisas. Subscrição para o empréstimo de 12 milhões. Novos tributos: de quintos das capelas e sobre criados e cavalgaduras. Novas munições para os quartéis do Castelo à custa do povo. Segunda vinda do referido Regimento de Olivença. Nova subscrição para o empréstimo dos 12 milhões. Doação da casa do trigo. Reformação da Capela de Nossa Senhora da Saúde. Conserto radical do relógio do Caracena. Precauções contra a peste em 1804. Licença à Misericórdia para trazer 200 carneiros na coutada. Providência do Príncipe Regente contra a falta de pão. O Cirurgião Mira. Horta do Alberto. Nova subscrição para as urgências do Estado. Miudezas do governo municipal..... 35

CAPÍTULO XCI - Crónica dos anos de 1806 e 1807. Última visita da Rainha D. Maria I e do Príncipe Regente a esta vila. Grandiosas festas da Semana Santa. Trasladação provisória da Capela Real para a Igreja do Colégio da Companhia. Obras no edifício da mesma Real Capela. Colocação do seu tesouro nos Paços Municipais. Quartel General da provincia outra vez em Vila Viçosa. Aformoseamento do Carrascal pelo Marquês de Alorna. Fonte Nova. Queixas contra o Cirurgião Mira. Nova plantação de amoreiras. Empenhos da fazenda municipal. Retirada do Regimento nº 15 e do tesouro da Capela Real. Preparativos para a Guerra peninsular. Miudezas do governo municipal..... 50

CAPÍTULO XCII - Crónica do ano de 1808. Guerra peninsular. Nomeação de Notáveis para a manutenção da falsa paz com os Franceses. Alistamento de soldados para o exército de França e marcha de muitos voluntários. Roubo de pratas das Igrejas e das caixas dos órfãos. Insurreição da nossa vila contra os Franceses e conseqüente ataque dos mesmos contra os revoltosos. Brilhante conduta de António Lobo Infante a favor da defesa nacional. Formação de uma junta governativa em nome da

Nação Portuguesa, obrigações que lhe foram encarregadas, subscrição de donativos para a defesa da causa pública. Companhia de Miqueletes de Vila Viçosa. Consequências do ataque de Évora, deputação de Calipolenses ao General Loison. Fim da primeira invasão Francesa. Reorganização do exército e da nossa ordenança. Miudezas do governo municipal..... 60

CAPITULO XCIII - Crónica dos anos de 1809 a 1812. Continuação da Guerra Peninsular. Hospital de sangue no Palácio Real. Cemitérios dos Ingleses. Seus alojamentos nesta vila e danos que causaram. Nova reorganização da Ordenança. Novo médico partidista. Demissão do cirurgião Mira. Corte de pinheiros na Tapada Real e no Pinhal. Bombardeamento de Badajoz. Carestia suprema dos géneros alimentícios. Chegada do Bispo de Olba. Suspensão da taxa dos jornaleiros. Miudezas do governo municipal..... 89

O PRÓXIMO FASCÍCULO SAIRÁ EM ABRIL

IMPRESSO POR GRÁFICA CALIPOLENSE

VILA VIÇOSA

TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

MARÇO 1983

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.

